

| Nº | NATUREZA | DE | PARA | ASSUNTO | ANOTAÇÕES |
|-----|----------|---------------------|---------------------------------------|---|------------------------|
| 021 | of. | Lúcia M.Nagasawa | Dr. Mascaro | Pedindo reembolso de despesas e apresentando comprovantes. | |
| 022 | of. | R.von Gersdorff | Juvenal Dória | Pedindo 10 exemplares do Relatório Final do 1º Congresso Bras. do Banco/Desenvolvimento | |
| 023 | of. | " | Comissão do 1º Congresso B. B./Desen. | " " " " " " " " | |
| 024 | of. | Lúcia M.Nagasawa | INEP | Pedindo declaração p/Imposto Renda | |
| 025 | carta | Ralph von Gersdorff | R.João Lyra Fº | Aceitando convite para participar do curso | |
| 026 | of. | Sec. Executiva | Coordenador | Pedindo aprovação orçamento | |
| 027 | of. | Dr. D.Trigueiro | Raul Bittencourt | Sôbre a Cultura Brasileira | |
| 028 | of. | " | " | | |
| 029 | of. | D.Trigueiro | INEP | Proposta de Pag. Pessoal Ceose | <i>Estão com Vanda</i> |
| 030 | carta | R.vonGersdorff | Pe. José V.Vasconc. | Sôbre Curso Planejamento Educação | |
| 031 | proposta | D.Trigueiro | INEP | Proposta nº 3 pedindo pequena verba/atender despesas. | |
| 032 | doc. | R.von Gersdorff | - | SUGESTÕES PARA ESTABELECEER CURRÍCULOS MÍNIMOS PARA A FORMAÇÃO DE PLANEJADORES EDUCAC. | e Pasta ESTUDO 3 |
| 033 | doc. | " | - | CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM PRINCÍPIO E MÉTODOS DO PLANEJAMENTO EDUCACIONAL | " " " " |
| 034 | " | " | - | ESTUDOS SÔBRE EDUCAÇÃO NO BRASIL | " " " " |
| 035 | bibliog. | " | - | Bibliography on Higher Education Unit Cost Calculation | |

040

bibliog.

Parte Bibliog.

| Nº | NATUREZA | DE | PARA | ASSUNTO | ANOTAÇÕES | |
|--------|----------|-----------|----------------------|---------------|--|-----------------|
| + 1191 | 001 | of. | D.Trigueiro | C.C.Mascaro | Projetos de trabalho CEOSE para 1º semestre 1969/Sumula | |
| 1192 | 002 | nota | - | - | Nota sobre Tarifas Aéreas | Pasta PASSAGENS |
| 1193 | 003 | Parecer | D.Trigueiro | Cons. F.E. | Parecer sobre Universidade/Brasília | " CONS.F.E. |
| 1194 | 004 | rel. | Lúcia M.Nagasa wa | - | Pesquisa sobre Custos da Educação/Brasil | Lúcia M. Naga |
| 1195 | 005 | question. | - | - | Resposta ao questionário sobre "Inquerito s/Cooperação Internacional ou estrangeira para o Desenvolvimento científico e tecnológico de Inst. brasileiras | |
| 1196 | 006 | doc. | CEOSE | C.C.Mascaro | Relação dos Funcionários do CEOSE | |
| | 007 | of. | Secret. Exec. | DrDurmeval | Autorização pag. pessoal Ceose/jan./69 | |
| | 008 | of. | D.Trigueiro | SUDESUL | Agradecendo remessa rel.I ERPLED | |
| | 009 | of. | " | C.C.Mascaro | Solicitando destacar funcionário-ligação c/ Contabilidade/INEP | |
| | 010 | proj. | " | - | UM SISTEMA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA | |
| | 011 | of. | Secret.Exec. | Carlos Maciel | Informação sobre importâncias pagas/68 | |
| | 012 | of. | D.Trigueiro | INEP | Solicitando compra de passagens | |
| | 013 | doc. | R.von Gersdorff | | Esboço p/participação INEP/UNESCO no Congresso de Banco/Desenvolvimento em Araxá. | Pasta ESTUDO 3 |
| | 014 | teleg. | D.Trigueiro | Carlos Maciel | Convocando para reunião | |
| | 015 | of. | " | INEP | Proposta nº1 Pag. Pessoal | |
| | 016 | of. | Regina Freire | INEP | Proposta viagem à Araxá | |
| | 017 | doc. | R.vonGersdorff | 1 | SUGESTÕES PARA O FINANCIAMENTO DE PROGRAMAS E PROJETOS EDUCACIONAIS NO BRASIL /Anexo | |
| | 018 | of. | D.Trigueiro | INEP | Atuação do CEOSE no Paraná | |
| | 019 | of. | Secret./Executiva | C.Maciel | Pedindo devolução passagens | |
| | 020 | of. | R.Von Gersdorff | Dr. Mascaro | Devolvendo passagens e pedindo reembolso Anexo: cass. 603961 e recibo | |

3 viés
civile carte

Au cours des ~~un~~ deux missions au Brésil, ~~je~~ (juin décembre 1958 - avril - août 1969), j'ai pu constater dans une première étape les qualités de M. Osmeu, dans une deuxième l'excellence de sa collaboration ~~comme~~ dans les travaux de statistiques de l'éducation.

M. Osmeu connaît les ~~diffé~~ différentes phases de l'élaboration des statistiques, les ~~diffé~~ fonctions ^{empiriques} du système d'enseignement, les ~~difficultés~~ ^{difficultés} des données utilisées; il sait parfaitement établir les ~~trois~~ tableaux de présentation et d'exploitation des données, ~~montrant~~ dans son travail, une conscience, une continuité, ^{utiliser} ~~en~~ ~~avec~~ les machines à calculer et ~~calculer~~ ~~tous~~ les résultats tous les calculs couverts en matière de statistiques de l'éducation.

Ses capacités de travail sont grandes et il manifeste une conscience, une continuité, un esprit de collaboration ~~qui~~ ~~en~~ et un sens des responsabilités qui en font un élément précieux dans une équipe de travail.

Is...
expert de l'Unesco

Je tiens à souligner la qualité de la collaboration que j'ai reçue de Mme Edith... ~~et~~ durant mes deux missions au Brésil (p. dec. 1958 - avril - août 1969). Mme... n'est pas seulement une excellente dactylographe, elle est une secrétaire efficace et discrète, ~~et~~ ~~ses~~ ~~travaux~~ rédigeant bien, parlant français et capable de ~~la~~ traduire, mais aussi d'adapter et de corriger les épreuves de langue étrangère qu'on lui confie, assurant avec compétence les travaux de classement, ^{Tous les travaux statistiques redigés par elle} ~~que~~ ~~d'~~ ~~ont~~ ~~été~~ ~~exécutés~~ ~~avec~~ ~~beaucoup~~ ~~de~~ ~~soin~~.
Son dévouement, son parfaite expertise

d'humeur, et sa pondération en font un éboulement de choix
~~le plus~~ auprès d'un expert en mission et ~~se~~ ~~me~~ ~~félicite~~
~~de la chose~~ dont elle facilite grandement la tâche

Peuvent braver un an (juin - dec. 1958)

(avril août 1958) Mme Regue ... a été une secrétaire
la plus directe, dirigeant par ailleurs l'équipe de secrétariat
affecté aux experts de l'Unesco. Mme Regue ... ~~collie~~ ~~à~~
un très grand sens des responsabilités, ~~un~~ ~~très~~ ~~grand~~ ~~de~~ ~~quelques~~
semaines.

La connaissance des langues étrangères
et ~~la~~ ~~qualité~~ de son excellente rédaction en portugais
en font une ~~excellente~~ remarquable productrice capable
de saisir ~~les~~ ~~mesures~~ et de rendre les mesures de la
pensée et il est regrettable qu'elle soit trop souvent contrainte
à de ~~ses~~ simples travaux dactylographiques.

Mme Regue ... est une excellente collaboratrice
capable de travailler au sein d'une équipe internationale

~~Peuvent braver un an (juin - dec. 1958)~~

~~de~~

Durante quase um ano (junho/dezembro de 1968 e abril/agosto de 1969), a Sra. Regina Coeli da Rocha Freire foi minha secretária direta, dirigindo, além disso, a equipe de secretaria afeta aos peritos da UNESCO. A Sra. Regina Coeli da Rocha Freire alia a um grande senso de responsabilidade, grandes qualidades humanas.

Seu conhecimento de línguas estrangeiras e sua excelente redação em português fazem dela uma notável tradutora, capaz de apreender e transmitir corretamente o pensamento e é lamentável que seja muito frequentemente limitada a simples trabalhos datilográficos.

A Sra. Regina C. da Rocha Freire é uma excelente colaboradora, capaz de trabalhar no seio de uma equipe internacional.

Rio de Janeiro, 8 de agosto de 1969



Isabelle Deblé
Perito da UNESCO

Tenho empenho em assinalar a qualidade da colaboração que recebi da Sra. Edith Engelke no transcurso de minhas duas missões no Brasil (junho/dezembro de 1968 e abril/agosto de 1969). A Sra. Edith Engelke não é apenas uma excelente datilógrafa, mas uma secretária eficiente e discreta, que redige bem, fala francês e é capaz de traduzir, adaptar e corrigir os trabalhos em língua estrangeira que lhe são confiados, assumindo com competência os trabalhos de arquivo. Todos os trabalhos estatísticos desagradáveis que tive ocasião de confiar-lhe — quadros complexos — foram executados com muito cuidado. Seu devotamento, sua perfeita igualdade de humor e sua ponderação fazem dela um elemento de primeira classe junto a um perito em missão, cujo trabalho ela facilita grandemente.

Rio de Janeiro, 8 de agosto de 1969



Isabelle Deblé
Perito da UNESCO

No decorrer de minhas duas missões no Brasil (junho/dezembro 1968 e abril/agosto de 1969), pude constatar, numa primeira etapa, as qualidades do Sr. Osmar Abílio de Carvalho e, numa segunda, a excelência de sua colaboração nos trabalhos de estatísticas da educação.

O Sr. Osmar Abílio de Carvalho conhece as diversas fases da elaboração das estatísticas, o funcionamento do sistema de ensino, as diversas ciladas das definições utilizadas; sabe estabelecer perfeitamente os quadros de apresentação e exploração dos dados, utilizar as máquinas de calcular e realizar todos os cálculos correntes e matéria de estatísticas da educação.

São grandes as suas capacidades de trabalho e é manifesta uma consciência, uma continuidade, um espírito de colaboração e um senso de responsabilidade que fazem d'ele um elemento precioso em uma equipe de trabalho.

Rio de Janeiro, 8 de agosto de 1969

Isabelle Deblé
Perito da UNESCO

Rio de Janeiro, 30 de maio de 1969.

Of. nº 065/69

Programa MEC/INEP/CEOSE/SAT

Rua Voluntários da Pátria, 107 - Rio, GB

Proposta nº 5/69.

Autorizo

Em /5/1969

Diretor

Senhor Diretor do INEP,

Solicito a autorização de V. Sª a fim de que seja efetuado o pagamento do pessoal, sendo 1 técnico e 5 administrativos à disposição deste Programa, relativo ao mês de maio do corrente ano, na forma do artigo 111, do Decreto-Lei 200/67 e autorização ministerial constante do Proc. MEC/4084/68, cu no segue:

| NOMES | FUNÇÃO | RETRIBUIÇÃO | DESCONTOS | A RECEBER |
|-------------------------------------|----------------------|-----------------|--------------|-----------------|
| 1 - Durmeval Trigueiro Mendes | Coordenador | 864,00 | 69,12 | 794,88 |
| 2 - Regina Coeli da Rocha Freire | Secretária Executiva | 576,00 | - | 576,00 |
| 3 - Edith Ferreira Engelke | Secretária Bilingüe | 417,60 | - | 417,60 |
| 4 - Vanda Maria Gomes da Cruz | Secretária Bilingüe | 169,92 | - | 169,92 |
| 5 - Tereza Maria da Costa | Secretária | 236,52 | - | 236,52 |
| 6 - Abedias Augusto de Almeida | Servente | 79,20 | - | 79,20 |
| T O T A L | - | 2.343,24 | 69,12 | 2.274,12 |

Atenciosamente,

Regina Coeli da Rocha Freire
Secretária Executiva
do CEOSE

Visto

Em /5/1969.

Durmeval Trigueiro Mendes
Coordenador do CEOSE.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

069/69

MEC/INEP/SAT

Rua Voluntários da Pátria, 107 - Rio/GB

Proposta nº 1/69.

Autorizo
Em /5/1969
Diretor

Senhor Diretor do INEP:

Solicito a autorização de V. Sa. a fim de que seja feito um suprimento no valor de NCR\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros novos), a fim de atender às despesas miúdas de pronto pagamento.

Atenciosamente,

Regina Coeli da Rocha Freire
Regina Coeli da Rocha Freire
(respondendo provisoriamente
pela parte administrativa)

Em /5/1969.

Nº 063/69

Rio de Janeiro, 29 de abril de 1969

Dr. Durmeval Trigueiro Mendes,

Venho sujeitar à apreciação de V.S.^a, para as devidas providências, o seguinte problema:

Em março do corrente ano, uma de nossas máquinas de escrever "Adler" ficou com defeito sério. Como sempre fizemos, até o momento, telefonei para a "INSUBRA S/A", única representante daquela marca na praça do Rio de Janeiro, para que verificasse o seu estado e desse o orçamento do conserto. Devo esclarecer que a máquina estava seriamente avariada e sem condições para o trabalho. Uma vez de posse do orçamento, encaminhei-o a V.S.^a, para aprovação, através do ofício nº 026/69, de 21 de março. Com o seu acôrdo, a máquina foi consertada e devolvida pela firma, acompanhada das notas fiscais correspondentes. Enviei toda a documentação para a Contabilidade do INEP para que fôsse efetuado o pagamento, como era de praxe.

A 28 do corrente mês, recebi, através do CBPE (a quem foram entregues por engano), os documentos de volta. Ao telefonar para a Chefe do Serviço de Contabilidade do INEP, soube que todo o procedimento empregado tinha sido errado, face às instruções baixadas pelo Diretor, na Ordem de Serviço nº 15/68. Ora, os CEOSE não receberam cópia dessa Ordem de Serviço e, conforme expliquei à Chefe da Contabilidade, foi por completa ignorância daquelas disposições que fizemos o conserto.

Como o conserto foi feito, há necessidade de pagá-lo. Solicito, assim, de V.S.^a providências no sentido de, esclarecidas as circunstâncias, o INEP efetue o pagamento.

Atenciosamente,

Regina Coeli da Rocha Freire

Nº 049/69

Rio de Janeiro, 17 de abril de 1969

Senhor Diretor,

Tenho a satisfação de, atendendo à sua solicitação, apresentar-lhe o jôgo completo dos trabalhos por mim realizados até o momento, no INEP. Eles contêm diversas sugestões, sôbre as quais gostaria de obter seus comentários. Teria muito prazer de discutí-los mais tarde com V.S.ª.

Como pode verificar nos papéis anexos, o curso da UEG não foi organizado como eu sugeri. Julgo que minhas sugestões para o programa, de 20 de março de 1969, poderiam ser utilizadas para o curso que V.S.ª pretende realizar no INEP. As apostilas, bibliografias, etc., já elaboradas, teriam utilidade para aquêle Curso.

Tenho o maior interêsse nas notícias que V.S.ª puder fornecer-me sôbre o andamento do SAT. Estou ao seu inteiro dispor em qualquer trabalho neste campo.

Tomo, também, a liberdade de sugerir-lhe a realização de uma reunião conjunta do INEP, Secretaria Geral do MEC, IPRA (Recursos Humanos) e UNESCO sôbre uma possível colaboração dos peritos da UNESCO com o MEC e o IPRA.

Agradecendo de antemão sua resposta e com os melhores cumprimentos, subscrevo-me,

Atenciosamente,

Ralph von Gersdorff
Planejador da Educação, UNESCO

Ex.º Sr.
Dr. Guido de Carvalho
DD. Diretor do INEP
Em mãos

Nº 048/69

Rio de Janeiro, 10 de abril de 1969

Il.^{mo} Sr.
Coordenador do
Departamento de Pedagogia

Prezado Senhor,

Atesto que a Sr.^{ta} Lúcia Maria Nagasawa estagiou, durante nove meses, nos "Colóquios Estaduais sobre a Organização dos Sistemas de Educação" - CEOSE/INEP/MEC (do qual fui coordenador) com um regime de trabalho de 20 horas semanais. Sua atividade consistiu em levantamento, análise e interpretação de dados.

Dentro dos conceitos apresentados, confiro-lhe o conceito muito bom, graças às aptidões que revelou: de pensar sistematicamente, de trabalhar com relativa autonomia intelectual, de formular e redigir. Manifestou, igualmente, interesse pela pesquisa.

Atenciosamente,

Durmeval Trigueiro Mendes

BIBLIOGRAFIA SÔBRE
EDUCAÇÃO EM GERAL, PLANEJAMENTO E ECONOMIA DA EDUCAÇÃO

1. Molitor, André - The University Teaching of Social Sciences - PUBLIC ADMINISTRATION, serie "Teaching in the Social Sciences, UNESCO, 1959.
2. Grégoire, Roger - The University Teaching of Social Sciences - BUSINESS MANAGEMENT, UNESCO, 1966.
3. Smith, J.H. - The University Teaching of Social Sciences - INDUSTRIAL SOCIOLOGY, UNESCO, 1961.
4. Glass D.V. (ed.) - The University Teaching of Social Sciences - DEMOGRAPHY, UNESCO, 1957.
5. Mahalanobis, P.C., The University Teaching of Social Sciences - STATISTICS, UNESCO, 1957.
6. Gould, Julius and Smith, J.H. (eds.) - The Teaching of Social Sciences in higher technical education, UNESCO, 1968.
7. Da mesma série, The University Teaching of Social Sciences - ECONOMICS, UNESCO.
8. Da mesma série, The University Teaching of Social Sciences - POLITICAL SCIENCE, UNESCO.
9. Sautoy, Peter de, "The Planning and Organization of Adult Literacy programmes in Africa", Manuals on adult and Youth Education, Nº 4, UNESCO, 1966.
10. Da Série Press, Film and Radio in the World Today, Rural Television in Japan, a report on an experiment in adult Education, UNESCO, 1960.
11. Clause, Roger, Education by Radio: School Broadcasting, da mesma serie. UNESCO, 1960.
12. Film Center, London, The Use of Mobile Cinema and Radio Vans in Fundamental Education, da mesma serie, UNESCO.
13. Williams, J. Grenfell, Radio in Fundamental Education, da mesma serie, UNESCO.
14. Da mesma série, Visual Aids in Fundamental Education, UNESCO.
15. Siepmann, Charles A, Television and education in the United States, mesma serie, UNESCO.
16. "Simple Reading Material for Adults: its Preparation and Use" Manuals on Adult and Youth Education, UNESCO, 1963.
17. Richards, Charles Grenston, The Provision of Popular Reading Materials, serie Monographs on Fundamental Education, UNESCO, 1959.

18. The Organization of Educational Research, XXIXth Session of the International Conference on Public Education, Geneva, 1966, International Bureau of Education, Geneva, UNESCO, publication N^o 288, 1966.
19. The One-Teacher School, XXIVth International Conference on Public Education, Geneva 1961, International Bureau of Education, Geneva, UNESCO, publication N^o 228, 1966.
20. The Organization of Educational and Vocational Guidance, XXVIth International Conference on Public Education, Geneva, 1963, International Bureau of Education, Geneva, UNESCO, publication N^o 254, 1963.
21. Higher Education and Development in South-East Asia, UNESCO and The International Association of Universities, 1965.
22. The Teaching of Sciences in African Universities, UNESCO, Report of the Seminar on the Teaching of Basic Sciences in African Universities, Rabat, 13 to 22 December 1962, UNESCO, 1964.
23. Adult Education and Television, a comparative study in three countries. N.I.E., England and Wales, in collaboration with UNESCO, London, September 1966.
24. Human Factors in Economic Development, Section V, Proceedings of the Summer Institute on Regional Economic Development - Regional Economic Development Institute, Inc., 214 South Graic Street - Pittsburgh, Pennsylvania, USA.
25. Gersdorff, R.v., Regional Development Experiences and Prospects, Preliminary Report on Africa, Vol. 1. United Nations Research Institute for Social Development, Geneva, September 1968.
26. Gersdorff, R.v., Suggestions for the Establishment of a Service for the Identification and Selection of Agricultural, Mining and Industrial Production Opportunities in Developing Regions, with special reference to the SUDENE. Divisão de Documentação, SUDENE, Recife, Pern., Brasil, junho 1966.
27. Parnes, Herbert S., Forecasting Educational Needs for Economic and Social Development, OECD - The Mediterranean Regional Project -, oct. 1962
28. Higher Education and Development in South-East Asia - Country Profiles, by Howard Hayden. Vol II, UNESCO and the International Association of Universities, 1967
29. Gersdorff, R.v., Saving, Credit and Insurance in Brazil - Their Contribution to Economic Development, Series of Economic Surveys, No. 1 - Government of Barbados - Economic Planning Unit, Government Printing Office, Barbados, West Indies, 1962.
30. Gersdorff, R.v., Proposals for the Financing of Projects in Africa, United Nations Economic Commission for Africa, Addis Ababa, April, 1968.
31. Coombs, Philip H., "The Challenge to Educational Planning", International Development Review, June 1968, Volume X Number 2. Society for International Development 1346 Connecticut Avenue, N.Y. Washington, DC 20036, USA.

32. Ruscoe, Gordon C., "Individual Decisions and Educational Planning: Occupational Choices of Venezuelan Secondary Students". Mesma revista do anterior.
33. Liu, Bangnee Alfred, Estimating Future of School Enrolment in Developing Countries, a manual of methodology. Statistical Report and Studies, UNESCO, 1966.
34. World Conference of Ministers of Education on the Eradication of Illiteracy, Teheran, 8-19 September 1965 - Final Report. UNESCO.
35. Edding, Dr. Friedrich, Methods of Analysing Educational Outlay, Statistical Reports and Studies, UNESCO, 1966.
36. The Development of Higher Education in Africa - Conclusions and recommendations of the Conference on the Development of higher education in Africa (Tananarive, 3-12 september 1962), UNESCO, 1963.
37. Department of Economic and Social Affairs, The Financing of Economic Development - World Economic Survey 1965 - Part I. United Nations, New York, 1966.
38. Economic and Social Aspects of Educational Planning, UNESCO, 1964.
39. Malassis, L., Economic Development and the Programming of Rural Education, UNESCO, 1966.
40. Town Planning Department Ministry of Lands & Settlement, Central Province Regional Physical Development Plan, Republic of Kenya, July 1967.
41. Pasquale, Carlos, O Desenvolvimento do Ensino Primário e o Plano Nacional de Educação, Serie I - Estudos e Documentos - Volume 4 - Centro Regional de Pesquisas Educacionais "Prof. Queiroz Filho", Cidade Universitaria, Caixa Postal, 5031, São Paulo, SP., 1966.
42. Educational Planning, Research in Comparative Education - XXVth International Conference on Public Administration, Geneva 1962, International Bureau of Education, Geneva, Publication nº 242.
43. Gouveia, Aparecida Joly, "Educação e Desenvolvimento: pontos de vista dos professores secundários" - Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, nº 103, Vol XLVI/junho-setembro, 1966 Rua Voluntários da Pátria, 107 - Botafogo - Rio de Janeiro.
44. Reis, Fernando Antônio Roquette, Juízos Errôncos sobre a exigência de Projectos nos Bancos de Desenvolvimento - Cadernos BDMG - Nº 2 - Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, av. Carandá, 1115 - 13º andar, Belo Horizonte, Minas Gerais.
45. Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - Relatório Anual - 1968.

46. Kleinman, David T., "Los Bancos de Inversión Privados y la del Mercado de Capitales en Brasil" - Ensayos nº 20, Centro de Estudios Monetarios Latinoamericanos, Durango 54, Mexico 7, DF, Mexico, 1968.
47. CODESUL - BRDE, A Indústria de Curtumes no Rio Grande do Sul, Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul, Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, Porto Alegre - Rio Grande do Sul, 1968
48. BRDE, Divisão de Estudos Econômicos, Santa Catarina e a Zona Oeste, Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, agosto de 1968.
49. Neijls, Karel, "Literacy Primers - Construction, Evaluation and Use, Manuals on Adult and Youth Education, nº 2, UNESCO, 1961.
50. Literacy and Education for Adults, XXVIIth International Conference on Public Education, Geneva, 1964, International Bureau of Education, Geneva, Publication No. 266, 1964.
51. "Elements of Educational Planning", Educational Studies and Documents Nº 45, UNESCO 1963.
52. Kendall, W.L., Les Statistiques de l'Education dans les pays en voie de développement - Comment les rassembler et les presenter - Statistical Reports and Studies - UNESCO, 1968.
53. An Asian Model of Educational Development, perspectives for 1965-80 - UNESCO 1966.
54. Committee for Development Planning - Report on the Third Session (29 April - 10 May 1968) - Economic and Social Council, Official Records: forty-fifth session, Supplement No. 7, United Nations, New York, 1968.
55. Scarabótoló, Hélio A., A UNESCO e a Cooperação Internacional em Educação, Ciência e Cultura - Separata do Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, julho-setembro 1967.
56. David, M., Adult Education in Yugoslavia, Monographs on Education, UNESCO, 1962.
57. Kelley, Augustus M, Publishers, 1968-69 ADVANCE Catalogue Reprints of Economic Classics, Augustus M. Kelley, Publishers 24 East 22nd Street, New York, New York 10010.
58. "Social Development" and "Social Planning": A Survey of Conceptual and Practical Problems in Latin America, Offprint of the "Economic Bulletin for Latin America", Vol. XI, nº1, 1966.
59. Torfs, Jacques, "Recitas e Despesas com o Ensino", Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, INEP, Vol. XLVI/out.-dez. 1966 - Rua Voluntários da Pátria, 107 - Botafogo - Rio.
60. Teixeira, Inísio, "O Problema da Formação do Magistério", mesma revista.
61. Trigueiro, Durmeval, "Plano de Educação no Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico", mesma revista.

62. Lyons, Raymond F. (ed.) Problems and Strategies of Educational Planning - Lessons from Latin America, International Institute for Educational Planning, UNESCO, 1965.
63. Study Group in the Economics of Education, Organisational Problems in Planning Educational Development, OECD, Paris, 1968.
64. O.E.C.D., Policy Conference on Highly Qualified Manpower, Paris 26th-28th September 1966, Organisation for Economic Co-Operation and Development (O.E.C.D.), 2, rue Andre-Pascal, Paris, 16e, 1967.
65. Ben-David, Fundamental Research and the Universities, some comments on international differences, O.E.C.D., Paris, 1968.
66. Pons, Alain, Research Management, O.E.C.D., Paris, 1965.
67. Organisation for Economic Co-Operation and Development, Methods and Statistical Needs for Educational Planning, O.E.C.D., 1967
68. Oddie, Guy, School Building Resources and their Effective Use, O.E.C.D., O.E.C.D. Publications 2, rue Andre-Pascal, Paris, 16e. 1966.
69. Klaassen, L.H., Area Economic and Social Redevelopment, guidelines for programmes, O.E.C.D., Paris, 1965.
70. Klaassen, L.H., Methods of Selecting Industries for Depressed Areas, an introduction to feasibility studies, O.E.C.D., Paris, 1967.
71. Organisation de Coopération et de Développement Economique (O.E.C.D.), Politique Scientifique en Suede, Paris, janvier, 1964.
72. Wittrock, Jan, Reducing Seasonal Unemployment in the Construction Industry, methods of stabilising construction industry, O.E.C.D., Paris 1967.
73. Barkin, Solomon (ed.), Technical Change Manpower Planning, co-ordination at enterprise level, O.E.C.D., 1967.
74. Belbin, J.M. Training Methods, O.E.C.D., Paris, 1965.
75. Grégoire, Roger, Vocational Education, O.E.C.D., 1967.
76. Martin Victor, Accelerated Vocational Training for Adults, O.E.C.D., 1965.
77. Sobel, Irvin and Wilcock, Richard, Placement Techniques, O.E.C.D., 1966.
78. Organisation for Economic Co-Operation and Development. (O.E.C.D.), The Public Employment Services and Management, International Management Seminar, Madrid, 23-26 March 1965, Final Report, O.E.C.D., Paris 1966.
79. Organisation for Economic Co-Operation and Development, Manpower Policy and Problems in Greece, O.E.C.D. Reviws of Manpower and Social Policies, O.E.C.D., Paris, 1965

80. UNESCO, International Conference on Educational Planning, Final Report, Paris, 6-14 August 1968, UNESCO, October 1968.
81. Reifman, Lucille (Ed), Financing of Education for Economic Growth, OECD, OECD Publications, 2, rue Andre-Pascal, Paris, XVIe, 1966.
82. OECD, Social Affairs Division, Manpower Problems in the Service Sector - Papers for a Trade Union Seminar - Supplement to the Report, OECD Publications, 2, rue Andre-Pascal, Paris, 16e, 1966.
83. OECD, Social Affairs Division, The Public Employment Services and Management, International Management Seminar, Madrid 23rd-26th March 1965 - Supplement to the Final Report, OECD, 1966.
84. OECD, Curriculum Improvement and Educational Development, OECD December 1966.
85. OECD, Problems of Science Policy, Seminar held at Jouy-en-Josas (France), 19th-25th February 1967, OECD, February 1968.
86. OECD, Manpower policies and Problems in Austria, Reviews of Manpower and Social Policies, OECD, August 1967.
87. OECD, Education, Human Resources and Development in Argentina, OECD, Paris, September 1967.
88. Problems of Human Resources Planning in Latin America and in the Mediterranean Regional Project Countries, OECD, October 1967.
89. OECD, Manpower Problems in the Service Sector, Background Report for a Trade Union Seminar, OECD, Paris, June, 1967.
90. Beijer, G., National Rural Manpower, Adjustment to Industry, OECD, Paris, August 1965.
91. OECD, International Scientific Organisations, (Catalogue preceded by an introduction "Some aspects of International Scientific Co-operation), OECD, Paris, 1965.
92. Tinbergen, Jan et Bos, H.C., Modèles Econométriques de l'enseignement, quelques applications, OECD, Paris, Mars 1965.
93. OECD, Study Group in the Economics of Education, Economic Aspects of Higher Education, OECD, Paris, March 1964.
94. OECD, Study Group in the Economics of Education, The Residual Factor and Economic Growth, OECD, Paris, 1964.
95. OECD, El Desarrollo Economico y las Inversiones en Educación, Conferencia de Washington, 16-20 de Octubre de 1961, OECD, 1961.
96. OECD, Directorate for Scientific Affairs, Mathematical Models in Educational Planning, OECD, April 1967, Paris.

97. Vaizey, J. and Chesswas, J.D., The Costing of Educational Plans, Serie Fundamentals of Educational Planning, UNESCO: International Institute for Educational Planning (IIEP), 7 rue Eugene-Delacroix, 75 Paris-16e, 1967.
98. Coombs, P.H., What is Educational Planning? Same serie, UNESCO, IIEP.
99. Poignant, R., The Relation of Educational Plans to Economic and Social Planning, UNESCO: IIEP, same serie.
100. Harbison, F., Educational Planning and Human Resource Development, same serie, UNESCO: IIEP.
101. Beeby, C.E., Planning and the Educational Administrator, same serie, UNESCO, IIEP.
102. Anderson, C.A., The Social Context of Educational Planning, same serie, UNESCO, IIEP.
103. Edding, F., Methods of Analysing Educational Outlay, UNESCO, Place de Fontenoy - 75 Paris-7e, France, 1966.
104. Hallak, J., and Poignant, R., Les Aspects Financiers de l'Enseignement dans les Pays Africains d'Expression Francaise, UNESCO/IIEP, Paris, 1966.
105. Knight, J.B., The Costing and Financing of Educational Development in Tanzania, UNESCO/IIEP, Paris, 1966.
106. UNESCO, Educational Planning: A Directory of Training and Research Institution, UNESCO, 1964. (also available in French).
107. UNESCO, Educational Planning: a Bibliography, UNESCO, Paris, 1964. (also available in French).
108. UNESCO, Educational Planning: an Inventory of Major Research Needs, UNESCO, 1965. (also available in French).
109. UNESCO, Problems and Strategies of Educational Planning: Lessons from Latin America, UNESCO, 1965. (also in French).
110. UNESCO, New Educational Media in Action: Case Studies for Planners (3 volumes), UNESCO/IIEP.
111. Schramm, W, Coombs, P.H., Kahnert, F. and Lyle, J., The New Media: Memo to Educational Planners, UNESCO/IIEP.
112. UNESCO, Educational Planning: a Survey of Problems and Prospects, International Conference on Educational Planning, Paris, 6-14 August 1968, UNESCO, ED/ICEP/3, Paris, 4 June 1968.
113. UNESCO, Manuel des Statistiques de l'Education, UNESCO, Paris 1961.
114. UNESCO, Alfabetización (Boletim periódico da UNESCO).

- 115 - UNESCO: "Access of girls and women to education in rural areas-a comparative study", Serie: Educational studies and documents nº 51, UNESCO, France, 1964.
- 116 - UNESCO: "New Trends in Youth Organizations- a comparative survey", Serie: Educational studies and documents nº 35, UNESCO, France, 1960.
- 117 - UNESCO: "Adult Education Groups and Audio-visual Techniques" Serie: Reports and Papers on Mass Communication Nº 25, UNESCO, France, 1958.
- 118 - Fougeyrollas, Pierre: "Television and the social education of women", Serie: Reports and Papers on Mass Communication, Nº 50, UNESCO, France, 1967.
- 119 - McNamara, Robert S.: Adress to the board of governors, International Bank for reconstruction and development, 1818 H Street, NW., Washington D.C. 20433, September 30, 1968.
- 120 - Lusny, Heinz E.F.: Programa SIPEME-Sistema de Informações para Pequena e Media Empresa, Grupo de Trabalho Misto, Fevereiro, 1969.
- 121 - Williamson, Robert C.: "Rationality and Orientation to change: A Colombian Student and Adult Sample", América Latina, Centro Latino Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, Ano 11- Nº 1, Janeiro-Março 1968, Rio de Janeiro, Brasil.
- 122 - François, Louis: "The right to education", Serie: UNESCO and its programme, UNESCO, France, 1968.
- 123 - Thomas, Jean: "Teachers for the schools of tomorrow", Serie: UNESCO and its programme, UNESCO, France, 1968.
- 124 - EPEA, Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada: "Educação" (2 volumes), Plano Decenal de desenvolvimento Econômico e Social.- Diagnostico Preliminar Desenvolvimento Social, Rio, Junho 1966.
- 125 - EPEA, Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada: "Educação e Mão-de-Obra" (2 volumes), Plano Decenal de desenvolvimento econômico e social, Tomo VI, Rio, Março, 1967.
- 126 - UNESCO: Educational Planning Mission- Brasil, UNESCO, Paris, September 1964.
- 127 - MEC, Ministério da Educação e Cultura: "Detalhamento e Análise da Aplicação dos recursos", Plano Nacional de Educação, Exercício de 1967, (mimeo), Brasília.
- 128 - MEC, Ministério da Educação e Cultura: "Instruções para assinaturas de convênios diretos com prefeituras municipais", (mimeo), Plano Nacional de Educação, Brasília, 1969.
- 129 - MEC, Ministério da Educação e Cultura: "Dados e Tabelas Diversas", (mimeo), Plano Nacional de Educação, Brasília.
- 130 - MEC, Ministério da Educação e Cultura: "Princípios Fundamentais", Plano Nacional de Educação, (mimeo), Brasília.

- 131 - UNESCO: "Déclaration des Nations Unies sur la Jeunesse" - Chronique de l'UNESCO, Janvier 1966, Vol. XII N° 1 - UNESCO, Place de Fontenoy, Paris 7e - França.
- 132 - Ruiz, Santiago Hernández - "Planes y Programas en la Enseñanza Primaria" - Proyecto Principal de Educación, UNESCO / América Latina, Boletín n° 27, julio-septiembre 1965, Oficina Regional de Educación de la UNESCO, Av. Providencia 871, Casilla 179-D, Santiago de Chile.
- 133 - Cassirer, Henry R., "El Papel de la Televisión en la Educación", Proyecto Principal de Educación, Boletín n° 28, UNESCO/América Latina.
- 134 - "Conferencia de Ministros de Educación y Ministros Encargados del Desarrollo Económico en los países de América Latina y del Caribe", - Proyecto Principal de Educación, Boletín n° 29, UNESCO/América Latina.
- 135 - Organisation de Coopération et de Développement Economique - OECD, Rapports par Pays - Le Projet Regional Mediteraneen - Espagne - Publications de L'OECD - 2, Rue Andre-Pascal, Paris XVe.
- 136 - Higgins, Benjamin, Economic Development, Problems, Principles and Policies, W. W. Norton & Company Inc. New York.
- 137 - Développement & Civilisations - Revue trimestrielle, IRFED, 29, Place du Marche Saint-Honore, Paris 1er, France.
- 138 - UNESCO, L'Avenir de l'Enseignement Supérieur en Afrique, Rapport de la Conference sur l'avenir de l'enseignement supérieur en Afrique (Tenenarive, 3-12 septembre 1962)
- 139 - UNESCO, "Economics of education" - International Social Science Journal, Vol. XIV, n° 4, 1962.
- 140 - Curle, Adam, Educational Strategy for Developing Societies, a study of educational & social factors in relation to economic growth. Tavistock Publications 11 New Fetter Lane, London E.C.1., 1963.
- 141 - Organisation for Economic Co-operation and Development-OECD, Documentation in Agricultural and Food, "Intellectual Investment in Agriculture for Economic and Social Development", O.E.C.D., 2 rue Andre-Pascal, Paris XVIe.
- 142 - Tinbergen, Jan and Bos, H.C., Econometric Models of Education, O.E.C.D. Education and Development, "Technical Reports".
- 143 - OECD, El Desarrollo Económico y las Inversiones en Educación Conferencia de Washington, 16-20 de octubre de 1961.
- 144 - International Bureau of Education, International Yearbook of Education, UNESCO, Place de Fontenoy, Paris 7e.
- 145 - UNESCO, Alphabétisations trois projets expérimentaux, 1966.
- 146 - OECD, Policy Conference on Economic Growth and Investment in Education, Washington 16th - 20th October 1961.

- 147 - OECD, Le Projet Régional Méditerranéen - ITALIE, Organisation de Coopération et de Développement Economiques, Enseignement et Développement, Rapports par Pays, Paris, 1965.
- 148 - OECD, Planning Education for Economic and Social Development Organisation for Economic Co-operation and Development, The Mediterranean Regional Project.
- 149 - I.I.E.P, Bibliographie de la Planification de l'Education, Institut International de Planification de l'Education, 7, Rue Eugene-Delacroix, Paris, 16e. 1965.
- 150 - I.I.E.P, Planification de l'Education: Répertoire d'Institutions de Formation et de Recherche, Institut International de la Planification de l'Education, Paris, 1965.
- 151 - I.I.E.P., Educational Planning: An Inventory of Major Research Needs, International Institute for Educational Planning, Paris, 1965.
- 152 - UNESCO, Chronique de l'UNESCO (Revista periódica da UNESCO, cuja assinatura pode ser feita no representante aqui no Brasil: Fundação Getulio Vargas, Praia de Botafogo, 186, Rio de Janeiro).
- 153 - UNESCO, "Principes de la planification de l'enseignement", Etudes et Documents d'Education, n° 45, UNESCO, 1963.
- 154 - UNESCO, Rapport Final, Conférence sur l'Education et le Développement Economique et Social en Amérique Latine, Santiago du Chili, 5-19 Mars 1962.
- 155 - UNESCO, Groupe Régional de Planification de l'Education, Cours sur la Planification et l'Administration des Programmes d'Alphabétisation, Dakar, 3 mai - 14 juin 1967, République du Senegal - B.P. 3311.
- 156 - UNESCO - Annuaire Statistique.
- 157 - Goldstein, Harold et Swerdloff, Sol, Méthodes de Projection à Long Terme de l'Offre et de la Demande de Main d'Ouvre Qualifiée, UNESCO, Rapports et Etudes Statistiques, Paris, 1968.
- 158 - Liu, Bangnee Alfred, Estimation des Effectifs Scolaires Futurs dans les Pays en Voie de Développement, UNESCO, Rapports et études statistiques, Paris, 1967.
- 159 - UNESCO, Rapport Final, Conférence d'Etats Africains sur le Développement de l'Education en Afrique, Addis-Abeba 15-25 mai 1961.
- 160 - Olivier, Roland, Economie et Education, Centre de Perfectionnement pour le Développement et la Coopération Economique et Technique, 20 rue Monseigneur, Paris VIIe.
- 161 - International Review of Education, UNESCO Institute for Education, Hamburg 13, Feldrunnenstrasse 70 - Republica Federal de Alemanha.

- 148 - Pereira, Luiz (org), e outros: "Desenvolvimento, Trabalho e Educação", Textos Básicos de Ciências Sociais, Zahar Editores, Rua do México 31, Rio de Janeiro, 1967.
- 149.- Kelly, Celso: "Política da Educação", Peper Editôra, Rua General Dionísio, 63, Botafogo, Rio de Janeiro, 1969.
- 150 - Chesswas, J.D. "Methodologies of Educational planning for Developing countries", 2 vols: 1. Text, 2. Tables, UNESCO, International Institute for Educational Planning, Paris, 1969.
- 151 - Spiegelman: "A benefit/cost model to evaluate educational programs", in Socio-Economic Planning Sciences, Vol. I, Nº 4 August, 1968.
- 152 - T. Plonghman, W. Darnton, W. Heuser: "The assignment Program to establish school attendance boundaries and forecast construction needs", in Socio Economic Planning Sciences, Vol. I, Nº 3, July 1968.
- 153 - Correa, Hector: "Educational Planning: its quantitative aspects and its integration with economic planning (theory a hypothetical case study)", International Institute for Educational Planning, UNESCO, IIEP/STUQUANT/65.1, Paris, 1965.
- 154 - Ministerio de Educación Pública: "Algunos Elementos para el planeamiento de la educación chilena", Santiago, 1964.
- 155 - Indian Economic Journal: "A Method for Evaluating Under-employment", Vol. XII, N.º 1, July/Sept. 1964.
- 156 - Comparative Education Review: "Quantity versus Quality in Teacher Education", Vol. 8, Nº 2, October 1964.
- 157 - El Trimestre Economico: "Ha prestado la planificación económica atención suficiente a la educación?", Vol. XXXI (4), no. 124, Mexico, Oct.-Dec. 1964.
- 158 - Kyklos: "Optimum Choice between General and Vocational Education", Vol. XVIII, Fasc.1, Basileia, 1965.
159. - Manual of Quantitative Methods in Educational Planning, Jan. 18, 1965, Instituut voor de Ontwikkeling van de Onderwijs in Veranderende Matschappijen, Koninklijk Instituut voor de Tropen, Amsterdam, Mauritskade.
- 160 - Centro Regional de Pesquisas Educacionais "Prof. Queiroz Filho" (CRPE): "Planificação da Educação e seus Problemas Economicos e Sociais, Serie I, Estudos e Documentos, volume 2. Instituto Nacional de Estudos Pedagogicos. Cidade Universitária "Armando Sales de Oliveira", C.P. 5031, São Paulo, SP.
- 161 - J.Z.F. Bereday, J. A. Lanwees, M. Blang (ed.): "The World Year of Educational Planning", Evans Brothers Ltd., London 1967.
- 162 - François, Louis: "The right to education - From proclamation to achievement - 1948-1968", UNESCO, 1968.
- 163 - Diégues Júnior, Manuel: "Regiões Culturais do Brasil", CBPE/INEP, Rua Voluntarios de Patria, 107, Rio de Janeiro, 1960

BIBLIOGRAFIA DE OBRAS BRASILEIRAS
NO CAMPO DA EDUCAÇÃO

- 1 - CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior): Relatório, 1965.
- 2 - " :Objetivo, legislação, programas organização, atribuições de seus diferentes órgãos, síntese das principais realizações, 1967.
- 3 - " :Ensino Superior, Cursos, currículos mínimos, duração. Estabelecimentos. Agosto, 1967.
- 4 - " :Cursos de pós-graduação, 1968.
- 5 - " :Cursos pós-graduados (mestrado e doutorado), Cursos de Especialização e Aperfeiçoamento, Cursos de extensão, 1965.
- 6 - " :Relatório, 1967
- 7 - " :Estabelecimentos de Ensino Superior (endereços), Agosto, 1968.
- 8 - " :Previsão da demanda do Ensino Superior no Brasil, (1967, 1968, 1969).
- 9 - " :Um modelo Econômico para Planejamento de Educação, nov. 1968
- 10 - " :Estudos de Desenvolvimento Regional, sobre os Estados (1 vol. por Estado): Ano de 1968, ano de 1969.
- 11 - CESE (Comissão Estadual de Salário Educação): Origens e primeiras atividades, Relatório.
- 12 - Correa, Arlindo Lopes: Formas de ampliar os Recursos Internacionais para a Educação na América Latina, Documento elaborado para a Secretaria Geral da OEA, Washington, 1967.
- 13 - " : Política Tecnológica e Política de Emprego, Rio, set. 1965 (Revisto).
- 14 - Fundação Getúlio Vargas/MEC/SENAI: Mão de Obra Industrial, pesquisa, 1966 (dos Profs. J. Faria Goes Filho e Roberto Hermeto Corrêa da Costa).
- 15 - " /MEC: O trabalho de Engenheiros e Técnicos na Indústria e a sua formação, pesquisa, 1963-1964 (dos Profs. J. Faria Goes Filho e Roberto Hermeto Corrêa da Costa).
- 16 - " : Programa de Trabalho do CETRHU, (Centro de Estudos e Treinamento em Recursos Humanos), 1968/1969.
- 17 - " /CETRHU: Estudos e Levantamentos em recursos humanos no Brasil 1968.
- 18 - FUNDEPAR (Fundação educacional do Est. do Paraná): Uma experiência no financiamento da Educação, de Cecília Maria Westphalen, Curitiba, novembro, 1966.

- 19 - IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística): Anuário Estatístico do Brasil, 1966, 1967, 1968, (3 vols.).
- 20 - " : Estatística do Culto Espírita do Brasil, 1964, Serviço de estatística demográfica, moral e Política (Ministério da Justiça e Negócios interiores), Rio 1967; Estatística do Culto Protestante do Brasil 1964 (Minist. Just. Neg. Interiores), Rio, 1967; Estatística do Culto Católico Romano 1964, Serv. de estatística demográfica, moral e política (Minist. Just. Neg. Interiores), Rio, 1967, 3 vols.
- 21 - " : Registro Civil, Ano 1964, Serv. Estat. Demog. Moral e Política/Minist. da Justiça/ Departamento Imprensa Nacional, 1967.
- 22 - " : Estabelecimentos Penais, Brasil, Serv. Estat. Demog. Moral e Política (Minist. Justiça), 1966.
- 23 - " : Crimes e contravenções (Estado da Guanabara) 1962, Serv. Est. Demog. Moral e Política, Minist. Just. Neg. Interiores, 1967
- 24 - " : Crimes e contravenções (Estado da Paraíba) 1964, Serv. Est. Demog. Moral e Política/Minist. Just. Neg. Interiores, 1968.
- 25 - " : Cadastro de Cartórios, Brasil (Cartórios existentes no país até 31 de dezembro de 1964), Serv. Estat. Demog. Moral e Política/Minist. Just. Neg. Interiores), 1966.
- 26 - " : Anuário Estatístico do Brasil, 1965, Rio, vol. 26. p. 1-504.
- 27 - " /Grupo Executivo de Pesquisas Domiciliares: Pesquisa nacional por amostra de domicílios, Resultados preliminares, Região I: Estados da Guanabara e Rio de Janeiro, Doc. GEPD-nº7, outubro/68 e nº 14, fevereiro/69 (2 vols.); Região II: Estado de S. Paulo, Doc. GEPD nº 8, novembro/68; Região III: Estados do Paraná, S. Catarina e R.G. Sul, Doc. GEPD-nº 9, novembro/68 e nº 13, fevereiro/69 (2 vols.); Região IV: Estados de M. Gerais, e Espírito Santo, Doc. GEPD-nº 10, novembro/68; Região V: Estados de Maranhão, Piauí, Ceará, R.G. Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Doc. GEPD nº 12, dezembro/68.
- 28 - " : Estimativa de População para os Municípios Brasileiros, 1/7/1967, (Separata do nº 79/80 da Revista Brasileira dos Municípios).
- 29 - " : Indústrias de Transformação-1968, janeiro-setembro, Dados mensais; e Indústrias de Transformação-1969, janeiro/fevereiro, (2 vols).
- 29 - " : Boletim Estatístico, nºs. 98 (abril-julho/67), nº 99 (julho-setembro/67), nº 100 (outubro-dezembro/67), nº 101 (janeiro-março/68), nº 102 (abril-junho/68, nº 103 (julho/setembro/68), nº 104 (outubro-dezembro/68); 7 vols.
- 30 - " : Revista Brasileira de Estatística, nº 113 (janeiro-março/68 e nº 114 (abril/junho/68), 2 vols.
- 31 - " : Sinopse Estatística do Estado de Pernambuco-1968, Rio, outubro, 1968; Sinopse Estatística do Estado de S. Paulo-1968, Rio novembro, 1968.
- 32 - " : Brazil Today, Rio, 1967.

- 33 - IBGE :Atualidade Estatística do Brasil, 1968, 2ª edição, vol.1, pg. 1-208, 1968.
- 34 - " :Flagrantes Brasileiros, nº 36 (março/68); nº 37 (dezembro/1968; nº 16 a 30, Rio 1969, (índice alfabético-remissivo dos nºs 16 a 30 da série); nº 34 (abril/67).
- 35 - IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada do Ministério do Planejamento): Fonte de Assistência Técnica e Financeira para a Educação no Brasil, Cadernos EPEA nº 1, dezembro, 1965.
- 36 - " :Apêndice ao Caderno EPEA nº 1, julho, 1966.
- 37 - " :Soluções para o problema dos Excedentes; Setor de Educação e Mão-de-Obra/Ministério do Planejamento, Rio, março, 1968.
- 38 - " :Reforma da Universidade Brasileira e seus reflexos sobre a Integração do Ensino das Profissões da Saúde, de M.A. Pourchet Campos, fevereiro/1969.
- 39 - " :A reforma da Universidade Brasileira por uma Universidade aberta e versátil, contribuição do Setor de Educação e Mão-de-Obra para o Grupo de Trabalho criado pelo Decreto nº 62.937, de 3 de julho de 1968.
- 40 - " :Desencadeamento da Operação Produtividade, Roteiro, 1968.
- 41 - " :Diagnóstico preliminar da Educação no Estado - Análise do Sistema Educacional de Nível Primário, Doc. de Trabalho para os Estados: DTE-IL, janeiro, 1968, Setor de Educação e Mão-de-Obra.
- 42 - " /Ministério do Planejamento: Educação, diagnóstico preliminar, EPEA, Plano Decenal de desenvolvimento Econômico e Social, 2 vols., junho, 1966.
- 43 - LEI :nº 9545, de 17 de novembro de 1966; Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 1967, publicada no Diário Oficial, (S.Paulo, 19 de novembro de 1966).
- 44 - MEC :III Conferência Nacional de Educação, Salvador, 1967, Vol.I, Vol.II.
- 45 - " /Secretaria/SEEC: Situação Cultural (Separata do Anuário Estatístico do Brasil, 1967).
- 46 - " :Anuário Brasileiro da Educação - 1964.
- 47 - " /INEP/CEOSE: Conteúdo de um Plano Estadual de Educação, de Jacques Torfs; e Conteúdo de um Plano Educacional de Emergência, de Jacques Torfs, 1967.
- 48 - " /INEP/CEOSE: Receitas e Despesas com o Ensino, de Jacques Torfs, 1967.
- 49 - " /INEP/CEOSE: A Divisão (ou Seção) de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério Primário, de Michel Debrun, 1967.
- 50 - " /INEP/CEOSE: Os Órgãos-Meios das Secretarias de Educação e a Descentralização do ponto de vista administrativo, de Michel Debrun, 1967; Os Órgãos-Fins das Secretarias de Educação e Cultura e a Descentralização do ponto de vista pedagógico, de M.Debrun, 1967.

- 51 - MEC/INEP/CEOSE: Princípios de reforma administrativa propostos para a Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Santa Catarina, de Michel Debrun, 1967.
- 52 - " /INEP/CEOSE: Recomendações sobre organização administrativa dos Sistemas de Planejamento Educacional/Santa Catarina, de Jacques Torfs, 1967; Recomendações sobre a reforma administrativa da Secretaria do Estado do Rio Grande do Sul, de Jacques Torfs, 1967.
- 53 - " /Conselho Federal de Educação: Documenta 58, (agosto-setembro/66)
- 54 - " /Secretaria-Geral: Atos do Governo da República Federativa do Brasil, no período de 31 de março de 1964 a 31 de janeiro de 1969, Serviço de Documentação.
- 55 - " : Teoria e Prática do Ginásio Polivalente, Diretoria do Ensino Secundário, Equipe de Planejamento do Ensino Médio, Setembro, 1968.
- 56 - " : Regulamento dos Ginásios Industriais, (Portaria nº 123-Br. de 20/10/61 do Ministro de Estado da Educação e Cultura, publicada no Diário Oficial de 22/11/1961.
- 57 - " /CFE: Novos Currículos para o Ensino Médio
- 58 - " : Portaria nº 174 de 6/7/1965 (instruções sobre o ensino técnico de grau médio).
- 59 - " : Portaria nº 26Br. de 7/3/62, (dispõe sobre o currículo do ensino industrial do sistema federal).
- 60 - " Portaria nº 69 de 2/3/62, (dispõe sobre o currículo do ensino comercial).
- 61 - " /INEP/EATEP: Fenômenos da evasão e repetência na Escola Primária Brasileira, Rio, 1968; Objetivos da Educação Primária, 1968.
- 62 - " /Departamento Nac. de Saúde/Divisão de Organização Hospitalar: Primeiro Censo Hospitalar do Brasil - 1965, 4 vols., Apurado no Serviço de Estatística de Saúde, 1966.
- 63 - " /Minist. Planejamento e Coordenação Geral/Minist. da Fazenda: Reforma Universitária, relatório do Grupo de Trabalho, Agosto/68.
- 64 - " /Minist. Planejamento e Coordenação Econômica/Minist. da Fazenda: Reforma Universitária, expansão do Ensino Superior e aumento de recursos para a Educação, relatório da Subcomissão especial do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária, Agosto, 1968.
- 65 - : Documenta 91, setembro/68, III Seminário sobre assuntos universitários.
- 66 - " : Súmula 4, IV Reunião Conjunta dos Conselhos de Educação, 1967.
- 67 - " /Serviço de Estatística da Educação e Cultura do IBGE: Sinopse Estatística do Ensino Superior, 1965, 1964; e "Sinopse Estatística do Ensino Médio, 1965, 1964, 2 vols.
- 68 - " /Secretaria Geral: Estabelecimentos de Ensino Superior-1968, Novembro/1968.

- 69 - MEC/Secretaria Geral: Empresas editoras de livros e folhetos-1967, maio, 1968.
- 70 - " /Secretaria Geral:Rádiodifusão e Radiotelevisão-1967, maio-1968.
- 71 - " /Secretaria Geral:Museus-1967, maio, 1968.
- 72 - " /Secretaria Geral:Imprensa periódica-1967, setembro, 1968.
- 73 - " /Gabinete do Ministro: Plano Nacional de Educação.
- 74 - " /Conselho Federal de Educação: Plano Nacional de Educação, Revisão de 1965.
- 75 - " /Cons. Fed. Educação: Plano Nacional de Educação, Complementação 1966.
- 76 - " /Serviço Documentação: Arquivos 15, outubro/dezembro 1968; e Arquivos 14, julho/setembro 1968, (2 vols).
- 77 - " /INEP/CBPE: Professoras de amanhã, um estudo de escolha ocupacional de Aparecida Joly Gouveia, Rio, 1965.
- 78 - " /INEP/CBPE: Vestibular na Guanabara, de Nadia Franco da Cunha, 1968.
- 79 - " /IBGE/INEP/Comissão Central do Censo Escolar: Censo Escolar do Brasil - 1964, 1º volume, Apurações Preliminares, V.1, XII + 688 p., 1966.
- 80 - " /INEP/Centro Regional de Pesquisas Educacionais Prof. Queiroz Fº: Legislação do Salário-Educação, de Carlos Pasquale, Tipografia Edanee S.A. Imprimiu-S.Paulo.
- 81 - " /INEP: 1ª Conferência Nacional de Educação, Anais, Brasília, março-1965.
- 82 - " /INEP: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos.
- 83 - " /INEP/CBPE: Bibliografia Brasileira de Educação,
- 84 - " /INEP/CRPE Prof. Queiroz Filho: O desenvolvimento do Ensino Primário e o Plano Nacional de Educação de Carlos Pasquale, Série I, Estudos e documento, Vol. 4, 1966, S.Paulo.
- 85 - Ministério do Planejamento e Coordenação Geral/Setor para a Educação e Cultura: O Programa-Educação no Orçamento Plurianual de Investimentos, 1968/1970, Doc. de Trabalho nº 4, julho de 1968.
- 86 - " e Coordenação Econômica: Índices de Custos do Ensino, Estudos Preliminares, Ensino Médio-Parte I, - julho 1966; Índices de Custos do Ensino Estudos Preliminares, Ensino Médio Parte II, dezembro 1966; Índices de Custos do Ensino, Estudos Preliminares, Parte III, Ensino Superior, dezembro 1966, 3 vols.
- 87 - " e Coordenação Geral: Programa Estratégico do Desenvolvimento, 1968-1970.
- 88 - " e Coordenação Geral: Plano Decenal de Desenvolvimento Social, Tomo VI, vol. 1 (I)- Educação e Mão-de-Obra (versão preliminar)

- 89 - Ministério da Justiça/Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política: Registro Civil, Ano 1964, Departamento Imprensa Nacional, 1967.
- 90 - SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial): Divisão de Treinamento, Caderno de Treinamento, Rio, 1967.
- 91 - " : Relatório Geral - Balanços Consolidados - Exercício de 1967.
- 92 - " /Dep. Nacional/Divisão de Estudos e Pesquisas Sociais: Formação Profissional - Conceituação na Problemática Social Brasileira, de Robert N. Dannemann, Março, 1967.
- 93 - " /Serviço de Coordenação e Process. de Dados Adm. Nac.: O Crescimento do Ensino e Evolução Econômico-Financeira do SENAC" , Rio, 1966.
- 94 - " : Informe sôbre o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial.
- 95 - " /Divisão de Estudos e Pesquisas Sociais: Considerações sôbre a Matrícula Geral de Comerciantes Adultos, Rio, novembro, 1966.
- 96 - " : Mobilização de Recursos Humanos, Aspectos Demográficos, Formação Profissional, outubro 1964.
- 97 - " : Análise das Profissões Comerciais - Função de comunicação, documentação e secretariado - Monografia nº 3 - Rio, 1965; Análise das Profissões Comerciais - O Balconista, Monografia nº 2, 2ª edição acrescida de novas informações, Rio, 1963; Análise das Profissões Comerciais - O recepcionista - Monografia nº 4, Rio 1965.
- 98 - " /Dep. Nacional, Divisão de Estudos e Pesquisas Sociais: Classificação e Dicionarização das Ocupações Comerciantes, Rio, 1964
- 99 - " /Dep. Nacional: Didática da Matemática
- 100- " /Dep. Nacional: Os audio-visuais e o ensino do SENAC, de Dinah Pineberg, Rio 1961.
- 101- " /Dep. Nacional: Organização e Avaliação de Provas de Aproveitamento Escolar , de Eva Nick - Divisão Técnica, Rio 1965.
- 102- " /Divisão de Estudos e Pesquisas Sociais: Destino Profissional de ex-alunos do SENAC de Dalton M. Araújo, João Carlos Alexim, Marcio Medalha Trigueiros, Dep. Nacional, Rio 1968.
- 103- " /Divisão de Estudos e Pesquisas Sociais: Sondagem de relação trabalho-escola entre menores empregados no comércio do Rio de Janeiro, de Robert N. Dannemann, Dep. Nacional, Rio 1962.
- 104- " /Divisão de Estudos e Pesquisas Sociais: A evasão escolar no SENAC, de Dalton Moreira de Araújo, Rio 1964.
- 105- " : Noções de Vitrinismo
- 106- " /Dep. Nacional: Conferência Internacional sôbre Educação e Treinamento para a Distribuição, Bellagio, Italia 20-23, maio de 1959, Rio 1969.
- 107- " /Dep. Nacional, Divisão Técnica: Organização e Avaliação de Provas de Aproveitamento Escolar, de Eva Nick, Rio 1965.

- 108- SENAC: Ensino Comercial para o Desenvolvimento Nacional, de Francis
co Gomes de Matos, Estudo crítico para debates, no 1º Encontro
Nacional de Educadores para o Desenvolvimento, 1961; Aspectos
Metodológicos Específicos da Formação e Treinamento Comerciais
Dep. Nacional, Rio, 1961.
- 109- " : Um curso programado de Princípios Orçamentários, Tomo 1.
- 110- " : Inquérito sobre a educação comercial na Inglaterra, Rio, 1960
- 111- " : Breve História do SENAC.
- 112- " /Dep. Nac./Divisão de órgãos Regionais: Planejamento, Organiza
ção e Controle Contábeis.
- 113- " : Técnicas de Treinamento, de Roberto C. Régner, Rio, 1966.
- 114- " /Dep. Nac./Div. Fõrm. Profissional: Instrução Programada, de Neuza
R.P. Azevedo, Rio, 1966.
- 115- " : I Seminário de Seleção de Pessoal, Dep. Nacional, SOEP.
- 116- " : Formulação de Política Empresarial, de Delso Tourinho; Con
trôle Orçamentário: uma técnica de gestão empresarial, (Adapta
ção do trabalho apresentado pelo Prof. Delso Tourinho no Cen
tro Internacional e Formação Profissional e Técnica de Torino,
Itália.
- 117- " : Administração de Empresas (leitura), 1968
- 118- " : Administração de Empresas (programas de Cursos, DFP, 1968.
- 119- " : Relatório Geral -Balanços Orçamentários- Exercício de 1967.
- 120- " : Notas sobre Técnica de Distribuição, de John Stanley Exton ,
Rio, maio 1964.
- 121- " : Distribuição e Composição Ocupacional no Comércio Brasileiro
Estudo nº 3, Natal-RGN, Rio dezembro 1964; Distribuição e Com
posição Ocupacional no Comercio Brasileiro-Belo Horizonte, Rio
maio 1962; Distribuição e Composição Ocupacional no Comércio
Brasileiro-Rio de Janeiro, Rio, maio 1963.
- 122- SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial): Relatório 1968
Dep. Nacional.
- 123- " : Revista SENAI
- 124- " : Coletânea de Leis, Rio 1967.
- 125- " : SENAI, origens, evolução, organização, programas e resulta
dos, intercâmbio e cooperação, de Italo Bologna, Rio 1967.
- 126- " : Escolas e Cursos
- 127- " /Dep. Nacional/Serviço de Relações Públicas: Escolas e Centros
de Treinamento.
- 128- " : Formação Profissional na Indústria - O SENAI, Rio 1969.

- 129- SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA/Bahia: Plano Integral de Educação e Cultura (Redação Preliminar), Centro de Estudos e Planejamento - Prof. Joaquim Coutinho - 4 vols. março 1968.
- 130- " /Bahia: Projeto para Estudos e Levantamentos da Situação Educacional do Estado da Bahia, Assessoria de Planejamento, Agosto - 1967.
- 131- " /Bahia: Estudo Preliminar para o Diagnóstico da Situação Educacional - Ensino Médio, Assessoria Técnica de Planejamento, novembro 1967 - Convênio CONTAP/MEC/SEC.
- 132- " /Bahia: Plano Educacional para o Centro Industrial de Aratu - 1968, Centro de Estudos e Planejamento - Documento preliminar, dezembro de 1967.
- 133- SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA/Paraná: Escolas Integradas, Assessoria de Planejamento, Eng^o Waldir Pedro Xavier Tavares.
- 134- " /Paraná: Merenda Escolar 1966, Departamento de Educação, Serviço Estadual de Merenda Escolar.
- 135- SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS/Paraná: Indicadores de Potencial Inversor dos Municípios, COPLAN.

E OUTROS:

- 136- CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO/Paraná: Criteria 3, janeiro a junho, 1966.
- 137- MEC/INEP/CBPE: Mouvement éducatif pendant l'année scolaire, 1967, junho-dezembro. Resposta elaborada pelo Técnico de Educação: Elza Rodrigues Martins.
- 138- " /INEP/CBPE: Fontes para o estudo da Educação no Brasil - Bahia, 1959.
- 139- MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO ECONÔMICA/EPEA: O Programa de ação e as reformas de base, 2 vols. Documentos EPEA n^o3.
- 140- Weil, Pierre: Pesquisa Nacional sobre o Nível Mental da População Brasileira, SENAC, Dep. Nacional, 1960

A PESQUISA ECONÔMICA APLICADA À EDUCAÇÃO

por Ralph von Gersdorff
UNESCO/INEP

Rio de Janeiro, 2 de abril, 1969

I. Definição da economia da educação e do treinamento

1. A economia da educação é a ciência do ótimo uso dos escassos recursos para a educação e o treinamento.
2. A palavra "economia" já exprime a raridade de recursos, recursos esses que podem ser utilizados também para outros fins.
3. Por isso, o planejador geral e o planejador da educação têm a tarefa (que é de suma importância), entre outras, de decidir recursos à educação e ao treinamento, e de distribuí-los, dentro do sistema da educação formal e do treinamento não-formal, entre os vários tipos de educação e de treinamento.
4. As primeiras questões que se colocam ao planejador educacional e ao governo são: 1º) Qual a parte do orçamento global do país que se deverá destinar à educação? 2º) Qual o grau de prioridade que o Governo quer conceder à educação em relação aos outros setores sociais e econômicos?
5. Ao que parece, no Brasil, os recursos destinados à educação formal e não-formal estão longe de acompanhar a aceleração do desenvolvimento social e econômico almejada pelo governo e pelo povo brasileiro. Cabe, portanto, a pesquisa informar se o planejamento feito até agora (plano decenal, etc.) está certo ou se deveria ser modificado e de que forma.

II. Áreas de pesquisa econômica aplicada à educação*

6. Estas áreas podem ser identificadas e classificadas segundo certos aspectos, níveis, sistemas e sub-sistemas socio-econômicos e geográficos:
 - A. Nível geográfico:
 - a. nacional
 - b. regional
 - c. estadual
 - d. municipal
 - e. associações dos particulares no município
 - f. escola individual
 - g. família e indivíduo.
 - B. Setores econômicos:
 - a. agricultura
 - b. indústria
 - c. serviços, inclusive turismo.
 - C. Setores sociais:
 - a. educação
 - b. saúde
 - c. habitação
 - d. previdência e assistência social.

- D. Setor público.
- E. Setor privado.
- F. A economia do trabalho e a educação: população ativa, mão-de-obra, salários, desemprego e sub-emprego, etc.
- G. A demanda e a oferta no campo da educação.
- H. O financiamento da educação:
 - a. interior.
 - b. exterior
 - c. custos em geral, custos unitários, despesas correntes e de investimento, orçamento-programa, bolsas.
- I. Os níveis no sistema da educação:
 - a. primário
 - b. ginásial
 - c. colegial
 - d. superior
 - e. adultos: alfabetização, treinamento, inclusive treinamento dos adolescentes que saíram do âmbito da educação formal, educação permanente.
- J. A economia dos meios de comunicação e de ensino, da própria pesquisa, da estatística, da contabilidade, etc.

III. O setor educação na economia e na contabilidade nacional:

- 7. A educação faz parte da pesquisa econômica em todas as categorias da contabilidade nacional: 1. origem da produção; 2. uso ou consumo da produção; 3. renda nacional e investimento ou formação de capital, fixo (bruto) dentro da conta nº 2. A despesa corrente é contabilizada no item "consumo do governo" (na conta origem da produção) e a despesa de investimento ou de capital (prédios e equipamentos pesados escolares) no item "formação de capital fixo (bruto)". Na conta nº 1 a educação e a saúde fazem parte do item "administrações públicas, civis e militares e serviços diversos". Na conta nº 3 entram em primeiro lugar os salários dos professores e dos administradores da educação.
- 8. As contas nacionais mostram em que medida a poupança obrigatória (impostos, etc.) e a poupança voluntária devem ser aumentadas para poder financiar um aumento no investimento educacional e nas despesas correntes para a educação, que podem ser consideradas investimento no sentido do aumento do "capital humano", nos conhecimentos técnicos e outros da população. Estes conhecimentos são o capital intangível que é muito mais importante que o capital físico de uma nação, uma vez que este último pode ser constituído rapidamente desde que haja abundância suficiente do primeiro. O primeiro, no entanto, só pode ser adquirido através da educação e do treinamento, como condição essencial para o segundo (1).

(1) Ver Mary Jean Bowman: "Human Capital: Concept and Measures", em Hugo Hegeland (ed.), Money and Methodology, Lund, Suécia, C.W.K. Glerup, 1961, em Selma Mushkin (ed.): "The Economics of Higher Education", Washington, D.C., Dept. of Health, Education and Welfare, Office of Education, 1962, e em UNESCO: Readings in the Economics of Education, Paris, 1968. Ver também os artigos de Nicholson, Piatier, Kuznets e Schultz no último volume.

9. Um exemplo clássico nesse sentido é o da Alemanha depois da II Guerra Mundial. A população alemã possuía conhecimentos técnicos suficientes para poupar e reconstruir o capital fixo, que tinha sido quase completamente destruído e desmontado.
10. Será que a população brasileira já dispõe de conhecimentos suficientes para explorar seus recursos naturais? Ao que parece, não. A pesquisa na área da contabilidade nacional deveria ajudar a avaliar o que ainda precisa ser feito no campo da educação e do treinamento. Será necessário aumentar a poupança pública e privada, inclusive na própria educação, pela redução do consumo particular das famílias de renda elevada, pela racionalização da contabilidade, do processamento de dados, pela redução das despesas públicas noutros setores que têm menor grau de prioridade, etc.
11. Também a comparação internacional da posição do Brasil, tomando os gastos públicos em educação como percentagem da renda nacional, é um instrumento muito útil da pesquisa econômica aplicada à educação. É um método já aplicado no Brasil (1), mas não passa de um indicador entre outros, que não deveria ser considerado isoladamente devido às diferenças nas estruturas educacionais, econômicas e ocupacionais nos vários países. Como os países em vias de desenvolvimento são muito atrasados no campo da educação, é claro que eles devem aplicar uma parcela muito maior em educação do que os países de economia mais desenvolvida. Infelizmente o Brasil não investiu suficientemente no seu "capital humano" no passado e temos a impressão de que continua investindo pouco, embora a situação já tenha melhorado:

Gastos públicos em educação no Brasil como percentagem da renda nacional (FGV):

| Ano | % |
|----------------|-----|
| 1960 | 2,9 |
| 1961 | 3,0 |
| 1962 | 3,3 |
| 1963 | 2,7 |
| 1964 | 2,8 |
| 1965 | 4,3 |
| 1966 | 4,5 |

(1) Ver Edson Machado de Souza: "Recursos Públicos Aplicados em Educação - 1960-1967", IPEA, Setor Educação e Mão-de-Obra, Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica.

Despesas públicas em educação como percentagem da renda nacional em vários países - 1962 (1)

| País | % | País | % |
|-----------------------|-----|--------------------------|-----|
| Congo (B) (1964)..... | 8,5 | Alemanha Oriental | 6,0 |
| Israel | 8,4 | Reino Unido | 5,8 |
| Finlândia | 8,1 | Suécia (1961) | 5,7 |
| Canadá | 7,6 | Sudão | 5,6 |
| Iraque | 7,4 | Madagascar (1961) | 5,5 |
| Japão | 7,2 | Estados Unidos (1961) .. | 5,4 |
| Madagascar (1964) ... | 7,0 | Quênia | 5,1 |
| Congo (B) (1961) | 7,0 | Iugoslávia | 5,1 |
| Coréia (Rep. da) | 6,8 | Polónia | 5,1 |
| Itália | 6,3 | Peru | 4,8 |
| Senegal (1964) | 6,2 | Hungria | 4,7 |
| Bélgica | 6,2 | Bulgária | 4,7 |
| Noruega | 6,1 | Marrocos | 4,7 |
| U.R.S.S. | 6,1 | Senegal (1961) | 4,6 |

12. À primeira vista, parece também insuficiente o esforço programado para o futuro (2): aplicações em educação como percentagem do Produto Interno Bruto (PIB): 1968: 3,51; 1969: 3,62; 1970: 3,67, incluindo os recursos externos. Nessas cifras, como nas acima indicadas, estão incluídas as despesas públicas no campo da cultura (museus, bibliotecas, cultura física e artística) e da pesquisa científica e tecnológica que deveriam ser analisadas aparte. Países que têm um grande setor de subsistência têm que analisar o produto interno monetário porque as despesas para a educação são feitas em dinheiro, com exceção de, por exemplo, merendas escolares e das escolas construídas com material e trabalho local fornecido gratuitamente.
13. Um objetivo principal da pesquisa de produto nacional é o processo de distribuição de poupanças raras e valiosas entre projetos de investimento competitivos, de maneira a que cada despesa educacional seja sujeita à mesma disciplina que qualquer outro projeto de investimento, provando o seu rendimento superior em relação a um projeto alternativo. Torna-se, portanto, necessário planejar os vários níveis e projetos do ensino e treinamento em coordenação estreita com os outros setores e projetos e com o planejamento global da economia. A política de recursos humanos, do emprego e da distribuição da renda determina os objetivos da educação, as prioridades e a pesquisa econômica aplicada à educação que é feita pelo INEP e o IPEA no Rio. Deveria ser também instalado, o mais cedo possível, o serviço de planejamento da educação na Secretaria Geral do Ministério da Educação e Cultura, ou no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, do MEC.

(1) Fonte: International Yearbook of Education, UNESCO, Paris, 1963/4/5/6.

(2) Ver de Souza, op. cit., p. 21.

IV. O setor da educação na economia e na contabilidade regional

14. Embora já existam no Brasil organismos regionais, ainda não se realizam pesquisas no campo da contabilidade regional no sentido de desenvolver métodos adequados a respeito do desenvolvimento regional. Enquanto a SUDENE, por exemplo, já realizou estudos desse tipo no setor da economia externa (1) deixou um tanto negligenciado o setor educação. É preciso que se estude que dados devem ser coletados, que dados devem ser melhorados para permitir o diagnóstico do setor educação no Nordeste e seu entrosamento no plano social e geral para essa região.
15. Como as regiões em que se divide o Brasil são muito extensas, é preciso que nelas se façam os mesmos tipos de estudos de contabilidade realizados em nível nacional ou federal. A educação deveria ser o setor prioritário e privilegiado na contabilidade nacional e regional. Os órgãos regionais devem encarregar um ou mais funcionários da coordenação permanente dos trabalhos com o Setor de Recursos Humanos do IPEA, com a Secretaria Geral do MEC e com o INEP.
16. Uma função de planejamento muito importante que cabe ao nível regional, estadual e até municipal é a função da identificação, elaboração, avaliação e execução dos projetos individuais de educação e de treinamento. A SUDENE, por exemplo, está dependendo demais dos incentivos fiscais, esperando que os industriais, os educadores, etc. proponham projetos para aproveitar a assistência que ela pode fornecer. Ao invés disso, a própria SUDENE deveria tomar a iniciativa no campo da identificação de projetos, utilizando os métodos já elaborados para um trabalho sistematizado (2).
17. O uso destes métodos exige pesquisas muito bem organizadas, com instrumentos modernos de coleta, processamento e arquivamento de dados, nos seguintes setores:
 - A. Recursos humanos (dados sobre a população, sua estrutura educacional e ocupacional, uso da classificação padronizada da O.I.T.);
 - B. Recursos naturais;
 - C. Empresas existentes, inclusive instituições educacionais, com suas possibilidades de ampliação e melhoramento;
 - D. Avaliação de projetos antigos, correntes e novos; inventário destes projetos; cálculos custos/benefícios para cada projeto e em projetos-piloto e experimentais (por exemplo nas escolas experimentais);

(1) Ver Leonardo Guimarães: "Evolução do Setor Externo Nordeste no 1958/63", SUDENE, Assessoria Técnica, Recife, maio, 1965.

(2) Ver R. von Gersdorff: "Suggestions for the establishment of a service for the identification and selection of agricultural, mining and industrial production opportunities in developing regions with special reference to the SUDENE, the Development Authority for Northeast-Brazil", SUDENE, Divisão de Documentação, Setor Gráfico e de Reproduções, CDU-338 924, Recife, 1966.

- E. Utilização de normas internacionais nos diversos setores (ISIC na indústria, International Standard Classification of Education ou ISCED da UNESCO, etc.);
 - F. Aplicação das tecnologias existentes e a invenção de novas técnicas;
 - G. Produtos existentes e novos, inclusive os que podem ser utilizados no setor educação e treinamento;
 - H. Substituição das importações;
 - I. Promoção da exportação e identificação das possibilidades de exportação;
 - J. Avaliação dos planos de desenvolvimento;
 - K. Utilização das tabelas inter-setoriais;
 - L. Comparação com outras regiões nacionais e estrangeiras semelhantes;
 - M. Sugestões do público (associações, clubes e indivíduos particulares).
18. No nível internacional já foi assinado em junho de 1964 o convênio entre a UNESCO e o Banco Mundial, que estipula também um trabalho em conjunto no campo da identificação, preparação e financiamento de projetos educacionais (1). Infelizmente, o Brasil ainda não se beneficiou bastante deste convênio, na base do qual também poderiam ser identificadas regiões cujo desenvolvimento educacional merece regime de prioridade e urgência. Uma região deste tipo foi identificada no Afeganistão (UNESCO/Fundo Especial da ONU) e regiões para alfabetização no Brasil (Vale do São Francisco, etc.), assim como em diversos outros países.
19. Da mesma forma, o INEP, a Secretaria Geral do MEC e o IPEA poderiam dispor de equipes especializadas em identificação de regiões e projetos educacionais de prioridade, para ajudar os organismos regionais e os vários Estados no estudo, in loco, das necessidades e nos problemas de alfabetização, de educação e de treinamento. Em certa medida, isto já foi feito pelos CEOSE (Coloquios Estaduais sobre a Organização dos Sistemas de Educação) do INEP, que foram reorganizados, recentemente, sob o nome de Equipe de Planejamento e Organização (2), do Serviço de Assistência Técnica (S/T). A identificação e execução de projetos econômicos deve garantir uma taxa de desenvolvimento econômico suficientemente alta para gerar oportunidades de trabalho (do contrário, a expansão da educação pode aumentar ainda mais a frustração que o ritmo de desenvolvimento). Estas atividades deveriam ser entrosadas com as atividades das instituições financeiras como o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, o BNDE e a nova Associação Brasileira de Bancos de Desenvolvimento, em escala nacional, e do Banco Mundial/UNESCO, em escala internacional. O último (3) e o BNDE (4) já publicaram rotei-

(1) Ver tradução não oficial em R. v. Gersdorff: "Sugestões para o Financiamento de Programas e Projetos Educacionais no Brasil", Rio de Janeiro, INEP/CEOSE/UNESCO, fevereiro 1969, Anexo II.

(2) Ver Portaria do INEP/MEC nº 40, de 21 de março de 1969.

(3) Ver Anexo I na tese de R.v. Gersdorff: "Sugestões para o Financiamento, etc", op. cit.

(4) Ver BNDE, Departamento de Operações Especiais: "Roteiro para apresentação de projetos de ensino de nível médio (especialização de técnicos de nível médio) e formação de engenheiros de operação", Rio, maio de 1968.

ros para a elaboração de projetos educacionais. Tais roteiros faltam ainda para os outros bancos de desenvolvimento brasileiros.

20. Uma parte importante da pesquisa econômica aplicada à educação é a elaboração de normas educacionais e de treinamento para certos tipos de região seguindo uma classificação de regiões-padrão ("region and facilities profiles") segundo a área, a população, sua densidade e características educacionais (índice de alfabetização, da população escolar nos vários níveis de educação, índice de população ocupada, etc.) e ocupacionais, dos serviços não educativos fornecidos na região, o produto regional total e o produto dos vários setores econômicos e sociais, etc. Os projetos podem então ser avaliados: se cabem ou não, se se ajustam ou não numa determinada região, se tiveram ou não êxito em outras regiões nacionais e estrangeiras do mesmo tipo.
21. De especial importância no plano regional são as pesquisas econômicas a respeito da localização das escolas e demais instituições educacionais e de treinamento. É preciso delinear as áreas de transportes escolares, as de absorção escolar ou de recrutamento de alunos e professores para uma escola determinada.
22. No terreno da economia e sociologia regional, o Instituto de Pesquisas de Desenvolvimento Social da ONU (UNRISD) em Genebra (Palais des Nations) está realizando estudos sobre as experiências e perspectivas em cada continente, incluindo a América Latina. O texto preliminar sobre a África já foi publicado em novembro de 1968 (1) e o estudo sobre a América Latina deve sair em meados de 1969.

V. O setor educação na economia e na contabilidade estadual

23. Segundo a legislação vigente (Lei de Diretrizes e Bases, LDB), os Estados são responsáveis pela administração da educação primária e de nível médio. Em consequência, eles têm que estabelecer seus órgãos de planejamento, pesquisa e estatística educacional.
24. As pesquisas sobre a situação educacional nos vários Estados da Federação são feitas pelo Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), instalado na Guanabara, e pelos cinco Centros Regionais (CRPE), com sede em Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo, Porto Alegre. Mas, nem todos dispõem de economistas de alto gabarito, especializados em educação. Assim sendo, não podem fazer os estudos econômicos de maior prioridade e urgência no campo da educação e do treinamento da mão-de-obra.
25. Os CEOSE conseguiram estabelecer grupos de planejamento em alguns Estados, mas neles também faltam ainda certos especialistas em planejamento, estatística e contabilidade. Nos outros Estados é urgente que se formem grupos e escritórios de planejamento e pesquisa educacional. Alguns Estados do Nordeste e os territórios talvez sejam pequenos demais para justificar certo pessoal de alto nível e pesquisas dispendiosas. Pensamos que nesse caso, a SUDENE e o INEP deveriam proporcionar esse pessoal e esses serviços de pesquisas.

(1) Ver R. von Gersdorff: "Regional Development - Experiences and Prospects, Volume I: Preliminary Report on Africa", United Nations Research Institute for Social Development (UNRISD), Palais des Nations, Geneva, November 1968.

26. As técnicas de pesquisa e planejamento educacionais são as mesmas tanto no nível estadual quanto no nível regional.

VI. O setor educação na economia e na contabilidade municipal

27. Para o nível municipal foram elaboradas pela ONU muitas técnicas de desenvolvimento comunitário, urbano e regional. Nestas técnicas o desenvolvimento da campanha de alfabetização, de todos os níveis do sistema educacional formal e de treinamento sempre tinha um lugar chave, condicionando o desenvolvimento de todos os outros setores.
28. Embora já funcionem escolas municipais no Brasil, parece que os municípios estão ainda muito longe de ter exaurido todas as possibilidades de auto-ajuda e de auto-financiamento no campo da educação e do treinamento permanente da população. Consultando-se o 1º volume de Resultados do Censo Escolar de 1964, verifica-se quão elevado é o déficit de escolas primárias nos municípios brasileiros. O primeiro trabalho a ser feito nesse nível pelas Secretarias estaduais de Educação, com a assistência técnica da União, parece ser a propaganda para a alfabetização, a educação formal e permanente por todos os meios de comunicação existentes, a saber, jornais, cartazes, rádio, televisão e filmes. É preciso convencer as autoridades municipais, os pais e outros adultos das vantagens que o desenvolvimento da educação traz, como setor chave para o desenvolvimento econômico e social. Muitos pais ainda acham que a escola e o treinamento são perda de tempo, "coisas teóricas" (culpa da ênfase dada até agora à educação literária, "clássica" e tradicionalista, desligada das exigências do mercado de trabalho) que não servem para a vida prática de todos os dias. Eles não realizam o estado de emergência em que se encontra a educação no Brasil. A pesquisa tem que identificar os incentivos econômicos e culturais que poderiam convencer, como por exemplo merendas escolares, filmes, slides e rádio de cultura, adaptação dos currículos às características regionais e ao desenvolvimento socio-econômico, educação cívica, etc.
29. Além disso, a pesquisa econômica deve identificar todos os meios de auto-ajuda e de auto financiamento:
- A. pessoas que poderiam servir de professores de alfabetização, de escola primária, ginásio, colegial, de curso superior, de treinamento agrícola, industrial, comercial, financeiro, etc.
 - B. Pessoas que deveriam ser incentivadas a seguir um certo curso ou a entrar em determinada escola.
 - C. Prédios que poderiam servir como escolas (salas de aula ociosas, salas de reunião, casas grandes, igrejas, etc. livres).
 - D. Material que poderia ser utilizado e doado para a educação e o treinamento: gêneros alimentícios para merendas escolares, papel, livros, lapis, material de ensino científico, máquinas não-utilizadas, quadros, móveis, livros, material para a construção de escolas, veículos para o transporte escolar, etc.

- E. Meios financeiros já existentes, impostos para a educação que seriam aceitos de boa vontade pela população, coleta de dinheiro dado voluntariamente para um determinado projeto de educação ou de treinamento, venda de papéis de dívida municipal, organização da poupança para a educação dos filhos (caixas e fundos especiais), etc.
- F. Trabalho remunerado ou voluntário para o magistério e a administração do ensino, a construção de escolas, as merendas escolares, o transporte escolar, etc.

De grande utilidade para esta pesquisa poderiam ser talvez os resultados do "Inquerito Municipal" que o IBGE (Conselho Nacional de Geografia) organizou junto com o IPEA em 1967, incluindo a educação (numero de estabelecimentos de ensino, de alunos, etc.; ver modelo especial).

30. A UNESCO em Paris e o "Instituto para a Educação de UNESCO em Hamburgo, Alemanha Ocidental, está preparando um Manual de Desenvolvimento da Escola Comunitária que deve sair em meados de 1969. Seria recomendável traduzir este manual para o português e distribuí-lo as Secretarias de Educação, aos prefeitos, diretores de escola e presidentes de associações e clubes. O INEP, o MEC e o IPEA poderiam fornecer a assistência necessitada (1).

VII. O setor educação e as associações dos particulares no município.

31. Embora um indivíduo possa ajudar bastante no setor educação, sacrificando tempo, esforço e dinheiro para o ensino, é necessário a utilização das associações existentes e o estabelecimento de associações novas, especialmente em plano municipal e comunitário. A pesquisa econômica e sociológica deveria também dedicar-se a este problema.
32. A nosso ver é urgente a formação de conselhos municipais para a educação e o treinamento dos adolescentes e adultos que ainda estão fora do sistema educacional formal e não-formal. Para finalidades educacionais específicas poder-se-iam formar clubes e associações de pais e profissionais. As associações existentes poderiam também tratar da alfabetização, da educação formal, do treinamento e da educação permanente cívica, técnica e cultural. Sem este esforço, sem o sacrifício dos membros dessas associações não vai ser talvez possível erradicar o analfabetismo e proporcionar a cada brasileiro educação e treinamento suficientes e adequados.

VIII. A economia das instituições educacionais individuais

33. Muito precisa ser feito ainda no Brasil em matéria de pesquisa econômica em nível da escola, da universidade e da instituição de treinamento individual. Alguns problemas e, portanto, áreas de pesquisa já foram enumerados e explicados por M. T. Tourinho Saraiva, A. M. Cunha Neves e H. Covas Pereira, do IPEA, Setor de Educação e Mão-de-Obra, no trabalho "Problemas do Ensino Primário Brasileiro nas Áreas Rurais" (Rio, 1968):

(1) Ver UNESCO Chronicle: "Community Schools in Developing Countries", UNESCO, Paris, Jan. 1969, Vol. XV, Nº 1, p. 28.

- A. Problemas Físico materiais:
 - a. utilização irracional do espaço escolar;
 - b. carência (ou ausência) de material didático e escolar;
 - c. precariedade de instalações complementares, como mobiliário, etc.
 - d. falta de flexibilidade do ano letivo.
 - B. Problemas relacionados com o corpo docente:
 - a. não fixação do professor à localidade em que leciona - mobilidade do professor;
 - b. grande percentual de regentes de classe leigas;
 - c. salários baixos para o corpo docente;
 - d. falta de condições mínimas para um bom rendimento do corpo docente (moradia, transporte, etc.).
 - C. Problemas relacionados ao aproveitamento escolar:
 - a. grau elevado de evasão e repetência: desperdício educacional;
 - b. currículos planejados de forma alheia à realidade local;
 - c. critérios de promoção irrealis;
 - d. turmas heterogeneas em uma mesma sala;
 - e. carência de alimentação suficiente e precárias condições de higiene;
 - f. atividades extra-escolares.
 - D. Problemas relacionados com a ligação da vida doméstica com a escola:
 - a. falta de ligação entre a vida doméstica e a vida escolar das crianças;
 - b. alto índice de analfabetismo dos pais.
 - E. Problemas relacionados com a localização das escolas:
 - a. escolas localizadas sem planejamento, em locais de baixa concentração demográfica;
 - b. distância da casa a escola;
 - c. falta de meios de transporte adequados.
 - F. Problemas relacionados com a integração comunidade-escola:
 - a. grau de analfabetismo da comunidade;
 - b. inadequação dos conhecimentos adquiridos, dificultando seu emprego;
 - c. desinteresse da comunidade em relação à escola.
34. Outra área de pesquisa é a do rendimento e da contabilidade escolar e universitária, da administração ordinária e financeira. Voltamos a este assunto no capítulo J.

IX. A educação, a família e o indivíduo

35. Em famílias brasileiras, especialmente nas zonas rurais, continua ainda hoje a criação de atitudes anti-desenvolvimentistas, isto é, atitudes contra o trabalho e o estudo (ligar mais a sorte, herança, ajuda da família, dos amigos e do Estado, etc., que ao próprio trabalho), contra a cooperação com pessoas que não são da família ou pertencem ao rol dos "amigos" da família, e contra a poupança (efeito anti-econômico da inflação, desperdício de tempo, de comidas, de estoques de gêneros alimentícios, consumo de luxo, investimentos em casas de luxo, carne - val de luxo, etc.).

36. Dever-se-iam, portanto, fazer pesquisas no sentido de encontrar novos meios de mudar estas atitudes, utilizando a propaganda e o ensino cívico através de todos os meios de comunicação.
37. Quanto ao conteúdo desta propaganda, poder-se-ia utilizar os resultados de uma pesquisa a ser realizada sobre as taxas internas de rendimento de gastos educacionais necessários a respeito das diversas profissões para um indivíduo durante a sua vida profissional e de trabalho. Por exemplo:

Taxa interna de rendimento de gastos para formar um professor, utilizando o método de fluxo de caixa descontado (discounted cash flow method) (1)

| | (1) | (2) | (3) | (4) | (5) |
|--------------|--|--|-------------------------------------|-------------------|--|
| Anos de vida | Custo unitário da formação de professor, incluindo a renda que o aluno perde durante os anos de estudo | Rendimento da educação: diferença entre renda média e todos os custos de treinamento, incluindo treinamento esporádico como reciclagem, etc. | Fluxo de renda líquida (2) - (1) | Fator de desconto | Valor atual do fluxo de renda líquida (3) : (4) |

38. Como resultado desta espécie de pesquisa, deveriam aparecer também as profissões que rendem mais hoje em dia que outras, com as respectivas consequências, para os indivíduos, a política salarial do Governo, o planejamento da mão-de-obra, da educação e do treinamento.
39. Esta pesquisa poderia também contribuir para a elaboração de uma classificação brasileira das profissões e ocupações segundo as exigências da educação e do treinamento de cada profissão e nível nesta profissão (alto, médio superior, médio baixo, baixo) (2).

(1) Cálculo utilizado numa pesquisa sobre rendimento de vários cursos de ensino superior na Universidade de Bradford, Yorks, Reino Unido, sob a direção do professor A. Bottomley.

(2) Ver U.S. Department of Labor, Bureau of Employment Security, U.S. Employment Service: "Estimates of Worker Trait Requirements for 4,000 Jobs", Washington, D.C., 1957, e "Dictionary of Occupational Titles", Washington D.C., 1965. Ver também: National Manpower Board: "Survey of Educational and Planning Content of Occupations", Lagos, Nigeria, 1966, e Geraldo Tarquinio de Fonseca: "Modelo para uma classificação da ocupação", em Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, V. 77, abril/junho 1967, MEC/INEP.

X. O papel da economia da educação na agricultura

40. Cada setor econômico e social tem seus problemas de educação e treinamento. Os planos educacionais devem ser inseridos nos planos globais, setoriais e regionais de desenvolvimento.
41. O custo da educação agrícola depende da demanda quantitativa e qualitativa de mão-de-obra na agricultura, dos tipos de trabalho planejados para providenciar mais emprego e reduzir o sub-emprego nas zonas rurais. Se, de um lado a produtividade agrícola reduz o emprego no campo, de outro lado, existem também métodos intensivos de trabalho para aumentar esta produtividade: construção de estradas e pistas de acesso, desbravamento de matas, construção de represas e canais de irrigação, obras de conservação do solo, reflorestamento e plantação de árvores frutíferas, trabalhos de horta e nas outras culturas intensivas, trabalho de extensão agrícola e de crédito agrícola supervisionado, etc. Levando-se em consideração as projeções da demanda de produtos agrícolas, estes trabalhos poderiam ser planejados ao mesmo tempo que a educação e o treinamento necessários.
42. Temos que distinguir três tipos de educação e treinamento agrícolas:
- A. Educação formal
 - B. Educação de adolescentes não-escolarizados e de adultos
 - C. Educação e treinamento do pessoal da administração agrícola.
43. Muito já se falou sobre a inadequação dos currículos das escolas primárias rurais à vivência da criança, aos interesses da idade e ao seu nível de compreensão. Os conhecimentos transmitidos são desligados da realidade local e atual (1). Continua-se a ensinar fatos históricos sem importância, como por exemplo os nomes das capitâncias e, por outro lado, no desejo de modernizar, escolhem-se temas que a criança dificilmente pode compreender, como a conservação do solo. Exemplo disso foi o Curso Intensivo de Conservação do Solo, dado em Jau, de 12 a 17 de julho de 1965, por um Engenheiro Agrônomo Conservacionista, em cumprimento da Portaria 169 de 16/3/1963, do Departamento de Educação de São Paulo. As Secretarias de Agricultura e de Educação de São Paulo emitiram certificados, indicando frequência e aproveitamento, assinados pelo Engenheiro Agrônomo da Casa da Lavoura de Jau, pela Divisão de Conservação do Solo e pelo Departamento de Educação, Ensino Rural. No âmbito dessa iniciativa muito louvável, nenhum esforço foi feito para tornar a matéria acessível a compreensão da criança em idade de escola primária.
44. Por outro lado, falta nesta escola um currículo de estudos sociais e de educação cívica adaptado à vida rural. Neste setor, vale a pena estudar o sistema de ensino dos estudos sociais nas escolas primárias dos Estados Unidos(2)

(1) Ver Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos: "Provas de rendimento escolar no ensino primário", Vol. 47, abril/junho, Rio 1967, MEC/INEP, p. 267.

(2) Ver livros didáticos americanos a este respeito, como por exemplo: Paul R. Hanna, G.A. Hoyt, C. F. Kohn: "In City, Town and Country, The Basic Social Studies Program", Teacher's Edition, Scott, Foresman and Co., Glenview, Illinois, 60025, USA, 1965.

e adaptá-lo às condições sócio-econômicas brasileiras.

45. Precisa-se também fazer um esforço no sentido de estudar bastante as possibilidades de estabelecer hortas escolares, oficinas de artesanato e criação de animais, nas escolas primárias rurais (1). Algum êxito, entretanto, já foi alcançado no Rio Grande do Sul, com a fundação dos clubes 4H, segundo o modelo americano neste setor.
46. Especial atenção merece o estudo da situação econômica e social da professora primária rural e do seu papel na comunidade. É verdade que a educação afasta os jovens da vida rural? Que tipo de pessoa é a professora primária? Qual a sua posição na comunidade? Qual a sua origem social e qual a sua educação? Qual a sua posição religiosa e política? Quais são as suas atividades fora da escola? Quais as suas condições de trabalho e salários, as vantagens e os obstáculos? Quais suas oportunidades de promoção e de emprego? Como e que matérias ensina as crianças? Quem dá as diretrizes? De que prédios, equipamento e materiais ela dispõe? Quais são os resultados do seu trabalho, quais os efeitos nos alunos e nos pais? Que papel ela tem na educação dos adultos, no estabelecimento de outras escolas, e em outras atividades da comunidade? Seu trabalho está coordenado com outros programas de desenvolvimento rural? Ela é consultada pelos planejadores estaduais e municipais? Quem são os supervisores e como são selecionados e treinados? Como são as relações entre professora e supervisor? Que medidas deverão ser tomadas para melhorar a situação, a produtividade e a eficiência da professora? Qual deverá ser o seu papel no desenvolvimento rural e como poderia ser-lhe fornecida uma assistência técnica eficiente? (2)
47. Em cada município deveria ser organizada a alfabetização e o ensino vocacional para a educação dos adolescentes não-escolarizados e dos adultos. Bons resultados foram alcançados com escolas para agricultores na África (por ex. em Tanzânia) e na França (3).
48. Papel de suma importância é o do serviço de extensão agrícola e de crédito supervisionado (4). Cálculos de rendimento de certos projetos agrícolas mostraram que o maior rendimento foi alcançado com projetos de pesquisa e extensão agrícola. Enquanto, por exemplo, o Estado de São Paulo já tem uma boa rede de "Casas da Lavoura", outros Esta -

-
- (1) Ver por exemplo: A.P.S. Forbes: "School Farms - A New Approach in Tanganyika".
 - (2) Ver International Institute for Educational Planning: "Educational Planning: an Inventory of Major Research Needs", Paris, 1965, p. 32-33.
 - (3) Ver R.v. Gersdorff: "Suggestions for Agricultural Planning in Developing Countries" e "Proposals for Inter-Regional Agricultural Planning in Africa", documentos E/CN.14/CAP/31 e 34, United Nations, Economic Commission for Africa, Addis Ababa, 1967.
 - (4) Ver A. Bottomley: "Estratégia Monetária para las Zonas Rurales Subdesarrolladas", Centro de Estudios Monetarios Latino-americanos (CEMLA), Mexico, 1968.

dos não foram ainda dotados com uma rede bastante densa. Tanto maior é então a importância da extensão do ensino agrícola médio e superior.

49. Como nos Estados Unidos, seria necessário também no Brasil fazer cálculos do rendimento das despesas para a pesquisa e a assistência técnica ou extensão agrícola (research and extension). Z. Griliches (1) e E. Mansfield (2) calcularam que nos Estados Unidos estes gastos renderam de 30 a 70%, enquanto as despesas adicionais para pesquisas nos setores indústria química e indústria de óleos minerais ou petroquímica só renderam 30% e 40-60% respectivamente no período 1945-58 (3).
50. Conseqüentemente, pode-se formular a hipótese de a formação de técnicos de extensão agrícola ser muito mais rentável em âmbito nacional e regional que os outros tipos de educação e treinamento nos outros setores econômicos e sociais. Da mesma forma, é permitido supor que o ensino primário rural e a alfabetização funcional (orientado para o trabalho agrícola) nas áreas rurais têm taxas de rendimento maiores que outros tipos de educação. Mas, cabe a pesquisa econômica verificar se está hipótese é realmente certa ou não, e em que medida exatamente.
51. Tais pesquisas resultam também em conclusões a respeito dos aumentos absolutamente necessários dos salários e status profissional/social para funcionários de extensão agrícola, professores das escolas primárias rurais e de alfabetização funcional.
52. Desde que se desenvolvam os serviços de comercialização, de transportes e comunicações, de cooperativismo e de créditos e de poupança, ao mesmo tempo, um serviço de extensão agrícola bem desenvolvido, forte e eficiente pode aumentar a produtividade agrícola rapidamente, como foi provado em muitos países. A demanda de técnicos de extensão será então a base para o desenvolvimento mais acelerado da agricultura. Esta demanda tem que ser calculada para cada região, em função do número de agricultores a servir e do tipo de região (agricultura intensiva, extensiva, criação de gado, região florestal, etc.). Ela determina as necessidades de educação e treinamento de técnicos de extensão e dos outros serviços (comercialização, crédito, etc.; 20 a 50% ou mais) (4). Para um distrito no Quênia que tem 500.000 habitantes, calcula-se que se precise 2 engenheiros agrícolas de nível profissional bastante elevado, 5 ou 6 funcionários de extensão de nível

(1) "Research Expenditures, Education, and the Aggregate Agricultural Production Function", em American Economic Review, vol. 54, 1964, p. 968.

(2) "Rates of Return from Industrial Research and Development", em American Economic Review, Papers and Proceedings, vol. 55, 1965, p. 319.

(3) Citado em H.P. Widmaier e B. Frey: "Wachstumstheorie und Bildungsökonomik" (Teoria do Crescimento Econômico e Economia da Educação), em Konjunkturpolitik, 13º ano, nº 3, 1967, Duncker e Humblot, Berlim, República Federal da Alemanha, p. 141.

(4) Ver Fergus Wilson: "The Role of Educational Planning in Agricultural Development", UNESCO, International Institute for Educational Planning, Paris, 7, rue Eugene-Delacroix, 1967, IIEP/TM/17/67, p. 5.

técnico com bastante experiência e de 150 funcionários de extensão no campo. Isto como exemplo de uma estrutura ideal da mão-de-obra de extensão agrícola num certo caso.

53. Para o desenvolvimento (levantamento de dados, identificação de projetos, elaboração de programas e projetos, etc.) no nível regional, estadual e municipal, e sempre recomendável formar equipes compostas de funcionários ou voluntários que têm diferentes profissões: educação, saúde, agricultura, veterinária, desenvolvimento comunitário, artesanato e pequena indústria. Em alguns casos (treinamento de técnicas especiais) só será econômico dar o treinamento respectivo em nível regional ou nacional, ou até no estrangeiro.
54. Os estágios nos municípios, casas de lavoura (serviços de extensão), estações e fazendas experimentais, etc. são meios de ensino técnico e prático muito eficientes. Por isso, devem ser planejados muito bem, como foi o caso nos Projetos Rondon (1) e no Projeto Saldanha (pesquisas socio-econômicas em centros pesqueiros fluminenses por estudantes de medicina, direito, serviço social, economia e agronomia, em colaboração com a Diretoria de Ensino da Fundação de Estudos do Mar).
55. Em geral, dever-se-ia estudar em que forma poderiam escolas e universidades cooperar com as autoridades agrícolas e associações de agricultores. Como já mencionamos acima, a agricultura não deve só receber os produtos da educação, deve também fornecer seus produtos à educação, tais como gêneros alimentícios para merendas escolares, madeiras para fabricação de moveis escolares, de papel, lapis, etc.
56. Sob essa perspectiva, pode-se ver como a educação e a agricultura se entrosam num quadro de relações inter-setoriais (quadros insumos-produtos ou "input-output"). Estes setores (educação e nutrição) são também os mais importantes no âmbito do planejamento social, ao lado da saúde, da habitação, da previdência e assistência social, visto que os objetivos dos planos de desenvolvimento gerais são, de caráter social, constituindo certos índices meta do nível de vida e do nível de bem-estar, enquanto os objetivos econômicos são puramente intermediários para alcançar os objetivos sociais (2).
57. No setor social (só educação, nutrição e saúde), uma pesquisa da UNRISD em Genebra mostrou que a educação nunca e o último, nem a saúde o primeiro objetivo nos planos nacionais dos países em vias de desenvolvimento, (3) e que a sequência e (na média) nutrição-educação-saúde. A pesquisa socio-econômica tem que mostrar qual seria a melhor sequência no Brasil. Em algumas regiões será certamente necessário dar preferência à saúde, como parece mostrar o Projeto Rondon, que tem preferido nitidamente o setor saúde aos outros setores sociais e econômicos. Mas é claro que o setor educação deve, desde já, receber muito mais assistência técnica.

(1) Ministério do Interior, Grupo de Trabalho Projeto Rondon: "Projeto Rondon: integrar para não entregar, Universidade Integrada", Rio, Av. Franklin Roosevelt, 39-8º, 1969.

(2) Ver Jan Drenowski: "Social and economic factors in development - introductory considerations on their meaning, measurement and interdependence", UNRISD, Palais des Nations, Genebra, 1966.

(3) Ver J. Drenowski e M. Subramanian: "Social Aims in Development Plans", UNRISD, Genebra, 1968, p. 17.

Relatório sôbre a participação do INEP/MEC no Primeiro Congresso dos Bancos de Desenvolvimento Brasileiros em Araxá, Minas Gerais - 4-8 de Março de 1969.

1. Por indicação do Coordenador dos CEOS, o Sr. Diretor do INEP resolveu credenciar como seus representantes no Iº CBBD a Srta. Lúcia Maria Nagasawa, pesquisadora social desta entidade e o Sr. Ralph von Gersdorff, perito da UNESCO.

2. A coordenação do Iº CBBD exigiu de seus participantes a chegada a 3 de março, para instalação, credenciamento e inscrição nas Comissões Técnicas.

3. O Congresso teve início dia 4 de março com o Plenário de Abertura às 14h. Foi eleita a Junta Diretora composta dos seguintes membros:

| | | |
|--------------------------|----------------------|--------|
| Presidente | Jorge Babet Miranda | BRDE |
| 1º Vice-Presidente | Juvenal Osório | BNDE |
| 2º Vice-Presidente | Arylo Aguiar Holanda | CODEC |
| 1º Secretário | Nelson Cunha | BDMG |
| 2º Secretário | Achiles J.M.Camerim | BADESP |

4. Não havendo nenhum trabalho em Comissões neste dia, traduzi com o Sr. Gersdorff um documento da FAO, referente a um roteiro para elaboração de projetos de Educação Agrícola ("Outlines for Projects to be Presented for Financing", Roma, setembro, 1967).

5. Discutimos no dia 5, na Comissão D da qual integrávamos; que tratava de Assuntos de Interêsse Geral, a tese central do congresso, apresentada pelo Sr. Jayro Ortiz G. Oliveira, sôbre a Criação da Associação Brasileira dos Bancos de Desenvolvimento (ABDE), ^{aprovada} em plenário.

6. Foram apresentadas nesta mesma Comissão outras teses de interêsse para o planejamento educacional, além da do Prof. Ralph von Gersdorff:

- "Financiamento da Educação para o Desenvolvimento Econômico" - Benjamin de Moraes Filho, de BANCOPEG;
- "A ação dos ED'S no encaminhamento de pesquisas tecnológicas" - A.L. Neta Pellegrino - BDMG;
- "A capacitação profissional nos Bancos de Desenvolvimento" - BRDE
- "Transformação dos cursos de Ciências Econômicas em cursos de Administração de Empresas" - BADEP
- "Política de Pessoal em Bancos de Desenvolvimento" - A. Sidney Siqueira Gomes e uma recomendação:
"Roteiro para Análise de Projetos" - BADEP

A tese sobre "Assistência Técnica-Instrumento de Desenvolvimento" - F.I. Paulinye e M. Moura Castro, foi apresentada à Comissão B, sendo também tema de interesse para o INEP.

7. As teses não foram contudo discutidas conforme a proposição feita à mesa pelos representantes do INEP. Sugeriu-se mesmo a formação de um grupo de trabalho ou ainda a convocação de uma mesa redonda pela Junta Diretora, para estudar o assunto, entretanto devido ao retardo havido nas atividades do congresso, não foi possível a sua concretização. Vários participantes mostraram interesse, na sua composição sobretudo após a apresentação da tese do Sr. Moraes F^o, que suscitou debates sobre as posições assumidas pelo autor neste trabalho.

8. Propusemos contudo uma recomendação, ^{relativa} por mim redigida, devendo figurar no final; tendo sido endossada pelos representantes do BNDE, da COPEG e BDMG, tendo sido aprovada por unanimidade constando do seguinte texto: "O 1^o CBBB, considerando a relevância dos trabalhos apresentados sobre a exigência de adequação dos programas educacionais às necessidades do processo de desenvolvimento e às carências do mercado de trabalho, bem como as novas possibilidades abertas para o financiamento de projetos educacionais, recomenda à ABDE e aos BD's em caráter urgente a criação de núcleo ou comissão que estude o apoio a programas educacionais que favoreçam o desenvolvimento sócio-econômico do país e a análise de formas de captação de recursos para este fim, inclusive de repasses do Fundo Federal da Educação.

Recomenda ainda aos BD's e à ABDE a necessidade de darem apoio a centros nacionais e regionais de pesquisa tecnológica aplicada"

9. Foi igualmente sugerida por esta comissão a formação de um comitê permanente na ABDE, para estudar o financiamento de projetos educacionais, contando com a participação dos Srs. B. Moraes F^o, H. von Gersdorff e Srta. Lúcia Maria Nagasawa na 1^a diretoria, medida esta considerada prematura pelo plenário, uma vez que acabara de ser criada a ABDE, necessitando primeiramente de ser estruturada.

10. Observações:

- a) o 1^o CBBB apontou o interesse do MEC em criar o Banco Nacional de Educação, e a necessidade de serem realizadas os repasses do Fundo Federal de Educação pelos Bancos de Desenvolvimento e pela Associação de Bancos de Desenvolvimento.
- b) o 1^o CBBB revelou ainda que a Educação começa a ser tratada por outros técnicos como: economistas, administradores de empresa, que tendo uma visão nitidamente pragmatista da educação necessitam de maiores esclarecimentos sobre o papel e as finalidades do mesmo.

11. Sugestões

- a) Que o Ministério da Educação em convênio com o IPEA, ABDE, UNESCO e outros organismos que financiem estudos e projetos educacionais crie uma comissão permanente para tratar deste assunto, a fim de que o financiamento de projetos de educação não venham a sofrer restrições impostas exclusivamente a critério dos Bancos de Desenvolvimento.
- b) Que o MEC-INEP tome a iniciativa de:
 1. promover um convênio para financiamento de projetos educacionais.
 2. formar um grupo de planejamento educacional pluri-institucional; INEP, IPEA, ABDE, para estudar não só o financiamento dos projetos, como realizar pesquisas sobre recursos humanos, capacitação profissional nos níveis médio e superior, rendimento escolar em todos os níveis, inclusive ensino primário (comum, supletivo) e educação de adultos.
 3. elaborar padronização de uma nomenclatura e conceitos básicos ao planejamento educacional a fim de permitir uma linguagem técnica uniforme para todo o país, evitando as ambigüidades e equívocos dos termos técnicos e empregados.

LÚCIA MARIA NAGASAWA

093/69

BIBLIOGRAFIA SÔBRE O PLANEJAMENTO DA EDUCAÇÃO

Elaborada pelo Setor Educação,
Episcopado Latino-Americano
Apartado aéreo 21437
Bogotá - Colômbia

Adiseshiah, Malcolm S. "Educación y crecimiento económico: problemas internacionales". Crónica de la UNESCO, Vol. XIII, N.9 Set. 1967 p. 325 - 331.

Aparicio Luis, Planeamiento integral de la educación; síntesis de su doctrina. San Salvador, Dirección General de Publicaciones, Ministerio de Educación, 1967. 213 p. (Biblioteca del maestro, 1).

Arévalo, Jorge V. La incidencia del crecimiento de la población de la América Latina en el Sector Educativo. Santiago de Chile, CELADE, 1965. 44 p. (Serie A n. 50) (Mimeografiado).

Asociación Colombiana de Universidades. Planeación Universitaria. Bogotá, 1965. 222 p. (Documentos y Conclusiones de la Primera Reunión de Oficinas de Planeación Universitaria).

Atcon, Rudolph P. La Universidad Latinoamericana; propuestas para un enfoque integral de desarrollo social, económico y educacional en América Latina. Bogotá, ECO. Revista de la Cultura de Occidente, 1966. 160 p. (Inglés y Español en páginas opuestas).

Banco Interamericano de Desarrollo. La educación avanzada y el desarrollo de América Latina. Washington, 1965. 133 p.

Bernstein, Norman L. "La planificación y desarrollo internacional". Comunidad. México, Vol. III, N. 11 Feb. 1968. p. 39-41.

Betancur Mejía, Gabriel. Planejamento integral da educação. Rio de Janeiro, 1963. 27 p.

Bowles, Frank. "La democratización: un remedio a la crisis educativa". Arco. Bogotá. Año X, N. 90, Ab. 1968. p. 263-267.

Carelli, Dino. Cambio de la estructura escolar en la planificación educativa. Santiago de Chile, Instituto Latinoamericano de Planificación Económica y Social, 1967. 53 p. (Doc. Preliminar) (Mimeografiado).

Cariola, Patricio y otros. Educación Nacional y planificación de las escuelas particulares: la experiencia chilena, (1962-1968). Santiago de Chile, Seminario de la OIEC, 1968. 14 p. (Mimeografiado).

Centro de Educación para el desarrollo de la comunidad en América Latina. Manual sobre la organización y el planeamiento de programas de alfabetización en América Latina. Patscuaro, Michoacán, (México), 1967.

Centro de Estudios Educativos. "La responsabilidad social de las empresas en la educación". Folleto de divulgación. Oct. 15 de 1967. (N\$ 10).

Centro de Investigación y Desarrollo de la Educación. Primer censo de la educación particular en Chile. Santiago de Chile, CIDE, 1968. 7 p. Anexos.

Carelli Dino. Sentido, detalle y problemática del componente demográfico en el planeamiento de la educación. Santiago de Chile, Instituto Latinoamericano de Planificación Económica y Social, 1967. 34 p. (mimeografiado).

Centro Nacional de Documentación e Información Educativa. Ministerio de Educación y Justicia (Argentina) Referencias bibliográficas. Conferencia de Ministros de Educación y Ministros Encargados del Planeamiento Económico en los países de América Latina y del Caribe. Buenos Aires, 20-30 de junio de 1966. Buenos Aires, 1966. 289 p.

Centro Regional de Pesquisas Educacionais "Prof. Queiroz Filho". Planificação da educação e seus problemas economicos e sociais. São Paulo, 1967. (Série I, Estudos e Documentos, Vol 2).

Comisión Económica para América Latina, Instituto Latinoamericano de Planificación Económica y Social de las Naciones Unidas. La formación de recursos humanos en el desarrollo económico y social de América Latina. Santiago de Chile, 1966. 108 p. (Mimeografiado).

Comisión de Planeamiento Integral de la Educación. Ministério de Educação Pública. Algunos antecedentes para el planeamiento integral de la educación chilena. Santiago de Chile, 1964. 327 p.

Conférence Internationale sur la Planification de l'Éducation. Paris, 6-14 août 1968. La planification de l'éducation. Bilan, problèmes et perspectives. Paris, Unesco, 1968. p. (ED/ICEP 3).

Corta, José Francisco. Estadísticas educacionales de América Latina. Caracas, 1967, 59 p.

Corta, José Francisco. "Planificación de la pastoral educativa en Venezuela". Revista Inter-Americana de Educación. N. 145, Dic. 1967. p. 61-68, 80-82.

Delegación Colombiana al Primer Seminario Interamericano sobre Planeamiento Integral de la Educación, Washington, 1958. Planeamiento Integral de la Educación. Bogotá, Imprenta Nacional, 1959. 126 p.

Departamento de Educación del Celam. La colaboración de los católicos en la alfabetización de América Latina. Bogotá, 1968. p. 260-267. (Separata de "educación Latinoamericana". Vol. II, N° 8. Oct. 1968).

Departamento de Educación del Celam. El religioso educador en la actualidad. Bogotá, 1968. p. 68-107. (Separata de "Educación Latinoamericana" Vol. II, n. 5, ab. 1968).

División de Estadísticas CEPAL. Estadísticas sobre la situación de la infancia y la juventud en América Latina. Santiago de Chile, CEPAL, y UNICEF, 1967. 255 p. (Mimeografiado).

Documento final de la Reunión de Secretarios de Educación de las Conferencias Episcopales de América Latina. Educación Latinoamericana, Vol. I, N° 3 Dic. 1967. p. 119-124. (Lima, 22 al 24 de octubre de 1967).

Editorial Hechos y Dichos. Proceso a la enseñanza privada. Zaragoza, 1965. 271 p.

- Feres América Latina. La educación católica en América Situación y planeamiento. Bogotá, 1964. 120 p. (Mimeografiado) (Divulgación reservada).
- Fernández, Rafael Educacao para o desenvolvimento. Rio de Janeiro, 1963 31 p.
- Fitzpatrick, Joseph P. Ed. Educational planning and socio-economic development in Latin America. CIDOC, Cuernavaca, (México) 1966. 181 p. (Sondeos N. 9).
- Le Fort, Javier y Cariola Patricio Algunos aspectos del financiamiento de la educación privada en América Latina. Santiago de Chile, Centro de Investigación y Desarrollo de la Educación, 1966, 24 p. Anexos. (Mimeografiado).
- Gozzer, Giovanni. "Necesidad de una acción programada en el campo de la enseñanza en América Latina". Lasas. Boletín Informativo V. 1, N. 4. Ag. 1964 p. 1-4.
- Halzey, A. H. Floud, Jean y Anderson, Arnold C. Education, Economy, and Society. New York, Free Press of Glencoe, 1961. 625 p.
- Instituto Colombiano de Especialización técnica en el Exterior. (ICETEX). Recursos y requerimientos de personal de alto nivel. Colombia 1963-1970. Bogotá, 1963. 99 p. Anexos.
- Instituto Internacional de Planeamiento de la Educación. UNESCO. Los problemas y la estrategia del planeamiento de la educación. La experiencia de América Latina. Paris, 1965. 126 p.
- Institut International de Planification de l'Education. Bibliographie de la Planification de l'Education. Paris, 1965. 135 p.
- Institut International de Planification de l'Education. Planification de l'Education. Repertoire d'Institutions de Formation et de Recherche. Paris, 1965. 183 p.
- Institut International de Planification de l'Education. Planification de l'éducation thèmes pricipaux de recherche. Paris, 1965, 59 p.
- Instituto Latinoamericano de Planificación Económica y Social. El Financiamiento de la educación y la capacitación de los recursos humanos en América Latina. Santiago de Chile, 1967, 34 p. (Doc. Preliminar) (Mimeografiado).
- Instituto Nacional de Planificación. Informe final. Primer curso nacional de planificación educativa. Lima 4 de enero al 26 de febrero de 1965. 89 p.
- Instituto Nacional de Planificación. Presidencia de la República. Perú. Informe sobre la infancia y la juventud en el desarrollo nacional, problemas y perspectivas. Lima, 1965. 134 p.
- Latapí, Pablo. Educación Nacional y Opinión Pública. México, 1965. 194 p.

Lederman, Esteban. Una hipótesis metodológica sobre la planificación de los recursos humanos en América Latina. Santiago de Chile, Instituto Latinoamericano de Planificación Económica y Social, 1965. (Doc. Preliminar) 59 p. (Mimeografiado).

Lyons, Raymondo F. Ed. Problems and Strategies of educational Planning. Lessons from Latin America. Paris, International Institute for Educational Planning, Unesco, 1964, 200 p.

Martínez de Lejarza, Mario. Educación para el desarrollo. Guatemala, 1968. 17 p.

Medina Echavarría, José. "Filosofía, Educación y Desarrollo". Instituto Latinoamericano de planificación económica y Social. México, Editores siglo XXI, S. A., abril 1967, 321 p.

Ministerio de Educación Pública. Bases para el planeamiento de la educación chilena, Santiago de Chile, 1961. 149 p.

Moncada, L., Alberto. "Organización y financiamiento de la enseñanza superior". Arco, Bogotá, N. 88, Feb. 1968, p. 121-128. N. 89, marzo, 1968. p. 197-203.

Muñoz, Izquierdo, Carlos. La inversión en el sistema educativo y nacional hasta 1970 y sus fuentes de financiamiento. México, Centro de Estudios Educativos, 1967. 117 p.

Muñoz, Izquierdo, Carlos. La planificación escolar. Algunas observaciones metodológicas. México, Centro de Estudios Educativos, 1968. 79 p.

Nogueira, Oracy. "Planejamento educacional e desenvolvimento social". Folha de S. Paulo. Coordenação dos Suplementos especiais, Feb. 18, 1968. p. 114-115. (Suplemento especial. Educação).

OECD. Methods and statistical needs for educational planning. Abril 1967. 368 p.

Office International d'Enseignement Catholique. (OIEC) Commentaires sur le projet de manuel de planification de l'éducation. Paris, 1968. 16 p. Anexos.

Oficina Regional de Educación de la UNESCO. El planeamiento de la educación y la formación de los futuros educadores. Santiago de Chile, 1967. 6 p. (Seminario sobre formación y perfeccionamiento de maestros en América Latina. Santiago de Chile, septiembre de 1967. (Mimeografiado).

Organización de Cooperación y de Desarrollo Económicos. El desarrollo económico y las inversiones en educación. Conferencia de Washington, 16-20 de octubre de 1961. (Paris, 1961). 240 p.

Organización Internacional de Educación Católica (O.I.E.C.) La enseñanza católica en el mundo y su papel en el desarrollo. Madrid, 1968. (pág. varias).

Parnes, Herbert S. Planning education for economic and social development. Paris, 1963, 270 p.

Pasquale, Carlos. Recursos Públicos e Educação Nacional. Rio de Janeiro, Secretariado Interamericano de UILE, 1963. 24 p.

Patiño, Fray Luis E. Integración de los religiosos educadores en la pastoral de conjunto. Reunión de Secretarios de Educación de las Conferencias Episcopales Nacionales de América Latina. Lima, 1967. 10 p.

Peltzer, Carlos M. "El servicio de la enseñanza privada y su amplia función". Consudec. Buenos Aires, Año V, N. 108. (Apareció originalmente en el diario "La Capital" de Rosario, Argentina).

Petit, C. "La enseñanza católica y su papel en el desarrollo". Consudec. Buenos Aires. Año V, 120. Jul. 1968. p. 12-13.

Philip H. Coombs. "La crisis mundial de la educación. Un análisis de sistemas". Instituto Internacional de planeamiento de la educación. (UNESCO). Paris, agosto 1967. 230 p.

Pinilla Sánchez Concha, Antonio. Educación para el desarrollo nacional. Lima, Universidad de San Marcos, 1966. 442. p.

Romero Lozano y otros. El planeamiento de la educación. Aspectos conceptuales y metodológicos. Santiago de Chile, Instituto Latinoamericano de Planificación Económica y Social, 1967. 246 p. (Mimeografiado).

Secretaria OCEC. La integración apostólica de los educadores laicos, padres de familia y profesores de los alumnos en la pastoral. Santiago de Chile, 1967. (Tema III, Reunión de Secretarios de Educación de las Conferencias Episcopales Nacionales de América Latina).

Segunda Conferencia Episcopal del Episcopado Latinoamericano, Medellín, 1968. Documento final de educación. p. 260-267. (Separata de "Educación Latinoamericana", Vol. II, N. 8, Oct. 1968).

Seminaire Catholique International Louvain. 10-12 septembre 1964. Ed. G. Lepoutre y J. Lidemans. Planification de l'Education. Louvain, 1965. 168 p.

6ème Congrès Union Mondiale des enseignants catholiques. Berlin, 24-29 Juillet 1967. L'école et l'enseignant à la lumière du concile. Kongresshalle (Berlin), 1967. 1968. 225 p.

Schifelbeim, Ernesto. "Planificación democrática de la educación". Jornadas FIDE Santiago de Chile, 1963.

III. Reunión Interamericana de Ministros de Educación, Bogotá 1963. Informe sobre educación y adiestramiento para el progreso económico y social de Venezuela. Bogotá, 1963, 141 p. Anexos.

UNESCO. Estimation des effectifs scolaires futurs dans les pays en voie de développement. Manuel de méthodologie. Belgique, 1967. 140 p. (Rapports et études statistiques).

UNESCO. Informe final. Indicaciones para la aplicación de la ciencia y la tecnología al desarrollo de América Latina. Santiago de Chile, 1965, 276 p.

UNESCO. Office de planification de l'éducation. La pratique de la planification éducative dans les pays en voie de développement. Paris, 1966. 79 p. Anexos (DOEP/66. 3).

UNESCO. Conferencia Internacional sobre planeamiento de la Educación. Paris 6-14 de agosto de 1968. Informe final. Paris, 1968. 78 p.

UNICEF. La infancia y la juventud en el desarrollo nacional en Latinoamérica. Informe de la Conferencia, 28 de noviembre 11 de diciembre de 1965. México, 1966. 146 p.

Union Mondiale des Enseignants Catholiques. Cooperation entre les enseignants catholiques et les parents face à la planification de l'enseignement. Actes du Ve. Congrès. Roma, 1963

Van Gelderen, Alfredo M. "Flexibilidad pedagógica en la escuela privada" Educadores. La Plata (Argentina). Año X, N. 66, Nov. -Dic., 1967. p. 494-505.

Wolfe, Marshall. Educación, estructuras sociales y desarrollo en América Latina. Santiago de Chile, Instituto Latinoamericano de Planificación Económica y Social, 1967. 38 p. (Mimeografiado).

Vasconcellos, José de. Los planes nacionales de educación y la planificación de la educación católica. Brasil, Departamento de Educación del CELAM, 1967. 15 p. (Reunión de Secretarios de Educación de las Conferencias Episcopales Nacionales de América Latina) (Tema IV).

BIBLIOGRAFIA SÔBRE ECONOMIA DA EDUCAÇÃO

Compilada por R.v.Gersdorff, UNESCO/INEP

- 1 - Beattie, K. Gay R.: Redundancy - the social and economic implications, Personnel & Training Management (London), August 1968.
- 2 - Beirat fuer Wirtschaft- und Sozialfragen, Vienna: Zweite Vorausschaetzung des oesterreichischen Arbeitskraeftepotentials bis 1980, Vienna, 1968, 56 p., tables, diags.
- 3 - Blanckenburg, P.V., Planck, U.: Report to the Government of the UAR on Study of Rural Employment Problems, I.L.O., Geneve, 1966, 71 p., tables, map, ILO/OTA/UAR/R.8.
- 4 - Broderick, B.: The computer in the school, technical education and industrial training, London, 10 (9), Sept. 1968, pp 352-353.
- 5 - Broehl, W.G.: The International Basic Economy Corporation, its business performance abroad, case study 13, National Planning Association, Washington, D.C., 1968.
- 6 - Bundesrat: Entwurf eines Arbeitsfoerderungsgesetzes (AFG), Bonn 1967, 101 p., 484/67.
- 7 - Bureau International du Travail: OIT/TAP/Tunisie/R.10 Rapport: L'évaluation et la planification de la main d'oeuvre, Geneve, 1965.
- 8 - Bureau International du Travail, Central Library & Documentation Branch, Geneve: Supplementary List N°s. 132, 131, 128, 130 and International Labour Documentation.
- 9 - Chakravarti, B.C. (Indian Statistical Institute): Surveys and Plans for Rural Industries, London, Asia Publishing House, 1965 (methodology for collecting and processing data).
- 10 - Centro Studi Investimenti Sociali, Rome 1968:
 - 1) Il reclutamento degli insegnanti dei corsi di formazione professionale per lavoratori, Quindicinale di note e commenti, (Roma), 4 (76), 1 August 1968, pp. 727-732.
 - 2) Il ruolo della regione e statuto ordinario nel campo dell'istruzione artigiana e professionale, Quindicinale di note e commenti, (Roma), 4 (72), 1/6/68, pp 525-529.
- 11 - Cornell University Graduate School of Business and Public Administration: Who's Who in Consulting, Ithaca, 1968, IX 395 p.
- 12 - Cukor, G.: The growth of the engineering industries in developing countries, Acta oeconomica, Budapest, 3(2), 1968, pp. 181-202.
- 13 - Daws, P.P.: A good start in life - an appraisal of the role of vocational guidance and counselling in the field of career choice, Cambridge, Careers Research and Advisory Center, 1968.
- 14 - Dass, CMC: Brain Drain and Gain - a bibliography on migration of scientists, engineers, doctors and students, Lund, Berlingska Boktryckerie, 1967.

- 15 - Denova, C.C.: Is this any way to evaluate training activity?, Personnel Journal, (Swarthmore), 47 (7), July 1968, 488-493.
- 16 - Denton, Forsyth, Mac Lennan: Economic Planning & Policies in U.K., France and Germany, London, Political and Economic Planning, 1968, 424 p.
- 17 - Ente Nazionale ACLI per l'Istruzione professionale - 67: Assistenza Scolastica e diritto allo studio, formazione e lavoro, (roma), (28), Nov.-Dec. 1967, 1-104, illus., tables, administration, planning, vocational guidance, voc. training.
- 18 - FAO: Utilization lucrative du loisir, Rome 1963.
- 19 - France, Institut National de la Statistique et des Etudes Economiques (INSEE): Manuel sur la formation d'enquêteurs: études par sondage de budgets familiaux et de consommation dans un pays en voie de développement, Paris, 1961.
- 20 - Fritz, J.O.: An emergence of instructional systems - The educationists predicament, in: Canadian educational & research digest, (Toronto), 8(2), June 1968, pp. 119-132.
- 21 - Galenson: Social security and economic development - a quantitative approach, Industrial/Labor Relations Review, Ithaca, 21 (4), July 1968, pp. 554-569.
- 22 - Germani G. : La ciudad como mecanismo integrador, Revista Mexicana de Sociologia, Mexico, 29 (3), July-Sept. 1967.
- 23 - Hangen, N.M.: French regional planning, Bloomington, Indiana University Press, 1968, XVI 319 p., tables.
- 24 - Hanning, Hugh : Peaceful Uses of Military Forces, Federick A. Praeger Publishers, New York, 1968.
- 25 - Harbison & A.Myers: Education Manpower & Economic Growth, New York.
- 26 - Harbison : Education Planning & development of human resources, UNESCO, International Institute of Education. Planning, 1967.
- 27 - Institute for Labour Studies: Le marché du travail et l'inflation, Collogne, 22-24/10/1966, Cahiers de l'Institut International d'Etudes Sociales, Paris, 2 (6), Jan.-Mars 1968, 1-265, tables.
- 28 - Kannel, J.H.: Teaching by television in the army- an overview for 1968, A.V. communication review, Washington, 16 (2) Summer 1968 , pp. 147-175, tables diags.
- 29 - Kopstein, F., Seidel, R.J.: Computer-administered instruction versus traditionally administered instruction in economics.
- 30 - Laska, J.A.: Planning and education development in India, Columbia University, Teachers College, Institute of International Studies, New York, 1968, XI 129 p., tables.
- 31 - London, University, Goldsmith's College, British Association for Commercial and Industrial Education: Multi-purpose ETV on a budget - a guide to television in education and training, London, 1968, 23, illus., tables, charts.
- 32 - Malassis, L.: Développement économique et programmation de l'éducation rurale, Paris, UNESCO, 1966.

- 33 - McCamant, J.F.: Development Assistance in Central America, Frederick A. Praeger, New York.
- 34 - Meade, J.E.: The Economic and Social Structure of Mauritius, Frank Cass, London, 1968.
- 35 - Moore, J.R.: Instructor training technical education and industrial training, (London), 10 (8) August, 1968, 1968, pp.320-321, illust., Bradford Technical College, Bradford, Yorks, England.
- 36 - OECD: Problèmes de planification des ressources humaines, travaux du Séminaire tenu à Lima, OECD, mars 1965. Contient: Urquidi, Victor: Problèmes relatifs à la prévision des besoins de main d'oeuvre en Amérique Latine.
- 37 - OECD: The Residual Factor in Economic Progress, Pasis, 1964
- 38 - Ontario Institute for Studies in Education: The continuing education of women, an informal discussion, May 9, 1968, Report, 47 p.
- 39 - Peacock, A., Lavers, R. (London School of Economics): Education Finance - its sources and uses in the U.K., Edinburgh, Oliver and Boyd, 1968, VII 82 p.
- 40 - Portugal, Fundo de Desenvolvimento da Mão de Obra: Classificação nacional das profissões (versão provisória), Grande Grupo, 7/8, Lisboa, 1968.
- 41 - Saettler, P.: A History of instructional Technology, New York, McGraw-Hill, 1968
- 42 - Schwarz, P.A.: Aptitude tests for use in the developing nations, Washington, D.C., American Institute for Research, 1967, 86 p. tables.
- 43 - State University, Columbus, Ohio, Center for Research & Leadership Development in Vocational and Technical Education: Review & Synthesis of research in Technical education, 1966.
- 44 - Tavernier, G.: The economics of training, Personnel and Training Management, (London), August 1968, pp. 14-16, table.
- 45 - Tausey, P., Unwin D.: Simulation in education, Technical Education and Industrial Training, London, 10 (8), August, 1968, pp. 316-317, 322.
- 46 - Technical education (periodical): The computer in education, technical education and industrial training, (London), 10 (9), Sep. 1968, pp. 344-346, 320, illus.
- 47 - Thomason, G.F.: Personnel manager's guide to job evaluation, London, Institute of Personnel Management, 1968.
- 48 - Ulrich, E.: Stufung und Messung der Mechanisierung und Automatisierung, Teil 1 : Stufung des Technisierungsprozesses, Mitteilungen, Institut für Arbeitsmarkt und Berufsforschung, (Erlangen) (2), May 1968.
- 49 - US. Regional Technical Aids Center, Mexico, and US Dept. of Labour: Metodologia para el estudio de la fuerza de trabajo de los países en desarrollo. Mexico, Centro Regional da Ayuda Técnica, 1967, 106 p. tables, maps (Conducting a Labour Force Survey in Developing Countries).

- 50 - United Nations, ECLA: Educación, recursos humanos y desarrollo en América Latina, New York, 1968, 250 p., tables, UN E/CN. 12/800 , Sales N° 68.II.G.7.
- 51 - Vinhas, M.: Problemas agrário-camponeses do Brasil, Rio, Civilização Brasileira, 1968.

PUBLICAÇÕES DO INSTITUTO INTERNACIONAL
DE PLANEJAMENTO DA EDUCAÇÃO (IIEP)

1. Educational Planning: a Bibliography
2. Educational Planning: a Directory of Training and Research Institutions
3. Educational Planning: an Inventory of Major Research Needs
4. Los problemas y la estrategia del planeamiento de la educación: La experiencia de América Latina

AFRICAN RESEARCH MONOGRAPHS

5. 1 Educational Planning and Development in Uganda J.D. Chesswas
6. 2 The Planning of Primary Education in Northern Nigeria J.E. Thornley
7. 3 Les aspects financiers de l'enseignement dans les pays africains d'expression française J. Hallak R. Poignant
8. The Costing and Financing of Educational Development in Tanzania J.B. Knight
9. Les dépenses d'enseignement au Sénégal P. Guillaumont, D. Garbe, P. Verdun
10. 6 Integration of Educational and Economic Planning in Tanzania G. Skorov
11. 7 The Legal Framework of Educational Planning and Administration in East Africa: Kenya, Tanzania, Uganda J.R. Carter
12. 8 Les aspects financiers de l'éducation en Côte-d'Ivoire J. Hallak, R. Poignant
13. 9 Manpower, Employment and Education in the Rural Economy of Tanzania G. Hunter
14. 10 The Process of Educational Planning in Tanzania A.C. Mwingira, S. Pratt
15. 11 L'éducation des adultes au Sénégal P. Fougeyrollas, F. Sow, F. Valladon
16. 12 L'aide extérieure et la planification de l'éducation en Côte-d'Ivoire L. Cerych
17. 13 The Organization of Educational Planning in Nigeria A.C.R. Wheeler
18. 14 The Integration of External Assistance with Educational Planning in Nigeria L. Cerych
19. 15 Financing of Education in Nigeria A. Callaway, A. Musone
20. 16 Planning Non-Formal Education in Tanzania Jane King

FUNDAMENTALS OF EDUCATIONAL PLANNING

21. 1 What is Educational Planning? P.H. Coombs
22. 2 The Relation of Educational Plans to Economic and Social Planning R. Poignant
23. 3 Educational Planning and Human Resource Development F. Harbison
24. 4 Planning and the Educational Administrator C.E. Beeby
25. 5 The Social Context of Educational Planning A. Anderson

26. 6 The Costing of Educational Plans J. Vaizey, J.D. Chesswas

PRINCIPES DE LA PLANIFICATION DE L'ÉDUCATION

27. 1 Qu'est-ce que la planification de l'éducation? P.H. Coobs
 28. 2 Les plans de développement de l'éducation et la planification économique et sociale R. Poignant
 29. 3 Planification de l'éducation et développement des ressources humaines F. Harbison
 30. 4 L'administrateur de l'éducation face à la planification C.E. Beeby

NEW EDUCATIONAL MEDIA SERIES

31. Técnicas modernas y planeamiento de la educación W. Schramm, P.H. Coombs, F. Kahnert, J. Lyle
 32. New Educational Media in Action: Case Studies for Planners, Volume I
 33. New Educational Media in Action: Case Studies for Planners, Volume II
 34. New Educational Media in Action: Case Studies for Planners, Volume III
 35. Manpower Aspects of Educational Planning
 36. Qualitative Aspects of Educational Planning
 37. Educational Planning in the U.S.S.R.
 38. Education and Economic and Social Planning in France
 39. Add my name to your mailing list

IIEP INSTRUCTIONAL MATERIALS

40. 2 Financement et dépenses d'enseignement par R. Poignant
 41. 3 Changing the Existing Educational System: Some Basic Implications for the Educational Planner by J.D. Chesswas
 42. 5 Problems Facing Educational Planners in the Soviet Union Today by V.A. Jamin
 43. 6 Aspects sociologiques des notions de quantité et de qualité en fait d'éducation par R. Aron
 44. 7 Economic Aspects of Quality in Education by W.A. Lewis
 45. 8 The Integration of External Assistance with Educational Planning by L. Cerych
 46. 10 Policies and Practices in Educational Planning by R. Diez-Hochleitner
 47. 11 The Peruvian Experience in Educational and Manpower Projections by F. Scholten
 48. 12 A Strategy for Getting the Most from New Educational Media by P.H. Coombs
 49. 13 Major Problems Facing Educational Planning in the Next Decade by P.H. Coombs
 49. 14 Educational Structures in English-Speaking Developing Countries in Africa by J.D. Chesswas
 50. 15 Les problèmes posés au planificateur par les économies en voie de développement par J.P. Bérard
 51. 16 La planification de l'éducation en Asie par R. Georis

52. 17 The Role of Educational Planning in Agricultural Development
by F. Wilson
53. 18 Statistics by L. Goldstone
54. 19 Compiling Statistics in Educational Expenditure and Finance
by G. Palm
55. 20 Planning Education from the Standpoint of Manpower Needs
by R.F. Lyons
56. 21 Integrating Education with Economic Needs in Developing
Countries by R.F. Lyons
57. 22 L'aide internationale aux plans nationaux d'éducation par J. Guiton
58. 23 Administrative Factors in Educational Planning
by A.C.R. Wheeler
59. 24 Coûts globaux et coût unitaires dans la planification de l'édu-
cation by J. Hallak
60. 25 Requirements and Supply of Teachers by R.F. Lyons
61. 27 Le problème des choix dans les plans de développement économique
et social et leurs conséquences sur les grandes options du plan sco-
laire et universitaire par R. Poignant
62. 28 La productivité, le rendement et l'analyse des systèmes
par J. Hallak
63. 29 Brain Drain and Development Planning by T. Kristensen
64. 30 Social Aspects of Educational Planning by L. Cerych
65. 32 The Investment Approach to Educational Planning by Maureen
Woodhall

Nº 039/69

Rio de Janeiro, 31 de março de 1969

Ao: Dr. Carlos Correa Mascaro
Diretor do INEP

Do: Dr. Durmeval Trigueiro Mendes
Membro do Conselho Deliberativo
do Serviço de Assistência Técnica

Senhor Diretor,

O serviço de assistência técnica até há pouco chamado CEOSE, e agora em vias de integração na nova estrutura estabelecida pela Portaria nº 40, de 21 de março de 1969, está precisando urgentemente de uma estante, para livros que interessam às suas atividades específicas. Vale ressaltar que um excelente acervo de livros especializados, trazidos pelo perito da UNESCO, Dr. Ralph von Gersdorff - que êle porá à disposição do Serviço - se encontra encaixotado à espera da referida providência.

Por essa razão, determinei que a Secretária Executiva do antigo CEOSE visitasse casas comerciais especializadas nesse gênero de mercadorias, comprovando preços e condições. A Sândica Ind. e Com. Ltda. pareceu-nos oferecer, no conjunto, as melhores condições, daí ter-lhe sido solicitada o orçamento, que junto a esta. Seguem, em anexo, comprovantes da tomada de preço junto a diversas firmas.

Solicito as providências de V.S.ª, antecipando-lhe meus agradecimentos pela brevidade com que elas vierem a ser tomadas.

Atenciosamente,

Durmeval Trigueiro Mendes
Membro do Conselho Deliberativo do Serviço de
Assistência Técnica

Nº Antonia de Jesus

Para o estudo das despesas da USP, o critério foi o mesmo adotado anteriormente para os demais estudos. Consideramos os Balanços de 1966 e 1967 como documentos básicos e, a partir deles, realizaremos nosso trabalho, uma vez que tínhamos como objetivo, fazer um estudo comparativo destes 2 anos e determinar o custo do aluno/ano de um mesmo curso na capital e no interior, além de estudar a USP em conjunto com as outras 2 Universidades.

Em 1º lugar, reformulamos os Balanços em 4 tabelas básicas (Tabelas I-a1, I-a2, I-b1, e I-b2) e nestas, agrupamos os dados de modo a permitir o estudo pretendido. Somamos à categoria econômica "PESSOAL CIVIL" (Fixo e variável), as despesas realizadas com Salário Família e Previdência Social; e, consideramos nas despesas correntes, as "Transferências a outras entidades", por serem estas, verbas destinadas a entidades dentro do âmbito da Universidade.

As despesas da capital não foram consideradas para efeito de cálculo do custo do aluno.

Para apurar o custo do aluno nestes anos, utilizamos as despesas correntes, e verificamos que estas representam aproximadamente 85% na despesa total da Universidade. Cabe ainda ressaltar aqui, que, com referência às Unidades da U.S.P., esta percentagem apresenta-se bastante variável. Por exemplo, na Faculdade de Medicina em 1966, é de 95,9% enquanto na Escola Politécnica é de 79,0%.

Para análise dos dados e apresentação de nosso trabalho, elaboramos as seguintes tabelas:

TABELA I-a : Distribuição das despesas da Universidade de São Paulo no ano de 1966.

- 1- Despesas correntes
- 2- Despesas de capital

TABELA I-b : Distribuição das despesas da Universidade de São Paulo no ano de 1967.

- 1- Despesas correntes
- 2- Despesas de capital

Fonte: Balanços da U.S.P., fornecidos pela RUSP - Setor de Contabilidade.

TABELA II - Distribuição das despesas correntes da USP para cálculo do custo por aluno.

- a- no ano de 1966
 - b- no ano de 1967
- A) Despesas em valor absoluto
 - B) Em percentagem do total
 - C) Custo por aluno

Fonte: Tabela I e quadros estatísticos referentes a nº de alunos, fornecidos pela RUSP - Seção de Divulgação e Publicação.

TABELA III - Custo por aluno na distribuição das despesas correntes da USP segundo a categoria econômica, incluindo gastos da Reitoria.

- a- No ano de 1966
 - b- No ano de 1967
- A) Custo por aluno
 - B) Em percentagem do total

Fonte: Tabela II

TABELA IV - Recapitulativa das despesas da USP segundo a categoria econômica.

- a- No ano de 1966
- b- No ano de 1967
- A) Despesas em valor absoluto
- B) Em percentagem do total

Apesar de ser a Universidade de S. Paulo a que apresenta os dados no Balanço da forma mais completa e apropriada para nosso estudo, deparamo-nos com sérias dificuldades no desenvolvimento do mesmo. Principalmente no que diz respeito à obtenção dos dados. Ainda não conseguimos obter o n° de alunos que utilizaram os Institutos em 1966, e, sem estes dados, nesse trabalho torna-se incompleto, uma vez que os mesmos serão indispensáveis para apurarmos o custo do aluno/ano.

A técnica utilizada para obtenção do custo do aluno foi a mesma adotada nas outras Universidades: tentaríamos chegar ao custo do aluno nas despesas correntes e, ao custo do aluno obtido na Faculdade, acrescentaríamos os custos resultantes dos gastos da Reitoria e dos Institutos.

Englobamos aos gastos da Reitoria, as despesas realizadas pela Cidade Universitária, assim como as do Fundo de Construção da Cidade Universitária.

Quanto aos investimentos, consideramos "Investimentos Diversos" os gastos realizados com "Serviços em Regime Programa Especial", por acharmos que, pela sua natureza, o mesmo poderia ser aí enquadrado.

A USP, além das Instituições complementares que, embora alheias à sua administração mantém com ela, através de convênios, colaboração de natureza científica, técnica, didática e cultural, está integrada em seu sistema universitário por estabelecimentos de ensino superior, Institutos Anexos e Institutos Universitários. Alguns destes Institutos Anexos e a grande maioria dos Institutos Universitários funcionam com verbas próprias enquanto outros são mantidos por unidades correlatas dentro da Universidade.

O que podemos observar nas tabelas apresentadas, é que o custo do aluno em algumas Unidades aparece bastante elevado. Por falta de informação não podemos justificar totalmente este fato. Mas somos obrigados a fazer uma ressalva, com relação a algumas unidades:

Na Faculdade de Higiene e Saúde Pública, vamos ter um custo elevadíssimo de RCr\$ 18.391,00. Isto, talvez seja devido ao fato desta unidade funcionar com apenas um curso de graduação de nutricionista, o qual foi o único por nos considerado, e ao mesmo tempo com vários outros de pós-graduação, entre estes, de Educação em Saúde Pública, em Administração, de especialização, de aperfeiçoamento e outros livres e de extensão universitária, que não foram computados.

Além disso, através das suas unidades, a USP mantém vários cursos de nível médio, cuja manutenção é feita com verbas dessas unidades. Assim, a Faculdade de Higiene e Saúde Pública, funciona com um curso médio anexo, de 9 alunos; a Faculdade de Enfermagem de R.P. com um curso de Auxiliar de Enfermagem com 37 alunos; a Faculdade de Enfermagem de S.P. também com um curso de Auxiliar de Enfermagem do qual não obtivemos o total de alunos; a Escola Superior de Agricultura, com cursos médios de Agrotécnicos de Zootecnia e de Laticínios, com um total de 185 alunos e ainda, a Faculdade de Filosofia mantém o Colégio de aplicação com 799 alunos.

RELATÓRIO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DO INEP/MEC
NO
PRIMEIRO CONGRESSO BRASILEIRO DE BANCOS DE DESENVOLVIMENTO

Araxá, MG, 4-8 de março 1969

por Ralph von Gersdorff

1. Quando tomei conhecimento da realização, em Araxá, do 1º Congresso Brasileiro dos Bancos de Desenvolvimento, sugeri que o INEP se fizesse representar, pois era uma possibilidade de interessar os Bancos de Desenvolvimento no financiamento de programas e projetos educacionais. Como o Diretor do INEP, Prof. Carlos Correa Mascaro era da mesma opinião, foi autorizada a minha participação no referido Congresso, assim como a da Sr.^{ta} Lúcia Maria Nagasawa, do CEOSE.
2. Escrevi logo a tese "Sugestões para o Financiamento de Programas e Projetos Educacionais no Brasil" que foi reproduzido em 300 exemplares, 200 a pedido do Congresso e 100 para a distribuição no INEP.
3. Chegamos a 3 de março, como era exigido pelo Congresso, mas, como até o dia 4 ele ainda não havia começado a funcionar em Comissões técnicas, utilizamos o tempo disponível para traduzir o "Relatório para a Elaboração de Projetos da Educação Agrícola", parte do livro "Outlines for Projects to be Presented for Financing", editado pelo programa FAO, Banco Mundial, FAO, Roma (texto preliminar), setembro 1967. Conseguimos reproduzir este trabalho, mas só ficou pronto no dia 5 à noite, em 200 exemplares. Apesar de nossa insistência, não foi distribuído a todos os delegados.
4. 4 Comissões foram formadas para discussões técnicas. O assunto "financiamento de projetos educacionais" foi discutido na Comissão D, que também tratou do assunto mais importante da Conferência: fundação da nova Associação Brasileira dos Bancos de Desenvolvimento (ABDE).

5. Tivemos grande sorte de o Prof. Benjamin de Moraes, Diretor da COPEG (Rua da Candelária 9, 9º andar, Rio, Tel. 315880, R.794), ter sido membro da mesa desta Comissão. Ele apresentou sua tese "Financiamento da Educação para o Desenvolvimento Econômico". Nesta tese ele explicou algumas falhas do sistema educacional brasileiro e sugeriu, como também o fiz em minha tese, que alguns novos tipos de obrigações ou debêntures ou letras de educação deviam ser emitidas para financiar projetos educacionais.
6. Como o Prof. Moraes pode basear-se em sua experiência como Diretor da Carteira de Educação do Banco do Estado da Guanabara e antigo Secretário de Educação da Guanabara, e como tinha papel de relêvo no Congresso, tornou-se para nós um grande aliado no Congresso, ajudando-nos muito na aprovação, por unanimidade do texto seguinte:
7. "O 1º CBBB, considerando a relevância dos trabalhos apresentados sobre a exigência de adequação dos programas educacionais às necessidades do processo de desenvolvimento e às carências do mercado de trabalho, bem como as novas possibilidades abertas para o financiamento de projetos educacionais, recomenda à ABDE e aos BD's em caráter urgente a criação de núcleo ou comissão que estude o apoio a programas educacionais que favoreçam o desenvolvimento sócio-econômico do país e a análise de formas de captação de recursos para este fim, inclusive de repasses do Fundo Federal da Educação.
- Recomenda ainda aos BD's e à ABDE a necessidade de darem apoio a centros nacionais e regionais de pesquisa tecnológica aplicada."
8. Este texto, como foi sugerido pela Comissão, deveria fazer parte do Relatório Final do Congresso.
9. Sugere-se que o INEP:
- a) estabeleça contacto periódico (por exemplo, de 3 em 3 meses) com os encarregados da formação da ABDE;
 - b) insista, nesses contactos, que se forme, em regime de urgência, uma Comissão para o financiamento de programas e projetos educacionais;

- c) prepare, ao mesmo tempo, diretrizes e roteiros para o financiamento de projetos educacionais nos moldes dos roteiros elaborados pelo Banco Mundial em cooperação com a UNESCO (Anexo I da minha tese) e da FAO (Anexo IV) e das diretrizes da Carteira para a Educação do Banco de Desenvolvimento e Investimento - COPEG S/A, Rio de Janeiro, que foi louvado como exemplo a ser seguido pela UNESCO;
- d) promova um convênio do Comitê para o financiamento de projetos educacionais da ABDE com o Banco Mundial e a UNESCO, por intermédio do BNDE, nos moldes do Convênio Banco Mundial /UNESCO (Anexo II da minha tese).
- e) Um convênio semelhante poderia ser celebrado pela ABDE com o MEC/INEP e o IPEA, Departamento de Recursos Humanos, para assistência técnica àqueles bancos de desenvolvimento que desejarem estabelecer uma Carteira para a Educação, seguindo o exemplo do COPEG.
- f) O INEP poderia planejar um convênio entre a ABDE, o MEC e a Confederação das Indústrias, nos moldes do programa de Cooperação com a Indústria, da FAO, de modo que as indústrias que fornecem material educativo e os bancos de desenvolvimento sejam informados sobre as atividades educacionais ainda na fase de identificação de projetos e façam parte das comissões de estudo.
- g) O INEP poderia elaborar um sistema de contabilidade escolar padronizado, em cooperação com o BNDE, que elabora atualmente um sistema de contabilidade padronizada para a pequena e média indústria em convênio com a Fundação Ford e Massachusetts Institute of Technology (M.I.T.) de Cambridge, Mass., Estados Unidos. Durante o Congresso, tomei contato com o Sr. Hein E. F. Luzny, do M.I.T., após a excelente explicação que fez do seu trabalho ("Programa SIPEME - Sistema de Informações para Pequena e Média Empresa", BNDE/M.I.T. Sloan School of Management, fevereiro de 1969) no Congresso em vista de uma futura colaboração. Ele prometeu pôr-me em contato com a Fundação Ford para ver se ela se interessaria em financiar um projeto para a estandardização da contabilidade dos vários tipos de instituições de educação e de treinamento, a fim de ter facilidades máximas de controle, de cálculo de índices de custo de rendimento, etc.

10. Outras teses apresentadas e discutidas na Comissão D foram:
- a) Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul: "A Capacitação Profissional nos Bancos de Desenvolvimento".
 - b) A. Sidney Siqueira Gomes, Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG): "Política de Pessoal em Bancos de Desenvolvimento".
 - c) Álvaro Luiz Mota Pellegrino, BDMG: "A Ação dos Bancos de Desenvolvimento no Encaminhamento das Pesquisas Tecnológicas".
 - d) Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A. (BADEP): "Transformação de cursos de Ciências Econômicas em Cursos de Administração de Empresas".

Havia outras teses a respeito de treinamento. De especial interesse foi a dos Senhores F. I. Paulinyi e M. de Moura Castro, BDMG, sobre: "Assistência Técnica - Instrumento de Desenvolvimento", discutida na Comissão B.

11. Um dos representantes do BNDE na Comissão D deu-me um exemplar do "Roteiro para Apresentação de Projetos de Ensino de Nível Médio (Especialização de Técnicos de Nível Médio) e Formação de Engenheiros de Operação", editado pelo Departamento de Operações Especiais do BNDE em maio de 1968. Este Roteiro, assim como as Normas de Operação do FUNTEC e do FUNDEPRO, também pode servir como modelo para os outros bancos de desenvolvimento e sua nova associação (ABDE). Impõe-se, portanto, estreita colaboração do MEC/INEP e da UNESCO com o BNDE.

12. Como já foi criado o novo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, centralizando os fundos da União para a educação, o INEP/MEC e o IPRA poderiam estabelecer contacto periódico com este Fundo para estudar as possibilidades de torná-lo um verdadeiro "Banco da Educação" ou "Banco de Talentos" para uma administração eficiente dos fundos, com o objetivo de captar muito mais recursos nacionais e estrangeiros e para efetuar as inversões de maneira o mais eficiente possível segundo o Plano Nacional de Educação.

CURRICULUM VITAE

Nome: RALPH von GERSDORFF

Nacionalidade: República Federal Alemã

Nascido em Weimar, Alemanha, em 1920, graduou-se na Universidade de Basileia, Suíça (Dr. rer.pol.). Foi Associado de Pesquisas (Research Associate) da Universidade de Harvard, em 1959/60 no Brasil e ensinou no Instituto de Administração Pública e de Desenvolvimento em Beirut, Líbano em 1964/65, encarregado pela Assistência Técnica da ONU.

No Brasil deu cursos em universidades e institutos de previdência em 1965, encarregado pelo Governo da República Federal Alemã. Estudou também nas Universidades de Lisboa e de Dublin (Trinity College).

Atividades profissionais:

- 1968 - dezembro 1970: Perito da UNESCO em Planejamento Educacional no Brasil;
- 1968 - Conselheiro na Seção das Pequenas Indústrias, Departamento de Recursos Humanos, Organização Internacional do Trabalho (OIT), Genebra, Suíça;
- 1968 - Conselheiro, Programa de Desenvolvimento Regional, Instituto de Pesquisas das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social, Genebra, Suíça;
- 1966 - 1968 - Conselheiro Regional em Desenvolvimento Econômico e Social, Diretor p.i. da Divisão de Pesquisas (planejamento, políticas e inqueritos), Diretor do Congresso de Planejadores Africanos, Addis-Ábeba, dezembro de 1967, Nações Unidas, Comissão Econômica para a África, Addis-Ábeba, Etiópia;
- 1965/66 - Planejador Industrial na SUDENE, encarregado pela Organização dos Estados Americanos;
- 1963/64 - Diretor Assistente das Vendas no Exterior, International Pipe and Ceramics Corp., International Division, Parsippany, N.J., Estados Unidos;
- 1961/63 - Conselheiro Econômico e Social, e Perito em Planejamento junto ao Governo de Barbados, Índias Ocidentais, encarregado pela Assistência Técnica da ONU;
- 1961 - Conselheiro Industrial, das Vendas e da Exportação do Fundo de Fomento da Exportação, Ministério da Indústria e do Comércio, Lisboa, Portugal;
- 1960 - Economista Conselheiro, Ferrostaal do Brasil, Comércio e Indústria S.A., Rio de Janeiro;
- 1959 - Economista Conselheiro, Serviço de Informação Econômica Banas, São Paulo, S. Paulo;
- 1959 - Economista Conselheiro na África Portuguesa (Angola) da firma Fritz Schuster - Schuster-Finish, Ladies Stockings Finishing, Mannheim-Neckarau, R.F. Alemã;
- 1956/58 - Perito, Países em Desenvolvimento, Arquivo Hamburguês de Economia Mundial, Hamburgo, R.F. Alemã (inclusive trabalhos na África Portuguesa);

- 1956 - Conselheiro Industrial e Promotor, Escola Técnica Salesiana, Panjim, Goa, Índia (organização da doação de máquinas usadas);
- 1955/56 - Pesquisador de mercados e vendedor na Índia para a firma Friedrich Grohe, Armaturen, Fabrica de produtos sanitários, Hemer, Westfalia, R. F. Alemã.

Algumas publicações:

1. Livros:

- "Poupança, Crédito e Seguros (inclusive seguro social) no Brasil - Contribuição ao Desenvolvimento Econômico (e Social)" Government Printing Office, Barbados, Índias Ocidentais, 1962.
- "Problemas Econômicos e Sociais da África Portuguesa", Editora E. e W. Giesecking, Bielefeld, Alemanha Ocidental, 1962.
- "Finanças Públicas em Portugal", mesma editôra, 1961.
- Livro sobre Angola e livro sobre Mocambique (situação social e econômica), Sociedade Alemã para a África, Bonn, 1958 e 1960.
- "México, um caminho para o Desenvolvimento Econômico entre controle do Governo e iniciativa particular", Editora Weltarchiv, G.M.B.H., Hamburgo, 1958.
- "Desenvolvimento regional (econômico e social) na África - Experiências e Perspectivas", Instituto de Pesquisas das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social, Genebra, 1968.
- "Medidas para promover a poupança particular em Portugal e na África Portuguesa", Editora Polygraphischer Verlag, Zurich, Suíça, 1958.

2. Documentos e apostilas:

- "Sugestões para financiar projetos na África", Nações Unidas, Comissão Econômica para a África (ECA), Addis-Ababa, 1968, documento M68-650.
- "Sugestões para a seleção, elaboração e promoção de projetos na África", ECA, 1968, doc. M68-199.
- "Sugestões para o Financiamento de Programas e Projetos Educacionais no Brasil", Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), Rio de Janeiro, Rua Voluntários da Pátria, 107, fevereiro de 1969.
- "Suggestions for the Establishment of a Service for the Identification and Selection of Agricultural, Mining & Industrial Production Opportunities in Developing Regions", com especial referência a SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), Organização dos Estados Americanos & SUDENE, Recife, Divisão de Documentação, Brasil, junho de 1966.
- "Sugestões para fazer um inquérito por amostragem na pequena e média indústria no Nordeste do Brasil" - mesmos editores, Recife, Brasil, em português, 1966.
- "Situation de l'artisanat en Afrique francophone", Bureau International du Travail, Département des Ressources Humaines, Section Petites Industries, Genebra, dezembro 1968.

- "L'Inventaire des aptitudes et de la technologie artisanales comme instrument pour l'identification de projets industriels dans le cadre de la planification du developpement, Bureau International du Travail, Departement des Ressources Humaines, Section Petites Industries, Genebra, dezembro 1968.
- Proposals for the Organization of a Ministerial Planning Unit, Conferencia de Planejadores Africanos, ECA, doc. nº E/CN.14/CAP/32.
- Project Identification Services - Proposed Organization & Functions, Conferencia de Planejadores Africanos, ECA, doc. nº E/CN.14/CAP/26.
- Proposals for Inter-regional Agricultural Planning in Africa, Reuniao conjunta ECA/Germen Foundation sobre Problemas e Caminhos do Planejamento do Desenvolvimento da Agricultura, Addis-Ababa, 16 outubro-7 novembro 1967, ECA/FAO Agriculture Division (E/CN.14/CAP/34).
- Suggestions for Establishing Project Identification Services in Africa, Conferencia de Planejadores Africanos, Eddis-Ababa, 4-15 de dezembro de 1967, ECA, doc. nº E/CN.14/CAP/10.
- Feasibility of Establishing a Tool Machinery Plant (planing machines) in the State of S. Paulo, Ferrostaal do Brasil SA, Rua do Carmo, 29, Rio de Janeiro, 1960, em alemão
- Feasibility of Establishing a Meat Packing Plant in Northwest-Parana, Ferrostaal do Brasil SA, 1960, em alemão.
- Proposals for Establishing a Development Bank in the British West Indies, Economic Planning Unit, Premier's Office, Govt. H.Q. Barbados, W. Indies, 1962.
- Practical Business Uses of Government Statistics? Barbados, West Indies: Economic Planning Unit, Government Headquarters, 1963, mimeogr. Tambem em francês, editado pelo National Institute for Public Administration and Development, Beirut, Libano, 1964.
- Techniques of Economic Development Planning (em francês), Beirut, Libano: National Institute of Public Administration & Development, Civil Service Board Government of Lebanon, 1964, mimeogr., 150 paginas, cursos dados no Instituto.
- Co-autor: Behind the Scenes of the Brazilian Banking System São Paulo: Serviços de Informação Economica Banas, 1969, mimeogr., 300 paginas.
- Problemas da Indústria Portuguesa de Calçados e Propostas para a sua Solução. Possibilidades de Promover Exportação de Calçados. Lisboa: Export Promotion Board, 1961, 250 paginas datilografadas.
- Suggestions to the Imp. Ethiopian Government to Elaborate an Office Services Manual for Planning, Implementation & Control of all Actions in the Public Sector, ECA, abril de 1967, ECA document nº E/CN.14/CAP/25.
- Agricultural Planning in Developing Countries, Beirut, Libano: National Institute for Public Administration & Development, mimeogr., 1964, francês
- Proposals in regard to the industrial use of sugar and its by-products, Barbados, West Indies: Economic Planning Unit, Government Headquarters, 1963

- The Feasibility of Socio-Economic Data Collection on the Local & Regional Levels in Africa for Systematic Project Identification, Conferencia de Planejadores Africanos, ECA doc. nº E/CN.14/CAP/24, e em ECA/FIO Agricultural Economics Bulletin, Addis Ababa, Nº 9, 1967.

3. Artigos

- "The Making of Feasibility Studies", em International Handbook of Management, New York: McGraw-Hill Book Co., 330 West 42nd Street, 1965.
- "Portugal", em Encyclopaedia of the Social Sciences, Goettingen, Alemanha Ocidental, Vandenhoeck & Rupprecht, 1963, bibliog., quadros.
- "The Economy of Portuguese and Spanish Africa", em Encyclopaedia of Countries, Hamburg, Alemanha Ocidental: Verlag Weltarchiv G.m.b.H., 1957, bibl.
- "The National Co-operative Bank and the Co-operatives in Brazil", em: Year Book of Agricultural Co-operation 1961, Londres: Plunkett Foundation for Co-operative Studies, Oxford: Basil Blackwell, 1961, 20 páginas.
- "'Colonialism' and Assistance to Developing Countries", em Political Studies, Munique: Academy of Political Science, maio e junho de 1960, em alemão. Em português em "Revista Brasileira de Política Internacional", Rio.
- "Capital Formation by Fiscal Measures in the Portuguese Territories", em Public Finance/Finances Publiques, Haia, nº 1, vol. XV, 1960, em francês, sumário em inglês.
- "Public Finance in Portuguese West Africa", em Finanzarchiv, Tuebingen, Alemanha Ocidental, Nº 3, vol. XX, 1960.
- "Moeda, Crédito e Poupanças em Angola", em Revista Bancária Brasileira, nº 337, vol XXIX, Rio de Janeiro, janeiro 1960.
- "The Development of the Coffee Economy in Portuguese West Africa", em Coffee & Tea Market, Hamburgo, Alemanha Ocidental, 1960, em alemão.
- "The Mining Industry in Angola", em Erzmetall (revista de mineração), Clausthal-Zellerfeld, Alemanha Ocidental, 1961, em alemão.
- "Esforços e Realizações de Cooperativas em Moçambique", em The Indian Journal of Economics, nº 156, Allahad, julho 1959. Também em review of International Co-operation, Londres: International Co-operative Alliance, e em português em Arco-Iris, Centro para Estudos Cooperativos, Rio de Janeiro, Brasil, 1960.
- "Insurance in Portuguese Africa", em German Insurance Review Colônia, setembro 1959.
- "Social Insurance in Brazil", mesma revista, julho 1960.
- "Private Insurance in Brazil", mesma revista, janeiro 1961. Todos 3 em alemão.
- "Análise Crítica da Economia Portuguêsa", em Revista de Pesquisa Econômica e Social, Lisboa. Publicado também em Angola e Brasil.
- "Central Banking Problems in Brazil", in Weltwirtschaftliches Archiv, Kiel, Alemanha Ocidental, nº 2, vol. 85, 1960, em inglês.

- "Financial Problems of Social Insurance in Brazil", em Bulletin of the International Social Security Association, Genebra, dezembro de 1960. Também em edições alemã e francesa.
- "Social Insurance in Mexico", mesmo Boletim, março de 1959. Também em German Insurance Review, março 1959.
- "Brazilian Finance & Credit, Investment & Holding Companies", em Inter-American Economic Affairs, nº 4, vol. XIV, Washington, D.C., 1961, e em Revista de Economia, Lisboa, nº 2-3, vol. XIII, junho/set. 1960.
- "Problemas de Crédito Agrícola no Brasil", mesmas revistas, 1961, e em The Indian Journal of Economics, vol. XLI, nº 161 out. 1960.
- "The Private Insurance Business in Mexico", em German Insurance Review, Colônia, janeiro 1959.

BIBLIOGRAPHY ON HIGHER EDUCATION UNIT COST CALCULATION

1. American Council on Education, Accounting Manual for Colleges, (Washington: Government Printing Office, 1935).
2. American Council on Education, Biennial Survey of Education in the United States 1951-52, Washington: Government Printing Office, 1954), pages 29-31.
3. American Library Association, Classification and Pay Plans for Libraries in Institutions of Higher Education, Vol. 2 (Chicago: American Library Association, (rev. ed.), 1947).
4. Association of American Medical Colleges, Medical College Costs & Manual of Procedures: A Program-Cost Finding System-Reporting & Interpreting Medical Colleges Costs, (Illinois: Association of American Medical Colleges, 1965), page 23.
5. Arnett, Trevor, College and University Finance, (New York: General Education Board, 1922).
6. Balderson, Frederick E., "Some Viable Policies for the Management of a Total Information System", A paper read at the 12th Annual Machine Records Conference at the University of New Mexico, Albuquerque, on April 24, 1967.
7. Beloff, Max, "British Universities & the Public Purse", Minerva vol. 5, No. 4, Summer 1967, page 522.
8. Blang, Mark, "The Private & Social Returns on Investment in Education: Some Results for Great-Britain", The Journal of Human Resources, vol. 2, No. 3, Summer, 1967, page 335.
9. "The Rate of Return on Investment in Education in Great Britain", Manchester School of Economic and Social Studies, vol. 33, No. 3, September, 1965.
10. Boling, Yardslicks and Formulas in University Budgeting, (Boulder, Colorado: Western Interstate Commission for Higher Education, 1959).
11. Butter, Irene, Model for a Cost Analysis of Graduate Education, (Ann Arbor: University of Michigan, 1965), pages 37, 46.
12. Calkins, Ralph Nelson, "Unit Costs of Programs in Higher Education", (Unpublished Ph. D. dissertation, Faculty of Political Science, Columbia University, 1963) pages 21, 23.
13. Carnegie Foundation for the Advancement of Teaching, Standard Forms for Financial Reports of Colleges, Universities, & Technical Schools, (New York: The Foundation, 1910).
14. Carter, C.F., "The Structure of University-Costs", A paper read at the Annual Conference on Higher Education in London, 14th December, 1967.
15. Carter, C.F.; and Williams, B.R., "Proposals for Reform in University-Finance", The Manchester School of Economic & Social Studies, vol. 31, No. 3, September 1963, page 257.
16. Christensen, John C., "Report of the Committee on the Uniform Classification of Expenditures", Minutes of the Annual Meeting of the Association, (Chicago: Business Officers Association of the Middle Western Universities, 1917).

17. Committee on Higher Education, Higher Education Report, (London: Her Majesty's Stationery Office, 1963). (Price 0-15^s-0), page 15, table-3.
18. Coombs, Philip H., "An Economists' Overview of Higher Education", Financing Higher Education, 1960-70, (Ed.) Dexter M. Keezer, (New York: McGraw Hill Book Company Inc., 1959) (Price 20^s), page 13.
19. Crabbs, Richard F.; and Holinquist, Frank W., United States Higher Education and World Affairs (A Partially Annotated Bibliography), (New York: Frederick A. Praeger publishers, 1967).
20. Danière, André, Higher Education in the American Economy, (New York: Random House, Inc., 1964) Price 22^s-6^d.
21. Devine, Carl T., "Cost Accounting and Higher-Education", A Memorandum Submitted to the Committee on Governments and Higher Education, February, 1958 (type written).
22. Dijk, C.V., "The Operating Costs of Education", Human Resource Development Training Course, Lectures and Methodological Essays on Educational Planning, (Paris: O.E.C.D., 6th-24th July, 1964).
23. Drucker, Peter F., Managing for Results, (New York: Harper and Row, 1964), page 5.
24. Durham, G. Homer, The Administration of Higher Education in Montana System, (Helena: Montana Legislative Council, 1958).
25. Edding, Friedrich, Methods of Analysing Educational Outlay, (Paris: UNESCO, 1966), pages 14, 13.
26. Elmore, William E., "Cost Accounting", College and University Business, vol. 14, no. 2, February, 1953.
27. Evans, J.M.; and Hicks, John W., An Approach to Higher Educational Cost Analysis, ("Studies in Higher Education", (No. XCI; Lafayette: Division of Educational Reference, Purdue University 1961).
28. Ford, F.R., "The Growth of Supporting Operations within a University-Organization: A Historical Study", (unpublished doctoral thesis, Purdue University, 1963).
29. Fund for the Advancement of Education, California and Western Conference Cost and Statistical Study for the Year 1954-55, (Berkeley: University of California Printing Department, 1955), pages 70-78.
30. Gamble, George D., "An Experiment in Costing University-Instruction", National Association of Accountants Bulletin, August, 1961, page 74.
31. Glennerster, Howard, Graduate School (A Study of Graduate Work at the London School of Economics), Edinburgh (U.K.): Oliver & Boyd, 1966) (Price 63^s), pages 127, 129, 109-10, 126.

32. Glennerster, Howard; Merret, Sphen; and Wilson, G., "A Graduate Tax", Higher Education Review, vol. 1, no. 1 Autumn, 1968.
33. Grants in Aid of Colleges and Universities in Great Britain, The Fifth Report from the Select Committee on Estimates, Session 1951-52, (London: Her Majesty's Stationery Office, 1952).
34. Hallenbeck, Edwin F.; and Redfern, Leo F., (eds.), A College Colloquium on Institutional Research, (Kingston: University of Rhode Island (U.S.A.), 1962).
35. Harris, Seymour, Higher Education: Resources and Finance, (New York: McGraw Hill Book Company, Inc., 1962).
36. Hicks, John W., "Making the Best of Limited Resources", College and University Business, Vol. 23 no6, December, 1957, Pages 21-22.
37. Higgins, E. Eugene; and Holbrook, Anne Jane, "How Much Does College Classroom Space Really Cost?" Higher Education, June 1964.
38. Hirshl, Harry H., "Some Economic Considerations and a Procedure for a University Cost Study", (unpublished master's dissertation in the Faculty of Economics, Purdue University, 1965), pages 3-5, 135.
39. Hollies, Ernest V.; and Associates, "Costs of Attending College: A Study of Student Expenditures and Sources of Income", U.S. Office of Education Bulletin, 1956, no. 5, (Washington: Department of Health, Education and Welfare, Spring, 1956).
40. Hull, Lee E., "Pitfalls in the Use of Unit Cost Studies" - A Cautionary Note about a useful management-tool; The Journal of Higher Education, Vol. 32, no. 7, October, 1961.
41. Hull, Lee E.; and McWhirter, D.A., Unit Cost Analysis Procedure: Indiana University, (Bloomington: Bureau of Institutional Research, Indiana University, 1964), page 2.
42. Hungate, Thad L., Finance in Educational Management of Colleges and Universities, (New York: Columbia University Teacher's College, 1954), page 157.
43. Hutchinson, Edward, "The Control and Government of Higher Education", Universities Quarterly, vol. 16, No. 2, March, 1962, page 183.
44. Joint Staff Study, A Study in Four Parts Dealing with the Feasibility of a Longer School Year for Wisconsin Public Colleges and Universities, Study No. 31, (Washington: The Coordinating Committee for Higher Education, January, 1960), page 28.
45. Joint Staff of the Liaison Committee, A Restudy of the Needs of California State Department of Education, 1955) pages 7, 425, 416, 430, 307-10.

46. Jones, Donald A., Physical Facility Analysis for Colleges and Universities, (Oneonta, New York: American Association of Colleges for Teachers Education, 1958).
47. Kelly, Frederick J., "Adequate Cost Analysis for Budget-Making", Journal of Educational Research, vol. 7, No. 5, May, 1923, Pages 410, 417.
48. Kettler, Raymond W., "What's Wrong With the Unit Cost Idea?", College and University Business, vol. 14, No. 5, May, 1953.
49. Knott, Leslie W., "Analysing the Cost of Collegiate Nursing Education", College and University Business, vol. 21, No. 4, October, 1956, pages 53, 51.
50. Lees, Dennis S., "Financing Higher-Education in the United States & Great Britain," Selma J. Mushkin (Ed.), Economics of Higher Education, (Washington: U.S. Department of Health, Education, and Welfare, 1962), Pages 332-33, 339-340.
51. Lewis, Verne B., "Towards a Theory of Budgeting", Public Administration Review, vol. 12, Winter, 1952.
52. McNeal, Archie L., "Financial Problems of University Libraries," College and Research Libraries, 15: October, 1954, pages 407-10
53. McVey, Frank L.; and Hughes, Raymond M., Problems of College & University Administration, (Ames: Iowa State College Press, 1958)
54. Merret, Stephen, "Student Finance in Higher Education", Economic Journal, vol. 77, No. 306, June, 1967, page 290.
55. Middlebrook, William T., "The California & Western Conference Cost & Statistical Study", Proceedings of the 47th Annual Meeting of the Central Association of College and University Business Officers, (Chicago: The Association, 4th-6th May, 1958), Pages 116-17.
56. Miles, E.P.; and Hartford, D.L., A Study of Administrative Uses of Computers in Colleges and Universities of the United States, (Tallahassee: Florida State University, 1962).
57. Miller, James L., Jr., State Budgeting for Higher Education: the use of formulas and cost-analysis, (Ann Arbor: Michigan Institute of Public Administration, 1964).
58. Moos, Malcolm: British Universities and the State (University of California Publications in Political Science, VII), (Berkeley: University of California Press, 1959).
59. Morey, Lloyd, College and University Accounting, (New York: John Wiley and Sons, Inc., 1930), Page 171.
61. National Committee on the Preparation of a Manual for College and University Business Administration, College and University Business Administration, vols. 1 and 2, (Chicago: Chicago Press, 1952 and 1955).

62. National Federation of College and University Business Officers Associations, Sixty College Study: Income and Expenditures for 1953-54, (Washington: The Federation, 1956), page 39.
63. Parkinson, C. Northcote, "Organization and Method", Universities Review, vol. 32, October, 1959.
64. Perkins, James A., The University in Transition, (Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1966).
65. Plantin, Christopher, "Cost Accounting in the 16th Century", The Accounting Review, vol. 12, No. 3, September, 1937, page 226.
66. Quatman, Gerald L., The Cost of Providing Library Services to Groups in the Purdue University-Community, 1961, (Lafayette: Purdue University Libraries, 1962), pages 4-5; 37, 46-58.
67. Reeves, Floyd W.; and others, The Liberal Arts College, (Chicago: The University of Chicago Press, 1932), page 161.
68. Report of the Committee Appointed by the Ministry of Education & the Secretary of State for Scotland (the "Anderson report"), Grants to Students, (London: Her Majesty's Stationery Office, 1960).
69. Rourke, Francis E.; and Brooks, Glenn E., The Managerial Revolution in Higher Education, (Baltimore: The Johns Hopkins Press, 1967), page 101.
70. Runil, Beardsley; and Morrison, Donald H., Memo to a College Trustee, (New York: McGraw Hill Book Company, Inc., 1959).
71. Russell, John Dale, "Space Utilization", Proceedings of the 47th Annual Meeting of the Central Association of College & University Business Officers, (Chicago: The Association, 4th-6th May, 1958), pages 59-60, 62-66.
72. _____, The Financing of Higher Education, (Chicago: University of Chicago, 1954), pages 151, 155, 136, 133, 119-21.
73. Russell, John Dale; and Doi, James I., "Analysis of Institutional Expenditures", College and University Business, Vol. 19, Nos. 19-26, September 1955 - August 1956). A series of 12 articles.
74. _____, Manual for Studies of Space Utilization in Colleges and Universities, (Athens, Ohio: American Association of Collegiate Registrars and Admission Officers, 1957), page 1.
75. Russell, John Dale; and Reeves, Floyd W., The Evaluation of Higher Institutions, vol. 7, Finance, (Chicago: University of Chicago Press, 1935).
76. Second Report of the President, President's Committee on Education Beyond High School, vols. 1 - 6, (Washington: U.S. Government Printing Office, July, 1957).

77. Sherer, Harvey, "U.I.C.'s Are Dangerous", College and University Business, vol. 18, No. 2, February, 1955, page 39.
78. Simmons, Jack, New University (Leicester): Leicester University Press, 1959).
79. Sloman, Albert E., A University in the Making, (New York: Oxford University Press, 1964).
80. _____, "Studying Higher Education in Britain & America", Universities Quarterly, vol. 17, March, 1963.
81. Southevick, Lawrence, Jr., "Cost Trends in Land Grant Colleges and Universities", (unpublished work, State University of New York, Buffalo, 1966), pages 27, 14, 19, 27, 28a.
82. Sorenson, Philip H.; and Podesta, Edward A., Long Range Planning in Idaho, (California: Stanford Research Institute, January, 1963), Project No. II - 3973, page 100.
83. Stevens, E. B.; and Elliot, E.C.; Unit Costs of Higher Education, (New York: Macmillan, 1925), vol. 13: Publications of The Educational Finance Inquiry, pages 9, 7.
84. Stroup, Herbert, Bureaucracy in Higher Education, (New York: The Free Press, 1966).
85. Swanson, John E.; Arden, Wesley; and Still, Homer, Jr., Financial Analysis of Current Operations of Colleges and Universities, (Ann Harbor: Institute of Public Administration, University of Michigan, 1960), Project No. 1853, pages 84-87, 14, 15-17.
86. Technical Committee on Institutional Capacities & Area Needs, The Utilization of Instructional Space in the State University System of Florida: Fall 1962, (Tallahassee: Board of Control of Higher Education, 1962) pages 24-30.
87. Times (London), "M.P.'s Eyes on University Spending", 29th July, 1965, p. 13.
88. University Grants Committee's, Annual Survey, Academic Year 1966-67, (London: Her Majesty's Stationery Office, 1968), page 11.
89. _____, Non-Recurrent Grants, (London: Her Majesty's Stationery Office, July, 1965).
90. _____, Returns from Universities and University-Colleges, 1964-65, (London: Her Majesty's Stationery Office, 1966).
91. _____, University Development 1952-57, (London: Her Majesty's Stationery Office, 1958).
92. University of Bradford, Utilization of University Academic Accomodation, Document ACC 9/67-68, (Bradford (U.K.): The Registrars Office, University of Bradford, March, 1968).

93. University of Bradford Calendar 1967-68, (Bradford (U.K.): Percy Lund, Humphries & Co. Ltd., 1967), page 186.
94. University of Bradford, "University Senate Minutes", Document No. S 105/67, June 1967.
95. Van Dyke, George E., "The Computation of Unit Costs in Colleges and Universities", The Educational Business Manager Buyer, vol. 13, no. 3, April, 1934, page 14.
96. Verluis, Jan, Mathematical Models of Educational Planning, (Rotterdam: Netherlands Economic Institute, Division of Balanced International Growth, March, 1966), No. 36/66, page 50
97. Waples, Douglas, The Evaluation of Higher Institutions. The Library, Vol. 4, (Chicago: The University of Chicago Press, 1936), Pages 26-28.
98. Weisbrod, Burton A., External Benefits of Public Education: An Economic Analysis, (Princeton: Industrial Relations Section, Princeton University, 1964) page 26.
99. Williams, Harry, Planning for Effective Resource Allocation in Universities, (Washington: American Council on Education, 1966), pages iii-iv.
100. Williams, Robert L., The Administration of Academic Affairs in Higher Education, (Ann-Harbor: University of Michigan, 1965), pages 105, 146-53, 110, 112.
101. _____, "Cost of Educating one College Student", "The Educational Record, vol. 42, No. 4, October, 1961, pages 325-26.
102. _____, "Instructional Costs in Perspective", College and University Business, vol. 26, No. 3, March, 1959, pages 29, 38.
103. Wisconsin Coordinating Committee for Higher Education, Procedures for Physical Facility and Utilization Studies, Madison: Coordinating Committee for Higher Education, November, 1967), pages 88, 86, 102.
104. Wisconsin Coordinating Committee for Higher Education, Student Financial Aids in Wisconsin Colleges, (Madison: The Committee, 1963), pages 4-5.
105. Witmer, David R., Unit Cost Studies, (Madison: Board of Regents of State Universities, 1967), pages 1, 18, 32-36.

BIBLIOGRAFIA SOBRE CUSTOS E PRODUTIVIDADE EM EDUCAÇÃO

- BARDECI e ESCONDRILHAS - "El Financiamiento de la Educación en América Latina" - Oct. 1962.
- CALDAS F^o. J. Ribeiro e HORI, José - "O Financiamento da Educação no Brasil" Estudos e Documentos - Série I - vol. 3 - CRPE - 1966.
- CAO TRI. Huyn - "Économie de l'Éducation" - IEDES, Paris - 1968.
- COELHO, Paulo Duarte - "Aspects de la situation éducative et du financement public de l'éducation au Brésil au cours de la période 1950-1960 et les inégalités régionales" - IEDES, Paris - 1965.
- CORREIA, Arlindo Lopes - "Educação e Desenvolvimento Econômico no Brasil" CONSULTEC - Livraria Kosmos - R.J. - 1963.
- DELCOURT, Jacques - "Investir en Hommes" - la motricité de l'enseignement dans les sociétés scientifiques et techniques. - LES ÉDITIONS VIE OUVRIÈRE - Bruxelles - 1965.
- ECHAVARRIA, J. Medina - "Desenvolvimento, Trabalho e Educação" - ZAHAR Ed. R.J. - 1967.
- EDDING, Friedrich - "Méthodes d'analyse des défenses d'enseignement" Rapports et études statistiques - UNESCO - 1967.
- HARBISON, Frederick e MYERS, Charles A. - "Educação, Mão-de-Obra e Crescimento Econômico" - Ed. Fundo de Cultura - R.J. 1965.
- LYONS, Raymond Fetal - "Los Problemas y la Estrategia del Planeamiento de la Educación" - IIPE - UNESCO - 1965.
- MOREIRA, J. Roberto - "Inventário das necessidades de Educação para o Desenvolvimento Sócio-Econômico no Brasil" - CLAPS - 1960.
- NOVAES, Paulo - "Um Modelo Econômico para o Planejamento da Educação" - 7º relatório - CAPES-MEC, Abril - 1968.
- PASQUALE, Carlos - "O Desenvolvimento do Ensino Primário e o Plano Nacional de Educação" - Estudos e Documentos - Série I - vol. 4 - CRPE.
- PHILIPS, H. M. - "Les Aspects Économiques et sociaux de la planification de l'éducation" - UNESCO, Paris - 1965.
- SÁ CARVALHO, Zacarias e BARBOSA OVILEIRA, J. Américo - "A Formação de Pessoal de Nível Superior e o Desenvolvimento Econômico no Brasil" - CAPES - 1960.

- SCHULTZ, Theodore - "Valor Econômico da Educação" - ZAHAR Ed. R.J. 1967.
- TORFS, Jacques - "Matemáticas do Planejamento da Educação" - Set. 1967 - CEOSE-MEC.
- VAIZEY, John - "Économie de l'Éducation" - Économie et Humanisme.
- _____ - "Anuários Estatísticos do Brasil" - 1960; 1961; 1962; 1963; 1964; 1965; 1966; 1967 - Fundação IBGE - Instituto Brasileiro de Estatística.
- _____ - "Anuário Brasileiro de Educação" - 1964, INEP-MEC
- _____ - "Curso Escolar do Brasil" - 1964 - 1º vol. INEP-MEC.
- _____ - "Balanços Estaduais de Educação" - 1966 e 1967 - Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda.
- _____ - "Missão de Planejamento Educacional" - Brasil - set. nov. 1963 - CBPE-INEP-MEC.
- _____ - "Sinopse das Despesas com Ensino - 1961 - SEEC - MEC.
- _____ - "Sinopse do Ensino Médio" - 1964 - SEEC-MEC
- _____ - "Sinopse do Ensino Médio por Municípios" - 1965 SEEC-MEC.
- _____ - "Relatório do SENAI" - SENAI - 1966
- _____ - "Orçamento-Programa da Administração Regional de Minas Gerais - 1966 - Metas e Custos do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial".
- _____ - "Planejamento y Diseño de la Escuela Primaria Latino Americana" - CONESCAL.
- _____ - "Federal University of Bahia - Four Years Investment Program" - 1967-1970.
- _____ - "Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social" - Educação e Mão de Obra - vol. 1 e 2 - IPEA-MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO.
- _____ - "Relatório Geral - Balanços Consolidados - Exercício de 1966 - SENAC - R.J.
- _____ - "Méthodes et Besoins Statistiques de la Planification de l'Enseignement" - OCDE - 1967.
- _____ - "II Conferência Nacional de Educação" - Pôrto Alegre - MEC, 1966.
- _____ - "III Conferência Nacional de Educação" - Salvador - MEC - 1967.

- _____ - "Contas Nacionais do Brasil" - Tabelas principais 1947/1966 - F.G.V. - Instituto Brasileiro de Economia - Centro das Contas Nacionais.
- _____ - "O Programa-Educação nos Orçamentos Estaduais para 1967" - Doc. de trabalho nº 2, jan. 1968 - Ministério do Planejamento e Coordenação Geral - Setor para Educação e Cultura.
- _____ - "Balanços da Associação de Educandários Católicos" - 1966 - (AEC).
- _____ - "Balanço da Universidade do Brasil" - 1966.
- _____ - "Balanço da Universidade do Estado da Guanabara" 1966.
- _____ - "Balanço da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro" - 1966.
- _____ - "Balanço da Universidade de São Paulo" - 1966.
- _____ - "Balanço da Universidade da Bahia" - 1966.
- "Receitas e Despesas com o Ensino no Brasil" - Jacques Torfs in Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, nº 104 - 1968
- "Alguns aspectos do planejamento e do financiamento da educação no Brasil" - J.R. Moreira, in Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, nº 98 - 1966.
- "Objectifs d'emploi et objectifs d'éducation" - Michel Debeauvais, in Revue Tiers-Monde, tome V, nº 17, janv.-mars 1969 - IEDES, PUF, Paris.
- "Le Rendement de l'éducation" - LÊ THÂN KHÔI, in Revue Tiers-Monde, tome V, nº 17, janv.-mars, 1964, IEDES, PUF, Paris.
- "Traduction des objectifs d'emploi en objectifs d'éducation" - MICHEL DEBEAUVAIS, in Revue Tiers-Monde, tome V, nº 17, janv.-mars - 1964 - IEDES, PUF, Paris.
- _____ - "Lei 4.320 - Serviço Nacional dos Municípios - instruções para encerramento do encerramento do exercício IBAM.
- _____ - "Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional" dezembro 1961.
- _____ - "Constituição Brasileira" - 1967.

- FARIA GÓIS Fº, J. e CORRÊA DA COSTA, R.H. - "Mão-de-Obra Industrial" SENAI 1966.
- LEAL DE ARAÚJO, J.F. - "Vinte Anos de Universidade" - dados estatísticos - Universidade Federal da Bahia - Departamento Cultural - Salvador, 1967.
- LOURIÉ, Sylvain - "Economic Growth of Brazil: Problems and Prospects" - Preliminary Draft - Confidential - vol. VI - Education - June, 1967 - UNESCO - Department of Planning & Financing of Education.
- PASQUALE, Carlos - "Legislação do Salário-Educação" - CRPE - INEP MEC.
- WESTPHALEN, Cecília M. - "Uma experiência no financiamento da educação" Fundação Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR.
- _____ - "Relatório sobre as condições do Processo Educacional de Santa Catarina" - Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - Faculdade de Educação - 1967.
- _____ - "Evasão Escolar e Repetência nas Comunidades Pesqueiras de Santa Catarina" - Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Sta. Catarina - Fac. de Educação - 1968.
- _____ - "Expansão da Escolaridade primária até 6ª Série" - Universidade para o Desenvolvimento do Est. de Sta. Catarina - Fac. de Educação - 1968.
- _____ - "Encontros Nacionais de Planejamento" - MEC.
- _____ - "Quinta e Sexta Séries do Curso Primário" - Governo do Estado do Paraná - Secretaria de Educação e Cultura - nº 16 - 1963.
- _____ - "Cadernos Região e Educação" - Vol. 7 nº 14 dezembro, 1967 - CRPE de Recife.
- _____ - "Plano de Desenvolvimento Integrado" - PLADI - Governo Ademar de Barros - 1964-1966, SP.
- _____ - "Matrícula no Ensino Médio em Santa Catarina, 1955/1966" - Estado de Sta. Catarina - Plano de Metas do Governo (PLAMES) - Publicação do Gabinete de Planejamento - Série estatística - nº 3 agosto 1967 - "Matrícula no Ensino Primário em Sta. Catarina - 1955/1966 - série estatística - nº 4 - dezembro, 1967 - "Matricula no Ensino Superior em Sta. Catarina, 1955/1966" série estatística - nº 2 - julho, 1967.
- _____ - "Noticiário Estatístico nº 43" - Governo do Estado de S.P. - Secretaria de Economia e Planejamento - Setor de Relações Públicas - 1966.

- _____ - "Recenseamento Escolar do Brasil - 1964 - Estado de S.P. - Secretaria de Estado dos Negócios da Educação - Comissão Estadual do Censo Escolar .
- _____ - "Anuário de Estatísticas Educacionais e Culturais" - 1964 - Estado do Rio Grande do Sul - Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura - Pôrto Alegre - RGS.
- _____ - "Tabelas Explicativas da Receita e Despesa" para 1966 - Estado de S.P. - Imprensa Oficial do Estado - S.P.

ESTUDOS SÔBRE EDUCAÇÃO NO BRASIL

Sugestões para a realização, no INEP, de estudos muito importantes, em ordem de prioridade.

Por Ralph von Gersdorff,
UNESCO/INEP

Rio de Janeiro, 19 de março 1969

1. Como organizar a educação ou treinamento dos que se encontram fora do sistema educacional e de treinamento atual.

Por exemplo: Que acontecerá com os que estudaram apenas até o curso ginásial e colegial (não entrando para a Universidade), ou foram reprovados, ou abandonaram os estudos antes da graduação? Que tipos de educação e de treinamento são necessários para eles?

2. Uso de todos os meios de auto-ajuda disponíveis para eliminar o analfabetismo e iniciar a educação permanente.

O crescimento atual da população é de 3,2% ao ano. Metade da população tem menos de 20 anos de idade. Se se projetar esse crescimento para 1990, a população totalizará 180 milhões de pessoas, das quais cerca de 110 milhões terão menos de 21 anos de idade. Atualmente avalia-se em 23 milhões o número de analfabetos. É necessário que se saiba em que medida a população escolarizável - que aumenta tão rapidamente - e de fato escolarizada. O analfabetismo estará, na realidade, diminuindo ou crescendo? Qual o número de alfabetizados que deixaram de utilizar seus conhecimentos de leitura e escrita?

3. O problema do desperdício na educação:

Como reduzir a um nível razoável os índices extremamente altos de reprovação, de repetência e de deserção? A situação parece estar melhorando, mas ainda resta muito a fazer para se estabelecer um sistema de reciclagem permanente, a fim de elevar bastante o grau de qualificação dos professores. Parece que no ensino médio, primeiro ciclo, os índices de reprovação já são bem menores do que os verificados no ensino primário. Os repetentes em cada série representam apenas 10% da matrícula geral na primeira série e 5% nas demais.

4. Organização e/ou reorganização dos serviços de orientação profissional, das agências de trabalho e da seleção vocacional, levando em conta o plano e as políticas nacionais de utilização da mão-de-obra. É urgente a expansão destes serviços: os alunos e estudantes não têm ainda uma idéia clara sobre as oportunidades em carreiras de importância para o Brasil, nem em relação a demanda efetiva e espontânea atual (por exemplo, técnicos de nível médio para a C.T.B., técnicos de sistema e organização, contadores, etc). A política de expansão do ensino médio e superior deve nortear-se especialmente pelas exigências do mercado de tra-

balho. Expansão do ensino nos ramos que são importantes hoje e no futuro, segundo o planejamento, e redução do ensino nos ramos que perdem de importância ou onde já exista excesso de profissionais (por exemplo, juristas, filósofos, economistas de nível superior médio, ramos de tecnologia superada, etc.).

5. Elaboração de um sistema de informações para os vários níveis de educação e de treinamento. A carencia de dados certos e informações seguras em tempo habil impede os administradores e planejadores educacionais de desempenharem suas funções de planejamento, administração e controle com bastante eficiência, baseados em fatos reais; e é, conseqüentemente, a causa do crescimento lento do sistema educacional e de treinamento e do mau aproveitamento dos recursos financeiros e físicos postos a disposição deste sistema. Ainda existe uma certa desorganização contábil e bastante desconhecimento dos dados verídicos. Os dados coletados chegam atrasados ao conhecimento dos administradores, contadores e estatísticos. A maioria dos contadores e guarda-livros, no Brasil, ainda foi educada em sistemas arcaicos de contabilidade. São raros os contadores que entendem e sabem trabalhar em contabilidade de custo, demonstrativos de rendimento e produtividade, em elaboração de balanços, projeções financeiras, e que tenham conhecimento e prática dos conceitos modernos de orçamentos e controle e de auditoria. Os poucos bons especialistas em contabilidade com capacidade gerencial estão sendo tão procurados, que o preço que pedem por seus serviços estão fora do alcance das secretarias de educação, das escolas e universidades. Existe também uma lacuna de material didático sobre a contabilidade e a estatística escolares. Faltam manuais operacionais e métodos de introdução de sistemas de informações. Por isso parece oportuno e laborar um sistema de contabilidade e informação estatística estandardizado para os varios tipos de organizações e instituições do ensino. A necessidade e utilidade de uma informação tem que ser demonstrada para a educação formal e treinamento informal ou pratico dos administradores e planejadores educacionais. O sistema de fluxos de informações padronizadas deve ser explicado em manuais (guias) praticos que devem ser distribuidos aos administradores educacionais: 1) contabilidade financeira (plano de contas, livros auxiliares); 2) contabilidade de custo (plano de controles de custos, plano de distribuição de despesas, plano de despesas produtivas e improdutivas, sistema de ordens de serviço); 3. manuais de rotinas (contas a pagar, contas a receber, folhas de pagamentos, controle de bancos, controle e análise de estoque, planejamento e controle do ensino ou treinamento, etc.). É preciso elaborar também um modelo de sistema integrado de informações e controle gerencial interno, para cada instituição de ensino, e um modelo de sistema de informações e controle para secretarias de educação e redes de escolas. A preparação dos respectivos manuais sempre deveria incluir fluxogramas, descrição dos processos de coleta e processamento de dados, descrição dos formulários com exemplos, folhas de trabalhos, e instruções de implantação. Para estes estudos poder-se-ia aproveitar os trabalhos já realizados pelo Grupo Misto BNDE/MIT a respeito da elaboração do "Programa SIPEME - Sistema de Informações para a Pequena e Media Empresa".

A equipe do INEP encarregada do estudo das Despesas com a Educação no Brasil em 1966 poderia cooperar na elaboração do sistema de informações na base das experiencias já registradas de fatos ocorridos. Na elaboração dos modelos faltaríam somente a

função analítica e a função comparativa e de controle. Este sistema ajudaria também no cálculo dos custos unitários, do rendimento da educação e da contribuição da educação ao produto regional e nacional. Assim, o sistema de informações serviria, também, para as seguintes finalidades:

- 1) aumento da produtividade e redução dos custos do sistema educacional;
- 2) desenvolvimento e propaganda de melhores metodologias de análise de custos educacionais;
- 3) cálculo dos custos unitários da educação;
- 4) custos da aplicação de métodos e instrumentos mais modernos na educação;
- 5) a economia de programas-piloto de alfabetização;
- 6) comparação dos custos de métodos alternativos de educação e de treinamento;
- 7) métodos de financiamento da educação e do treinamento;
- 8) nível desejável de despesas para a educação nas despesas totais numa região e da nação.

Este sistema de informações deve também servir para a coleta de outros dados, como por exemplo os que permitem saber com precisão o número de alunos que frequentam a primeira série dos vários cursos. Poderiam também ser aproveitados alguns estudos feitos pelo Sr. J. Torfs, como por exemplo "Memorandum sobre um sistema de fichas e computadores para o SENAI".

6. Uso de sistemas de desenvolvimento comunitário, das associações voluntárias e de serviços obrigatórios para a organização da educação permanente, inclusive alfabetização. Este uso é necessário por causa da situação de emergência em que se encontra a educação no Brasil. Será necessário formar conselhos para a educação e o treinamento em cada bairro urbano e pequeno município para organizar a educação permanente de todos, adolescentes e adultos. Para finalidades educacionais específicas poder-se-iam formar clubes e associações (profissionais e de pais), ou as associações existentes poderiam também tratar da alfabetização e do treinamento. Serviços obrigatórios militares e civis deveriam ser utilizados para a educação, aproveitando-se as experiências já feitas, como por exemplo, com o projeto Rondon. Merendas escolares podem servir para atrair as crianças cujos pais não desejam que frequentem a escola, ou que as enviam para trabalhar e ganhar a comida. É necessário também que se pense em obrigar os pais a mandarem os filhos a escola. Em alguns países, como por exemplo o Irã (1), o serviço militar é utilizado para a alfabetização e o desenvolvimento comunitário. No Brasil poder-se-ia criar um serviço civil para estes fins. "Escolas isoladas" poderiam ser criadas em locais estrategicamente situados. Os métodos do planejamento regional poderiam ser também utilizados para a educação. De qualquer modo, os currículos deveriam ser adaptados às características regionais e ao desenvolvimento socio eco-

(1) Ver AMIR BIRJANDI: "El Proyecto del Ejército del Saber en Iran un plan de trabajo para el desarrollo rural", Ministerio de Educación, Organización del Ejército del Saber, Teheran, setembro 1966.

nômico planejado. Para integrar todos os brasileiros no processo de planejamento socio-econômico do Brasil é preciso também que se estudem as necessidades de educação cívica em todos os níveis do sistema educacional e na educação de adultos. Utilização de todos os meios de comunicação, inclusive TV e TV por satélite. A utilização da TV só para distrair com palhaçadas, romances e crueldades e não para a educação é desperdício terrível de um instrumento de ensino muito poderoso.

7. Estabelecimento de um sistema de cooperação da indústria com a educação.

Isto pode ser feito nos moldes já descritos na tese que apresentei ao 1º Congresso Brasileiro dos Bancos de Desenvolvimento, realizado em Araxá, de 4 a 8 de março de 1969: "Sugestões para o financiamento de programas e projetos educacionais no Brasil", pag. 5, parágrafo 24. Desenvolvimento de um sistema de estágios em empresas e repartições públicas. As universidades deveriam ser abertas a representantes da comunidade - por exemplo, das associações profissionais, culturais e de treinamento, etc. - a fim de aumentar a eficiência administrativa das universidades e influir na concepção dos currículos. A participação de homens de empresa com experiência gerencial na direção das universidades deveria ser permitida e incentivada. "Interiorização" do profissional com a escola.

8. Estabelecimento de um sistema de cooperação da agricultura com a educação.

- a) Fornecimento de merendas escolares e universitárias pela agricultura e a indústria de produtos alimentícios.
- b) Estágios em casas de lavoura, estações e fazendas experimentais, etc.
- c) Colaboração das escolas e universidades com as associações de agricultores, casas de lavoura, etc.

9. Solução de problemas a respeito dos professores:

- a) Capacidade ociosa dos professores; a carga horária dos professores é baixa: em média 6 horas semanais, ou menos. É necessária uma melhor utilização da capacidade dos professores, assim como o estabelecimento de novos turnos de trabalho, utilização das horas noturnas, dos sábados, domingos e feriados.
- b) Dificuldades de recrutamento de novos professores de bom nível.
- c) Política salarial: elaboração de um sistema desejável, por tarefa ou hora de trabalho. Salários atrativos para professores e pesquisadores de alto gabarito e nível.
- d) Substituição de professores ou professoras (nas universidades: catedráticos ou não) que não produzem, por outros que produzem.
- e) Permuta de professores.
- f) Facilidades (habitação, locomoção, etc.) e incentivos salariais para os que se deslocam para regiões afastadas e de difícil acesso.
- g) Preferência ao tempo integral e ao "meio-expediente" com pleto.

- h) Equilibrar a demanda com a oferta de professores.
- i) A educação das mulheres e o lugar da mulher na profissão de professor.
- j) O professor na escola rural e o desenvolvimento rural.
- k) O papel do pessoal docente estrangeiro.

10. Solução de problemas relativos a alunos e estudantes.

- a) Solução do problema dos "excedentes". Todo aquele que de seja estudar deve ser incentivado a fazê-lo, e não desencorajado. Torna-se, portanto, necessário expandir o ensino médio e superior, de acordo com o mercado de trabalho. Os exames vestibulares são qualitativamente inadequados. Por isso, é preciso reformular ou eliminar os exames vestibulares. Em último caso, podem ser substituídos por exames finais nos colégios que dão direito a matrícula nas universidades. A seleção far-se-ia então pelos exames de bacharel, mestre e doutor.
- b) Reformulação do cálculo da estimativa das vagas, da capacidade ociosa, do espaço físico e da produção docente : aluno-espaço e aluno-professor. Utilização da capacidade ociosa nas salas de aula, dos laboratórios, das bibliotecas, dos institutos de pesquisas, etc. Os índices de utilização são ainda muito baixos, mesmo nas faculdades de engenharia e medicina, as mais procuradas pelos vestibulandos.
- c) Obrigatoriedade de adoção do sistema de tutoria, de orientação profissional e de agência de emprego nas últimas séries dos ginásios (orientados para o trabalho), dos colégios e das universidades. Criação de carreiras médias com estudos abreviados de nível superior. Elaboração de currículos para a formação, visando carreiras médias.
- d) Parece não ser verdadeira a afirmação de que é pouco elevado o número de alunos inteiramente carentes de recursos. É preciso que se verifique isso. Em todo o caso, dever-se-ia exigir que os alunos cujos pais têm rendas de nível médio e alto pagassem anuidades. Organização da gratuidade de ensino aos alunos e estudantes de baixa renda familiar.
- e) Organização de um sistema de bolsas de estudo e de manutenção com reembolso a longo prazo.
- f) Ajustamento da demanda espontânea (popular) de educação às necessidades práticas do desenvolvimento socio-econômico.

11. Solução dos problemas das universidades e da pesquisa:

- a) Estabelecimento de órgãos técnicos nas universidades para o planejamento (inclusive contabilidade moderna).
- b) Universidades como "Centros de Excelência" e "Centros Avançados de Formação de Pessoal", pela organização de cursos de pós-graduação. Normas estabelecidas pelo Conselho Federal de Educação para o Mestrado e Doutorado.
- c) Elementos para a elaboração de um "Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico"; também criar tecnologias "médias", entre as mais primitivas e as mais avançadas.

(1) Ver R.v. Gersdorff: "L'Inventaire des aptitudes et de la technologie artisanales comme instrument pour l'identification de projets industriels dans le cadre de la planification du développement", B.I.T., Section des Petites Industries, Genebra, 1968.

- d) Modernização das bibliotecas e implantação de um sistema racional de acesso a documentação bibliográfica, técnica e outras.

12. Problemas de financiamento da educação:

Já enunciei alguns na minha tese mencionada no item 7. Especial atenção deveria merecer a elaboração de vários métodos de captação de recursos para a educação (impostos especiais, poupança voluntária mediante a emissão de papéis especiais, como obrigações escolares ou "letras educação", etc.).

Sugestões para repartir as matérias
entre grupos docentes.

Feitas por Ralph von Gersdorff
UNESCO/INEP

Rio de Janeiro, 20 de março de 1969

GRUPO I: Sociologia da Educação

- Filosofia (lógica formal e simbólica, uso de modelos) e teoria da educação.
- História da educação no Brasil.
- Problemas atuais da educação brasileira:
 - Educação nas famílias: criação de atitudes anti-desenvolvimentistas, isto é, atitudes contra o trabalho e o Estado (ligar mais à sorte, herança, ajuda da família e dos amigos, etc., que ao próprio trabalho), a cooperação (com pessoas que não são da família ou dos "amigos" da família) e da poupança (efeito anti-poupança da inflação, roubo das caixas econômicas, desperdício de comidas, de estoques de gêneros alimentícios, etc.).
 - Estrutura da origem social dos alunos nos vários níveis (profissão e renda dos pais).
 - Extensão do analfabetismo e problemas da educação dos adultos (educação permanente).
 - Legislação sobre a educação no Brasil (LDB, Salário Educação, etc.).
 - Problemas do ensino primário rural e urbano: estrutura, professorado, conteúdo (falta da educação cívica, etc.), repetência, deserção.
 - Problemas do ensino ginasial tradicional e orientado para o trabalho.
 - Problemas do ensino colegial (normal, industrial, agrícola, comercial).
 - Problemas do vestibular e dos excedentes.
 - Problemas do ensino superior: professores, estudantes, currículos obsoletos, administração e contabilidade deficiente. Adaptação da educação às exigências do progresso social e tecnológico.

- Problema das pesquisas básicas e aplicadas.
- Problemas de orientação vocacional, agências de emprego e de seleção; aplicação da psicologia na educação, seleção e no treinamento.
- A educação e os outros setores sociais: saúde, habitação, seguro social, políticas salarial e de emprego. A educação no conjunto do planejamento social e do planejamento da mão-de-obra.
- A educação e os setores econômicos: agricultura, indústria, serviços.
- Problemas financeiros da educação: a educação e as finanças públicas; financiamento por particulares.
- A reforma da administração no setor educação e treinamento.
- Problemas de coleta de informações estatísticas e não-estatísticas sobre o sistema educacional e de treinamento.
- Problemas da educação e do treinamento dos adolescentes que estão fora do sistema educacional.
- O diagnóstico do IPEA da educação e da mão-de-obra no Brasil.
- Problemas geográficos e de localização na educação e no treinamento.

GRUPO II: Princípios e métodos do planejamento educacional

- Organogramas e descrição:
 - Organização do planejamento no nível federal: funções que teria um Departamento de planejamento na Secretaria Geral do MEC, cooperação deste departamento com o IPEA, Recursos Humanos, e o INEP.
 - Organização do planejamento no nível regional: Ministério dos Organismos Regionais, SUDENE, Departamento de Recursos Humanos; SUDAM, etc. Técnicas de planejamento regional.
 - Organização do planejamento no nível estadual: as Secretarias estaduais de Educação; organização da cooperação dos planejadores com o setor particular.
 - Organização do planejamento da educação nos municípios; técnica do planejamento comunitário.

- Técnicas do planejamento educacional.
 - Análise dos dados estatísticos e não-estáticos, do diagnóstico dos problemas da educação e da mão-de-obra.
- Formulação dos objetivos, metas e políticas no campo da educação e da mão-de-obra.
- Projeções, programação e repartição dos projetos;
- Cálculo dos custos, controle da factibilidade dos projetos e consideração das alternativas;
- Planejamento de baixo para cima: identificação, seleção, estudos de factibilidade e elaboração dos projetos educacionais e de treinamento.
- Tomada de decisões.
- Elaboração dos planos federais, regionais, estaduais e municipais de educação.
- Execução dos programas e projetos.
- Controle, reavaliação e revisão dos projetos.
- Administração dos programas e projetos educacionais e de treinamento: estrutura, técnicas e meios modernos de uma administração eficiente e produtiva. Tradução dos planos e programas em programas de trabalho e de ações operacionais individuais. Uso dos métodos de informação rápida: coleta das estatísticas, sistema de custos e custos unitários, contabilidade estandarizada (ou padronizada), mecanização e processamento de dados, organização e métodos, pesquisa operacional, PERT, CPM, chefia e liderança, administração do pessoal: descrição das funções dos vários postos e das tarefas por período (cronogramas dos trabalhos, das reuniões, das decisões e dos controles).
- Demanda e oferta na educação e da mão de obra. Elaboração de um mapa escolar. Cálculo da demanda e a colocação dos edifícios escolares.

GRUPO III - Economia da Educação

- A economia e o planejamento da educação na América Latina (progressos alcançados até agora).
- A contabilidade nacional e regional em geral.

- Lugar da educação na economia nacional e regional; a relação: planejamento educacional-planejamento econômico; despesas para a educação na contabilidade nacional; a educação nas tabelas, insumos-produtos.
- A Educação como uma prioridade no desenvolvimento brasileiro.
- Uso de modelos da economia e da educação (linguagem de símbolos e das estatísticas, fórmulas teóricas, simulação das alternativas).
- Os dois modelos utilizados pelo IPHA para o Brasil: a abordagem "mão-de-obra" e a abordagem "cultural ou político-social" ou de "necessidades educacionais" (nos vários níveis do sistema educacional); metas quantitativas, compatibilização entre as metas.
- Contribuição da educação à economia em geral e ao crescimento da renda per-capita em particular: abordagem de E.F. Dinison e abordagem de S.G. Strumilin; peso do plano educacional no plano geral regional e nacional.
- Demanda e oferta de mão de obra (mercado de trabalho).
- Demanda e oferta na educação.
- Demanda e oferta de professores.
- Perfil ocupacional, tecnologia e alterações no perfil ocupacional.
- Finalidade e mensuração da formação de "capital humano".
- Adaptação dos currículos e dos métodos de ensino às mudanças na economia e na tecnologia; impacto do sistema educacional na mudança tecnológica e da modernização; processo de desenvolvimento técnico utilizado para promover o aumento da renda (formação de capital, investimentos em educação e saúde); a "abordagem investimento" no planejamento da Educação.
- Educação para a agricultura.
- Educação para a indústria.
- Educação para os serviços.
- Financiamento e recursos da educação: captação de recursos financeiros e não-financeiros (mão-de-obra e material); dimensionamento dos meios físicos necessários.

- Alocação de recursos à educação e ao treinamento.
- Análise dos custos da educação e dos custos unitários.
- O orçamento-programa como instrumento de planejamento; os programas, as atividades e os projetos individuais.
- Relação entre custos e benefícios dos investimentos nos vários níveis do sistema educacional, do treinamento em vários setores econômicos e sociais, das campanhas de alfabetização e em projetos individuais; cálculos das taxas de rendimento numa nação, num ramo, numa região, num projeto, para um indivíduo de uma certa profissão; uso de métodos de fluxo de caixa descontado (discounted cash flow method).
- Conteúdo e eficiência econômica da educação.
- Políticas fiscais federais, estaduais e municipais e programas educacionais.
- Assistência externa à educação brasileira.
- Financiamento para alunos e estudantes: bolsas, empréstimos, trabalho estudantil.
- Projeções econômicas e financeiras no planejamento da educação.
- Uso de taxas emprêgo (ou trabalho)/produto.
- Correlação emprêgo-renda; problema do desemprego e da população não educada e treinada.
- Os aspectos econômicos da construção das escolas e da localização das escolas nas regiões e no conjunto do território nacional; demanda de espaço escolar.
- Educação e consumo.
- Prioridades no desenvolvimento da educação.
- Comparação de custos e de métodos de ensino.
- Vantagens econômicas de vários sistemas de educação e de treinamento.

GRUPO IV: Estatística aplicada à educação.

- Coleta de dados: levantamento das informações quantitativas e qualitativas, inquéritos por amostragem, censos, entrevistas, cadastro, contabilidade, etc.
- Apresentação das informações; quadros, tabulação, gráficos, etc.

- Uso de métodos estatísticos: médias, noções de amostragem, correlações, números índices, noções de probabilidade, variável aleatória, etc.
- Estatística da população e fatores demográficos no planejamento educacional.
- Estatística da mão-de-obra (estrutura ocupacional e etária), do desemprego e do sub-emprego.
- A pirâmide educacional.
- Estatística e análise da oferta e da demanda de professores.
- Estatística e análise das características dos alunos e de grupos de alunos (origem social, isto é, profissão do pai; idade, etc.).
- Estatística e análise das características das escolas (salas de aula, material disponível, etc.).
- Estatística do analfabetismo.
- Estatística das reprovações, repetências e deserções; cálculo e análise.
- Estatística dos níveis do sistema escolar.
- Estatística dos transportes escolares e estudantis.
- Estatística do financiamento da educação.
- Estatística das bolsas e empréstimos a estudantes.
- Padronização internacional da estatística e contabilidade escolar e universitária.
- Comparabilidade internacional das estatísticas da educação.
- Classificação Internacional Padronizada da Educação (International Standard Classification of Education, ISCED) da UNESCO.
- O Manual das Estatísticas Educacionais da UNESCO.
- As estatísticas da educação e a contabilidade escolar e universitária no Brasil.
- Uso de métodos modernos de coleta e processamento de dados.

SUGESTÕES PARA ESTABELECEER CURRÍCULOS
MÍNIMOS PARA A FORMAÇÃO DE PLANEJADORES EDUCACIONAIS

por Ralph von Gersdorff, UNESCO/INEP
Rio de Janeiro, 14 de março de 1969

1. Poder-se-iam estabelecer currículos mínimos para os seguintes grupos de estudantes:
 - a) os que escolheram o planejamento educacional desde o início dos seus estudos, isto é, desde o vestibular;
 - b) os que, tendo escolhido outras profissões, resolveram, no meio do curso, especializar-se em planejamento educacional;
 - c) os que já se formaram, isto é, que já adquiriram o grau de bacharel, mestre ou doutor, mas que decidiram, após a graduação, especializar-se em planejamento educacional.

2. Será necessário fazer uma estimativa da demanda na profissão de planejador educacional nos vários níveis: federal (por exemplo, em vista do estabelecimento de uma Seção de Planejamento no MEC, de uma expansão do Departamento de Recursos Humanos no IPEA e do pessoal docente e pesquisador do INEP), regional (demanda na SUDENE, SUDAM, etc.), estadual (Secretarias de Educação, universidades) e municipal (planejamento educacional nos grandes municípios). Isso será necessário também para avaliar a necessidade de se estabelecer um nível superior médio (a exemplo do engenheiro operacional) no campo do planejamento da educação.

3. Para o grupo a) acima mencionado, seria necessário estabelecer um currículo mínimo para um curso geral (2 anos) e um para um curso especial.
 - a) O curso geral (2 anos) deveria, a meu ver, incluir as seguintes matérias:
 - 1) Administração da educação (teoria geral da administração, organização e métodos e pesquisa operacional, administração financeira, de pessoal, de material, de escritórios - inclusive regimento -, sistemas de custos, contabilidade geral e educacional, mecanização e processamento de dados, matemática aplicada à administração do ensino, relações humanas e públicas, chefia e liderança).

- 2) Economia geral e brasileira (contabilidade nacional, planejamento geral, setorial e regional, finanças públicas, moeda, poupança e formação de capitais, créditos e seguros, mão-de-obra e trabalho, ramos econômicos e sociais, comércio exterior, história econômica, conceito de economia, produtividade, rendimento escolar, etc.);
 - 3) Estatística (teoria da estatística, média aritmética, harmônica, correlação, etc., estatísticas da população e da mão-de-obra, da produção, das empresas, dos números-índices, da balança comercial, etc.);
 - 4) Filosofia ou teoria, sociologia e história da educação;
 - 5) Psicologia da educação.
- b) O curso especial (2 anos) deveria incluir as seguintes matérias:
- 1) Estrutura e funcionamento do ensino, métodos da educação: pirâmide do sistema educacional, e prática de ensino e da administração da educação nos vários níveis, até a administração das aulas - "class management" -, educação comparada, educação sanitária e cívica, tecnologia da educação: métodos áudio-visuals, educação programada, alfabetização de adolescentes e adultos, educação permanente, etc.);
 - 2) Princípios e métodos do planejamento educacional: organização e administração do planejamento educacional (conceito do sistema, da seleção dos objetivos, metas, políticas e prioridades) contribuição da educação ao produto nacional, planejamento educacional no conjunto do planejamento social (setores sociais), papel dos recursos humanos no desenvolvimento econômico e social, composição da mão-de-obra atual, projetada e planejada ("mix of manpower"), fatores econômicos, sociais e psicológicos que influenciam a alocação e utilização da mão-de-obra, consideração dos fatores demográficos e outros que determinam a demanda social para a educação e os fluxos de alunos às escolas, fatores que determinam a demanda e oferta de professores e os recursos financeiros disponíveis para a educação e o treinamento, adaptação do sistema educacional às mudanças da situação e planejamento para a população que ficou fora do sistema educacional, papel e evolução das universidades numa sociedade em mudança, papel possível da assistência externa ao desenvolvimento educacional, metodologia do trabalho num departamento de planejamento educacional, identificação, seleção, elaboração, avaliação e execução de projetos educacionais e de treinamento, etc.

- 3) economia da educação: despesas educacionais na contabilidade educacional, análise de custos e análise financeira no planejamento educacional, produtividade e rendimento de escolas, ramos educacionais, faculdades, etc., custos por unidade, rendimento de novos sistemas educacionais, economia de projetos-piloto de alfabetização, comparação de custos de métodos de ensino, vantagens econômicas de vários sistemas de educação e de treinamento, métodos de financiamento e de captação de recursos para a educação, nível razoável de despesas educacionais, financiamento da expansão do sistema de educação obrigatória.
- 4) Estatística aplicada à educação: análise da oferta e da demanda de professores, análise das características dos alunos, de grupos de alunos e de escolas, fatores demográficos no planejamento educacional, etc.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

031/69

Programa MEC/INEP/CEOSE
Rua Voluntários da Pátria, 107 - Rio/GB

Proposta nº 3/69.

Autorizo
Em /3/1969

Diretor

Senhor Diretor do INEP:

Solicito a autorização de V. Sa. a fim de que seja feito um suprimento no valor de NCR\$ 100,00 (cem cruzeiros novos) à Secretária Executiva deste Programa REGINA CÉLI DA ROCHA FREIRE, a fim de atender às despesas miúdas de pronto pagamento.

Atenciosamente,


Durmeval Trigueiro Mendes
Coordenador dos C.E.O.S.E.

Em /3/1969.

Nº 030/69

Rio de Janeiro, 25 de março de 1969

Prezado Pe. Vasconcellos,

Agradeço muito seu cartão do dia 14 de fevereiro de 1969.

Recebi agora o Boletim "Educación Latinoamericana" de fevereiro 1969, no qual os resultados do nosso seminário em Valinhos foram publicados. Achei a redação muito boa, somente queria saber quando vão ser tomadas as decisões nos vários países da América Latina, especialmente no Brasil, a respeito da organização da educação católica. Se eu puder ser útil aqui no Brasil, disponha de mim quando achar oportuno e conveniente.

Quero chamar sua atenção do fato de que a UEG está organizando um curso sobre o planejamento da educação, no qual eu já prometi dar algumas aulas. O coordenador é o Professor Durmeval Trigueiro, INEP/CEOSE. Talvez teria interesse que um ou mais planejadores da educação católica participassem neste curso. Com esta, estou lhe enviando o projeto de plano do curso, cuja duração é de cerca de 10 meses e vai começar em abril próximo. Poderão ser matriculados os candidatos que tenham concluído curso superior de Pedagogia, Economia e Administração ou os que exercem funções qualificadas em planejamento em órgão público. As inscrições podem ser feitas até o dia 30 do corrente, no Departamento de Cultura da UEG, Travessa Euricles de Matos, 17, das 15 às 18 horas.

Anexo, envio-lhe também, alguns trabalhos que escrevi anteriormente.

Com os meus melhores cumprimentos e saudações cordiais,

Atenciosamente

Ralph von Gersdorff
Planejador da Educação, UNESCO/INEP

Pe. José Vieira de Vasconcellos
Presidente da A.E.C. do Brasil
Rua Martins Ferreira, 23
Rio de Janeiro - GB.

Rio de Janeiro, 25 de março de 1969

Of. nº 029/69

Programa MEC/INEP/CEOSE
Rua Voluntários da Pátria, 107 - Rio/GB

Proposta nº 2/69.

Autorizo
Em /3/1969

Diretor

Senhor Diretor do INEP,

Solicito a autorização de V. S^a a fim de que seja efetuado o pagamento do pessoal, sendo 1 técnico e 5 administrativos à disposição deste Programa, relativo ao mês de março do corrente ano, na forma do artigo 111, do Decreto-Lei 200/67 e autorização ministerial constante do Proc. MEC/4084/68, eo mo segue:

| NOMES | FUNÇÃO | RETRIBUIÇÃO | DESCONTOS | A RECEBER |
|-------------------------------------|----------------------|-----------------|--------------|-----------------|
| 1 - Durmeval Trigueiro Mendes | Coordenador | 864,00 | 69,12 | 794,88 |
| 2 - Regina Coeli da Rocha Freire | Secretária Executiva | 576,00 | - | 576,00 |
| 3 - Edith Ferreira Engelke | Secretária Bilingüe | 417,60 | - | 417,60 |
| 4 - Vanda Maria Gomes da Cruz | Secretária Bilingüe | 169,92 | - | 169,92 |
| 5 - Tereza Maria da Costa | Secretária | 236,52 | - | 236,52 |
| 6 - Abedias Augusto de Almeida | Servente | 79,20 | - | 79,20 |
| T O T A L | - | 2.343,24 | 69,12 | 2.274,12 |

Atenciosamente,



Regina Coeli da Rocha Freire
Secretária Executiva
do
C.E.O.S.E.

Visto

Em /3/1969.


Durmeval Trigueiro Mendes
Coordenador do CEOSÉ

NR 028/69

Rio de Janeiro, 24 de março de 1969

Aos Prof. Raul Jobim Bittencourt
Diretor da Faculdade de Educação
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Do: Prof. Durmeval Trigueiro Mendes
Chefe do Departamento de Fundamentos Sociológicos da Educação

Senhor Diretor,

Na qualidade de Chefe do Departamento de Fundamentos Sociológicos da Educação, venho solicitar a atenção de V.S^a. para as considerações que se seguem:

1. A instalação da Faculdade de Educação como um ser novo dentro da Universidade, impôs não só a ampliação de áreas que ela incorporou da antiga Faculdade de Filosofia, como a criação de novas áreas de ensino e pesquisa. Obviamente, o instrumental herdado está longe de atender aos encargos surgidos com a reforma, sobretudo no que se refere a pessoal docente. Por isso mesmo, fomos instruídos por V. S.^a, logo no começo do ano letivo, a propôr nomes que viessem complementar a nossa equipe de professores. Entretanto, salvo engano de minha parte, essas pessoas deveriam ser designadas, indistintamente, para a categoria de auxiliares de ensino, daí os termos da minha proposta.

Gra, por esse caminho estou certo de que vamos esbarrar em dificuldades insuperáveis - ou as formas de superá-las serão mais aparentes do que reais.

Os fatos e ponderações que trago ao seu exame refletem não só a minha inquietação diante de um sistema que ameaça esmagar a Faculdade de Educação no nascedouro, como a minha confiança em sua boa vontade e capacidade de iniciativa para encontrar soluções adequadas.

2. O que se pretende de fato é atribuir a tais Auxiliares de Ensino efetivas responsabilidades de magistério. Aliás, não se trata apenas de uma pretensão, mas de uma necessidade, já que seria inconcebível concentrar no Professor Titular todos os encargos da disciplina a que está vinculado.

Ora, essa solução, creio que nem a lei nem a conveniência pedagógica poderiam justificar. Dentro do sistema legal, o Auxiliar de Ensino não chega a integrar as classes do magistério superior (Lei nº 4.881-A, art. 5º; Lei nº 5.539, art. 2º; D.L. nº 465, art 10), sendo destinado à iniciação nas atividades docentes e, ainda assim, em caráter probatório (art. 6º da Lei nº 5.539). Através desses dispositivos, institui-se, claramente, um processo de formação de professores no qual o Auxiliar de Ensino está inserido como um professor in fieri, tendo a dar tanto quanto a receber. O pressuposto subjacente é que nos Departamentos haja professores suficientemente qualificados e numerosos para complementarem a formação dos auxiliares de ensino, em serviço.

3. Não é esta a situação do Departamento de Fundamentos Sociológicos da Educação. Nela existe, praticamente, só o Professor Titular, defrontado com os seguintes encargos: chefia do Departamento, com a responsabilidade de moldar um setor que surge, só agora, com individualidade própria; organização da disciplina Cultural Brasileira, e coordenação do curso correspondente; ensino de Fundamentos Sociológicos da Educação, com 12 aulas semanais, e para os alunos de pedagogia, com 6 aulas semanais. Se esse titular receber no Departamento dois auxiliares de ensino, cujas qualificações não excedam essa categoria, terá de dividir com eles, não os seus cuidados como a lei implicitamente prevê, mas as suas próprias responsabilidades, para as quais eles não estão preparados.

Vale lembrar a respeito das qualificações exigidas para professor com efetiva responsabilidade do ensino a recente Portaria nº 78, de 5/11/68, do CEF, de que junto cópia, a fim de que se possa ter o correto entendimento do sistema legal através do órgão mais autorizado para formulá-lo. É óbvia a desproporção entre as exigências estipuladas na portaria e a condição de Auxiliar de Ensino. Se admitimos nessa categoria pessoas que não poderiam ultrapassá-la, não nos é lícito atribuir-lhes encargos de magistério com essa latitude. E se o fizermos, estaremos rebaixando a formação de educacionalistas e de professor de ensino médio a níveis indesejáveis.

4. Acho indispensável que o Departamento de Fundamentos Sociológicos da Educação disponha, além do Titular, de dois professores em nível de Assistentes e de um auxiliar de ensino. Tal composição não distinguiria o nosso Departamento como um privilégio em relação aos demais, ao contrário, viria reduzir uma diferença favor deles, a qual permaneceria depois da providência que estou solicitando. De fato, a maioria dos Departamentos de uma Faculdade dispõem de professores de diferentes níveis e em maiores deficiências para atender aos respectivos encargos.

Quanto à legalidade do contrato de professores em nível de assistência ou em outro nível qualquer, sabe V. S.^a que é pacífica, tendo sido confirmado aqui, no D.L. nº 465, de 11 de fevereiro de 1962. O essencial são os títulos dos candidatos.

Vale finalmente assinalar o caráter precário desse tipo de vinculação que perdurará apenas na medida dos interesses da Faculdade.

5. Nesses termos, venho propôr a V.S.^a o contrato, em nível de assistente, das Professoras Maria Pellegrini e Maria Laís Mousinho Guidi, cujos currículos-vitas acompanham este ofício. Quanto ao auxiliar de Ensino, continuo as minhas diligências no sentido de encontrar candidato com as condições adequadas.

Da colaboração das duas mencionadas professoras depende o funcionamento pleno dos cursos que integram o Departamento de Fundamentos Sociológicos da Educação.

Atenciosas saudações,

Darneval Trigueiro Mendes

nº 027/69

Rio de Janeiro, 24 de março de 1969

Ao: Prof. Raul Jobin Bittencourt
 Diretor da Faculdade de Educação
 Universidade Federal do Rio de Janeiro

Do: Prof. Durmeval Trigueiro Mendes
 Chefe do Departamento de Fundamentos Sociológicos da Educação

Senhor Diretor,

Tendo em vista as atribuições conferidas aos Departamentos pelas Leis nº 5.540, art. 11, § 3º, e nº 5.559, art. 5º, parágrafo único, o Departamento de Fundamentos Sociológicos da Educação elaborou diretrizes provisórias para a organização da disciplina Cultura Brasileira, as quais são agora submetidas ao Conselho Departamental pelo alto intermédio de V. Sª como seu Presidente. Esclareço, de antemão, que tais diretrizes serão reexaminadas pelo conjunto dos integrantes do Departamento, logo que venham a ser designados.

1. Reconhecemos, em primeiro lugar, a necessidade de dar uma estrutura à disciplina Cultura Brasileira, evitando que ela se torne um mero agregado de elementos superpostos. Para isso, um arcabouço deve ser constituído, a partir de uma perspectiva científica bastante abrangente para integrar todos os elementos que devam completá-lo. Esse ponto de partida pode ser escolhido com relativo arbítrio, entre diversas ciências em nosso caso - dentro do elenco de disciplinas do currículo da Faculdade de Educação - parece evidente que a disciplina mais adequada para exercer essa função será a Sociologia, e que explica ter sido o correspondente Departamento escolhido para abrigar a Cultura Brasileira.

2. Poderá o Departamento de Fundamentos Sociológicos da Educação organizar o programa geral, incumbindo-se de ministrar a parte nuclear do curso, e de inserir nele, orgânicamente, as contribuições subsidiárias, trazidas por professores indicados pelo Departamento fora de seu âmbito, e ajustados à orientação por ele traçada. Tal organização permitirá a indispensável unidade que deverá ter esta disciplina, como qual-

quer outra, sendo que, nesta, a unidade deve ser obtida mediante um esforço especial de reunir, matérias diferentes e dispersas numa visão de totalidade.

3. O curso ganharia bastante flexibilidade e riqueza se, sobre um lastro de idéias fundamentais e dentro de uma orientação unificadora - assegurados, um e outra, pelo Departamento de Fundamentos Sociológicos da Educação - se desenvolvessem seminários especiais sobre os vários campos abrangidos pela Cultura Brasileira, nos termos de nosso currículo. O importante é que os seminários sejam confiados a pessoas de alto nível nas respectivas especialidades. Tal exigência se impõe, obviamente, na medida em que se impõe a própria síntese: só saberão produzi-la - condensando em poucos seminários ou aulas material tão vasto, e ainda, retirando de especialidades, muitas vezes estritas, o sentido que elas recebem para a cultura brasileira; promovendo, enfim, esse entrosamento entre o particular e o geral, o técnico e o cultural - só saberão produzi-la, repito, pessoas de ampla e sedimentada cultura.

4. Inspirado nessas diretrizes, o curso de Cultura Brasileira terá a seguinte estrutura:

a) Caberá ao Departamento de Fundamentos Sociológicos de Educação, sob a supervisão de seu Chefe, a orientação do curso, a responsabilidade didática pelo seu programa básico, e a escolha dos professores colaboradores para ministrarem seminários sobre tópicos específicos do programa.

b) Impõe-se distinguir, na orientação do curso, os diferentes critérios de análise da cultura brasileira - sociológicas, antropológicas, filosóficas etc... - e as realizações da cultura brasileira nas várias "regiões" em que ela se desdobra na filosofia, nas letras, nas ciências e técnicas e nas artes. Embora distintos, os dois planos se interpenetram já que a análise se baseia e ilustra nas realizações e estas só se tornam significativas através da apercepção crítica.

c) Os professores colaboradores, cuja lista é aqui apresentada em caráter provisório, serão os seguintes:

- | | |
|-----|--|
| I | Campe antropológico - Manuel Diegues Junior |
| II | " histórico - Sérgio Duarte Guerra |
| III | " econômico - Maria Helena |
| IV | " literário - Afrânio Coutinho |
| V | " filosófico - Antônio Paim |
| VI | " estético - Mário Barata |
| VII | " científico e tecnológico - Olympio da Fonseca e Leopoldo Nachbin. |

d) A fixação dessas áreas obedece a um critério pragmático, em parte decorrente do grau de disponibilidade do próprio Departamento. Inicialmente - com os professores previstos - poderá ocupar-se dos campos não mencionados na lista acima - sociológicos, políticos, pedagógicos, etc. - e participar dos que foram referidos.

2. Alguns desses campos desdobrar-se-ão, por sua vez, em áreas mais restritas, como, por exemplo, o campo estético - em artes plásticas, música, etc. O Departamento solicitará a colaboração de especialistas nessas áreas no momento oportuno, segundo critérios de continuidade sistemática.

Atenciosas saudações,

DURMEVAL TRIGUEIRO MENDES

Nº 026/69

Rio de Janeiro, 21 de março de 1969

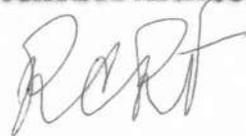
Ao: Dr. Durmeval Trigueiro Mendes
Coordenador dos CEOSE

De: Regina Coeli da Rocha Freire
Secretária Executiva

Senhor Coordenador,

Sujeito à aprovação de V.S.^a o orçamento do conserto de uma de nossas máquinas "Adler", feito pela firma "INSUBRA S/A", única representante daquelas máquinas no Rio de Janeiro.

Atenciosamente,



Regina Coeli da Rocha Freire

Nº 025/69

Rio de Janeiro, 21 de março de 1969

Magnífico Reitor,

Tenho a satisfação de acusar o recebimento de seu Ofício nº 107/69, de 18 de março corrente, acompanhado do Ato Executivo nº 168.

Sinto-me honrado pela escolha de meu nome para colaborar em tão importante iniciativa como a do Curso de Especialização em Princípios e Métodos do Planejamento Educacional, e desde já coloco-me à disposição de V. Excia.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V. Excia. os meus protestos de distinta consideração.



Ralph von Gersdorff
Planejador Educacional - UNESCO/INEP

Ao
Dr. João Lyra Filho
Magnífico Reitor
Universidade do Estado da Guanabara

Nº 024/69

Rio de Janeiro, 20 de março de 1969

De: Lúcia Maria Nagasawa
Para: Chefe de Contabilidade do INEP

Prezada senhora,

Solicito-lhe o especial obséquo de providenciar para que o Serviço de Contabilidade do INEP me forneça, para fins de declaração do Imposto de Renda, uma declaração dos salários recebidos, em 1968, com os respectivos descontos em fôlha.

Atenciosas saudações



Lúcia Maria Nagasawa

Na 023/69

Rio de Janeiro, 14 de março de 1969

Prezados senhores,

Solicito-lhes o especial obséquo de me enviarem 10 exemplares do Relatório Final do 1º Congresso Brasileiro de Bancos de Desenvolvimento.

Aproveitando a oportunidade para cumprimentá-los pela boa organização do Congresso e pelo êxito alcançado, apresento-lhes minhas

Cordiais saudações,



Ralph von Gersdorff
Planejador Educacional - UNESCO/INEP

Ex.º Srs.

Membros da Secretaria Executiva do
1º Congresso Brasileiro de Bancos de Desenvolvimento
Av. Carandai, 1115
Caixa Postal 1026
Belo Horizonte - MG

80-022/69

Rio de Janeiro, 13 de março de 1969

Prezado Senhor,

Solicito-lhe o especial obséquo de me enviar pelo portador, 10 exemplares do Relatório Final do 1º Congresso Brasileiro de Bancos de Desenvolvimento.

Aproveitando a oportunidade para agradecer-lhe as providências tomadas por V.S.^a para a minha participação naquele Congresso, apresento-lhe minhas

Atenciosas Saudações,



Ralph von Gersdorff
Planejador Educacional - UNESCO/INEP

Ex.^{mo} Sr.
Dr. Juvenal Dória
BNDE
Rio de Janeiro

Nº 021/69

Rio de Janeiro, 11 de março de 1969

Ao: Dr. Carlos Correa Mascaro
 DD, Diretor do INEP

De: Lúcia Maria Nagasawa
 Técnica do CEOSE

Assunto: Reembolso de despesas

Senhor Diretor,

Cumprindo as determinações de V.S.^a, participei do 1º Congresso Brasileiro de Bancos de Desenvolvimento, em Araxá, na qualidade de representante do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Como o INEP não podia adiantar-me a importância necessária ao pagamento das despesas, pedi-me V.S.^a que, em minha volta, apresentasse todos os comprovantes, para fins de reembolso.

Assim sendo, tenho a satisfação de passar às suas mãos os seguintes comprovantes de despesa:

| | |
|--|--------------|
| 1 - Recibo da Comissão do 1º Congresso Brasileiro de Bancos de Desenvolvimento, do pagamento da passagem Belo Horizonte-Araxá | NCr\$ 61,90 |
| 2 - Bilhete de passagem da VARIG, nº 829979, para o trecho Araxá-Belo Horizonte | NCr\$ 61,90 |
| 3 - Bilhete de passagem da VARIG, nº 786693, correspondente a diferença de preço do trecho Belo Horizonte-Rio para o trecho Belo Horizonte-São Paulo | NCr\$ 31,60 |
| 4 - Cupom de passagem nº 866126, da Ponte Aérea Rio-São Paulo | NCr\$ 67,00 |
| 5 - Talão nº 7951, correspondente à taxa de embarque do trecho São Paulo-Rio | NCr\$ 3,00 |
| 6 - Recibo nº 09054, do Grande Hotel de Araxá, correspondente às diárias e despesas de hospedagem do dia 3/3/69 ao dia 6/3/69 | NCr\$ 218,15 |
| TOTAL | NCr\$ 443,55 |

Devo esclarecer-lhe que todas essas despesas foram pagas por mim, uma vez que o INEP só me forneceu as passagens para os trechos Belo Horizonte-Rio e Rio-Belo Horizonte. Tanto o telefonema constante no recibo do Hotel, quanto a viagem a São Paulo, foram feitos a fim de conseguir dinheiro para cobrir aqueles gastos, como tive ocasião de explicar-lhe pessoalmente.

C. B. P. E.

Certa de que V.S.^a tomará as providências necessárias para que a Contabilidade possa efetuar o mais rapidamente possível o reembolso dessas despesas comprovadas, aproveito a oportunidade para apresentar-lhe os meus protestos de distinta consideração.



Lúcia Maria Nagasawa
Técnica do CEOSE

Nº 021/69

Rio de Janeiro, 11 de março de 1969

Aos Dr. Carlos Correa Mascaro
DD, Diretor do INEPDes: Lúcia Maria Nagasawa
Técnica do CEOSEAssunto: Reembolso de despesas

Senhor Diretor,

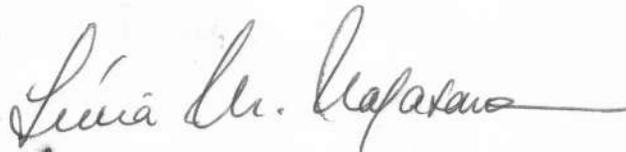
Cumprindo as determinações de V.S.^a, participei do 1º Congresso Brasileiro de Bancos de Desenvolvimento, em Araxá, na qualidade de representante do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Como o INEP não podia adiantar-me a importância necessária ao pagamento das despesas, pedi-me V.S.^a que, em minha volta, apresentasse todos os comprovantes, para fins de reembolso.

Assim sendo, tenho a satisfação de passar às suas mãos os seguintes comprovantes de despesa:

| | |
|--|--------------|
| 1 - Recibo da Comissão do 1º Congresso Brasileiro de Bancos de Desenvolvimento, do pagamento da passagem Belo Horizonte-Araxá | NCr\$ 61,90 |
| 2 - Bilhete de passagem da VARIG, nº 829979, para o trecho Araxá-Belo Horizonte | NCr\$ 61,90 |
| 3 - Bilhete de passagem da VARIG, nº 786693, correspondente à diferença de preço do trecho Belo Horizonte-Rio para o trecho Belo Horizonte-São Paulo | NCr\$ 31,60 |
| 4 - Cupom de passagem nº 866126, da Ponte Aérea Rio-São Paulo | NCr\$ 67,00 |
| 5 - Talão nº 7951, correspondente à taxa de embarque do trecho São Paulo-Rio | NCr\$ 3,00 |
| 6 - Recibo nº 09054, do Grande Hotel de Araxá, correspondente às diárias e despesas de hospedagem do dia 3/3/69 ao dia 6/3/69 | NCr\$ 218,15 |
| TOTAL | NCr\$ 443,55 |

Devo esclarecer-lhe que todas essas despesas foram pagas por mim, uma vez que o INEP só me forneceu as passagens para os trechos Belo Horizonte-Rio e Rio-Belo Horizonte. Tanto o telefonema constante no recibo do Hotel quanto a viagem a São Paulo, foram feitos a fim de conseguir dinheiro para cobrir aqueles gastos, como tive ocasião de explicar-lhe pessoalmente.

Certa de que V.S.^a tomará as providências necessárias para que a Contabilidade possa efetuar o mais rapidamente possível o reembolso dessas despesas comprovadas, aproveito a oportunidade para apresentar-lhe os meus protestos de distinta consideração.



Lúcia Maria Nagasawa
Técnica do CEOSB

Nº 020/69

Rio de Janeiro, 7 de março de 1969

Ao: Dr. Carlos Correa Mascaro
Diretor do INEP

Do: Dr. Ralph von Gersdorff
Perito da UNESCO

Assunto: devolução de passagem e pedido de reembolso.

Senhor Diretor,

Tenho a satisfação de devolver-lhe o Bilhete de Passagem nº 603961, da VARIG, cujo trecho Belo Horizonte/Araxá não foi utilizado.

Por não ter encontrado lugar no avião da VARIG para Araxá, tive que tomar, para aquele trecho o avião fretado pelo I Congresso Brasileiro dos Bancos de Desenvolvimento. Para esse fim, desembolsei a importância de NCr\$ 61,90 (sessenta e um cruzeiros novos e noventa centavos), conforme recibo anexo.

Assim sendo, solicito de V.S.ª providências no sentido de determinar que a Contabilidade do INEP me reembolse da quantia dispendida.

Aproveito o ensejo para apresentar-lhe as minhas

Atenciosas saudações,



Ralph von Gersdorff

- Anexos:
- 1) Bilhete de Passagem nº 603961, da VARIG
 - 2) Recibo da quantia de NCr\$ 61,90 (sessenta e um cruzeiros novos e noventa centavos), passado pela Comissão do 1º Congresso Brasileiro de Bancos de Desenvolvimento.

Nº 018/69.

ATUAÇÃO DO CEOSE (Colóquios Estaduais sôbre Organização dos
Sistemas de Educação), NO PARANÁ

1. Criado pelo INEP com o objetivo de oferecer assistência técnica aos Estados - sobretudo na organização dos respectivos sistemas de educação (estrutura das Secretarias de Educação, implantação de um sistema adequado de planejamento educacional, etc.), o CEOSE (Colóquios Estaduais sôbre Organização dos Sistemas de Educação) teve atuação destacada no Paraná, segundo Estado a ser atendido por esse nôvo serviço federal.

2. Em maio de 1967 realizou-se o primeiro Colóquio no Paraná, com a presença de tóda a equipe do CEOSE (na qual se incluíam dois peritos da UNESCO), e de todos os principais responsáveis administrativos e técnicos da Secretaria de Educação. Desencadeava-se, dessa forma, um processo de cooperação permanente ao longo da qual se chegou aos seguintes resultados gerais:

a) Um ante-projeto de reestruturação da Secretaria de Educação e Cultura foi básicamente inspirado e construído sôbre as sugestões do CEOSE;

b) os serviços de estatística educacional do Estado organizaram-se num sistema eficiente com a adoção de novos métodos, graças à cooperação do CEOSE, o mesmo podendo dizer-se em relação aos cadastros do pessoal e dos ativos da Educação;

c) igual influência recebeu o plano de educação do Estado, tendo o CEOSE não apenas sugerido, inicialmente, a constituição de grupo de trabalho para esse fim, e as diretrizes para o seu funcionamento, como também acompanhado tóda a sua elaboração;

d) o CEOSE ofereceu uma das contribuições mais importantes, do ponto de vista técnico, à reunião sôbre planejamento educacional promovida pela SUDESUL (Superintendência da Região Sul), realizada de 1/7/1968 a 6/7/1968, que incluiu o Paraná.

Esses frutos não foram alcançados sem um empenho continuado, que não se traduziu apenas na elaboração de estudos como nos pequenos contatos pessoais entre os peritos do CEOSE e as autoridades e técnicos locais da Secretaria de Educação e da FUNDEPAR, ora em Curitiba, ora no Rio de Janeiro.

017/saida/69

SUGESTÕES PARA O FINANCIAMENTO DE PROGRAMAS E PROJETOS EDUCACIONAIS
NO BRASIL (1)

por Ralph von Gersdorff, UNESCO
Rio de Janeiro, fevereiro 1969

| | Página |
|---|--------|
| A. Necessidade e urgência de se promover a educação no Brasil | 1 |
| B. Financiamento interno | 1 |
| I. Economias possíveis | 1 |
| a. Pesquisas sobre os custos da educação | 1 |
| b. Pesquisas sobre o rendimento da educação | 1 |
| c. Estandarização da contabilidade educacional | 2 |
| II. Financiamento pelo Estado | 2 |
| a. Salário educação | 2 |
| b. Financiamento pelas Forças Armadas | 2 |
| c. Emissão de obrigações ou debêntures reajustáveis .. | 2 |
| d. Bolsas a estudantes e subsídios aos bancos de desenvolvimento | 3 |
| III. Financiamento pelo sistema bancário | 3 |
| IV. Financiamento nas firmas, associações profissionais e igrejas | 5 |
| V. Financiamento por cooperativas escolares | 5 |
| VI. Financiamento por indivíduos particulares | 6 |
| C. Financiamento externo | 6 |

ANEXO I : Roteiro para a preparação de projetos educacionais

ANEXO II: Convênio Banco Mundial/UNESCO

ANEXO III: Programa da UNESCO no campo do financiamento da educação

- (1) As opiniões expostas neste trabalho são opiniões pessoais do autor e não são, necessariamente, aquelas da UNESCO ou do INEP (Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, do Ministério da Educação e Cultura).

SUGESTÕES PARA O FINANCIAMENTO DE PROGRAMAS E PROJETOS
EDUCACIONAIS NO BRASIL

Por RALPH VON GERSDORFF, UNESCO
Rio de Janeiro, fevereiro de 1969

A. Necessidade e urgência de se promover a educação no Brasil

1. A importância da educação num país pode ser avaliada, quando se considera um Estado cujo capital físico foi quase completamente destruído e desmontado, mas que possui uma população que dispõe de conhecimentos técnicos suficientes. A reconstrução, então, pode ser efetuada num período relativamente curto (como se deu na Alemanha depois da 2ª Guerra Mundial). Se, ao contrário, a população não dispuser de conhecimentos suficientes para poder explorar seus recursos naturais e matérias primas importadas, não será possível um desenvolvimento rápido.

2. Um progresso econômico e social mais acelerado depende em grande parte do aperfeiçoamento do sistema educacional. É preciso que o Brasil, que já dispõe de quadros técnicos, mobilize todos estes recursos para uma auto-ajuda no campo da educação.

3. Todos os brasileiros devem ser incentivados a estudar e todos os que o desejem devem poder fazê-lo. Por outro lado, todos aqueles que podem ensinar deveriam fazê-lo, contribuindo com uma cota de sacrifício em esforço e tempo.

4. Ao mesmo tempo, todo o espaço não utilizado durante certas horas nas escolas, universidades, institutos, igrejas e salas de reunião, poderia ser aproveitado.

5. Os meios de comunicação e os métodos modernos deveriam ser postos a serviço do ensino, tais como a imprensa, o rádio, a televisão, os satélites, o cinema, os museus e as bibliotecas.

B. Financiamento interno

I. Economias possíveis

a. Pesquisas sobre os custos da educação

6. Em primeiro lugar, o Brasil tem que aproveitar melhor o que já existe, fazendo pesquisas sobre os custos da educação. Há já alguns meses que o INEP - Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, do Ministério da Educação e Cultura (MEC) vem realizando um estudo neste sentido, cujos resultados devem ser publicados em meados deste ano.

b. Pesquisas sobre o rendimento da educação

7. A análise daqueles dados permitiria o cálculo do rendimento das escolas, faculdades e institutos isolados, de vários tipos de educação, assim como avaliar a contribuição da educação ao produto nacional. Possibilitaria também identificar as várias possibilidades de se fazer economias e de aumentar o rendimento e a eficiência do sistema educacional.

c. Estandarização da contabilidade educacional

8. Estes dados e sua análise também poderiam tornar possível a elaboração de um sistema de processamento de dados e de contabilidade que permitisse a rápida obtenção de índices de rendimento e outros.

II. Financiamento pelo Estado

a. Salário-educação

9. Cabe ao Estado financiar o sistema educacional, em primeiro lugar, com o produto dos impostos e é certamente desejável que haja um imposto especial para a educação. Mas é preciso que os contribuintes compreendam a utilidade deste imposto que recai sobre suas empresas. É o caso, no Brasil, do salário-educação.

b. Financiamento pelas Forças Armadas

10. As Forças Armadas, que já ajudam na construção de estradas de rodagem, pontes e outras obras de infra-estrutura, poderiam contribuir para a expansão da educação primária e de adultos (alfabetização e educação cívica (1)), por exemplo. No Irã foi organizado com êxito um "Exército do Saber" (2). Este exército é recrutado entre os graduados das escolas secundárias, treinados em regime militar, durante um período de 16 meses, em pedagogia, para a alfabetização, o ensino agrícola, de higiene e saúde, no escotismo e nos desportos. Recrutam-se, também, o "Exército da Saúde" e o "Exército de Desenvolvimento Agrícola" que são, porém, menos numerosos. Muitos soldados do "Exército do Saber" continuam a servir como professores primários depois de terminados o serviço militar e o serviço na escola primária (14 meses) e os melhores podem estudar pedagogia na universidade. Os resultados das pesquisas aplicadas que realizam são impressos e distribuídos a todos os soldados do "Exército do Saber". A contribuição financeira dos habitantes das aldeias já é maior que os gastos públicos para os três primeiros grupos do "Exército do Saber". Só para a construção de escolas esta contribuição tinha o valor de 4 milhões de dólares americanos. O custo por aluno é apenas a quarta parte do que seria numa escola ordinária do Ministério da Educação. A Missão da UNESCO no Irã está preparada para fornecer todos os dados suplementares.

c. Emissão de obrigações ou debêntures reajustáveis para financiar escolas

11. Em municípios onde há falta de escolas de um certo tipo, poder-se-ia pensar em imitar obrigações para a educação ("school-bonds" nos Estados Unidos) em pequenos valores (por exemplo obrigações no valor mínimo de 10 Cruzeiros Novos) para o financiamento de escolas municipais. Estes municípios poderiam vender as obrigações a bancos de desenvolvimento. As escolas profissionais poderiam contribuir com sua produção para o pagamento dessas dívidas. Por enquanto o mercado de papéis ainda não está sobrecarregado. O Conselho Monetário Nacional (CMN) informou recentemente que as poupanças deixam de ser dirigidas para a produção (3).

(1) Faltam ainda livros de educação cívica para os vários níveis de educação no Brasil, que ensinem não só a organização política como também a organização econômica e social.

(2) Ver AMIR BIRJANDI: "El Proyecto del Ejército del Saber en Iran, un plan de trabajo para el desarrollo rural", Ministerio de Educación, Organización del Ejército del Saber, Teheran, setembro 1966.

(3) Ver O Globo, 15 de fevereiro de 1969, p. 10.

12. Pais que desejam um determinado tipo de educação para um ou vários filhos poderiam pagar "poupanças educação" num Fundo que funcione como Caixa Econômica, que forneça empréstimos a estudantes, reembolsáveis quando estes estiverem empregados, com a assistência dos serviços dos conselheiros para as diversas carreiras e das agências de emprego já existentes ou futuras.

d. Bolsas a estudantes e subsídios aos bancos de desenvolvimento

13. É claro que deveria continuar o sistema de bolsas de estudos aos estudantes que as merecem e precisam, mas é também necessário que os pais com filhos em escola pública, que possam pagar, o façam.

14. Por outro lado, o Governo deveria estudar as possibilidades de subvencionar os bancos de desenvolvimento que prestam serviços não pertencentes a suas funções de crédito propriamente ditas, tais como programas de treinamento, conselhos financeiros, comerciais e técnicos aos seus devedores, estudos de mercado e de factibilidade em busca de oportunidades de investimento, promoção da industrialização, etc.

III. Financiamento pelo sistema bancário

15. Os bancos de desenvolvimento deveriam ajudar no financiamento dos projetos que estão enumerados no plano de desenvolvimento, incluindo projetos educacionais, canalizando poupanças particulares voluntárias aos investimentos planejados. Para este fim, eles podem competir com os bancos comerciais, oferecendo melhores condições de juros, liquidez e transferências aos depositantes e poupadores a prestações. Podem, ainda, oferecer obrigações e debêntures vantajosas, pagáveis à vista com taxas de juro atraentes, "selos de poupança" para pequenas economias que devem ser colocadas em cadernetas. Deste modo, os pequenos poupadores se tornariam co-proprietários de um fundo de investimento. Se eles pouparam regularmente, podem acumular fundos para a educação de seus filhos, para despesas de saúde imprevisíveis, para a compra de moradia, para a velhice, etc. Pagar-se-iam prêmios aos poupadores regulares. Seguro de pecúlio deveria ser organizado para os objetivos da poupança. Este sistema seria ligado ao pagamento de prêmios para uma apólice de seguro de vida de uma companhia particular de seguros ou do seguro social.

16. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico iniciou estudos visando ao lançamento de seus próprios títulos no mercado, com o objetivo de captar poupanças populares para reaplicações (1). O ingresso do BNDE no mercado de capitais é um imperativo pela necessidade das empresas nacionais terem de obter recursos a baixo custo, sem agravar, como agora ocorre, a sua linha de produção. É indiscutível, segundo o órgão, a importância do mercado de títulos para incentivar e incrementar a poupança popular voluntária, bem como elevar o percentual da população na propriedade dos meios de produção. Representará o ingresso do BNDE no mercado de capitais a elevação do mercado financeiro, quer em termos de qualidade pois vai dispor de recursos para aplicar exclusivamente na produção, ou de quantidade. Para tal, está sendo criado o FUNGIRO, mais um Fundo vinculado do BNDE e que se destina a incrementar o capital fixo e amparar o capital de movimento. O ingresso do banco no mercado se fará através do sistema de "underwriting", de títulos patrimoniais (debêntures e cédula industrial pignoratícia) e através de títulos do próprio BNDE. Cogita ainda o banco de organizar "pools" com os bancos de inves-

(1) Ver O Globo, 15-2-1969, p.10, e R. von GERSDORFF: "Saving, Credit and Insurance: in Brazil", Government Printing Office, Barbados, Indias Ocidentais, 1962.

timentos, a fim de possibilitar agentes para amparo das emprêsas que procuram a capitalização através da poupança popular. A direção do Banco deverá apreciar, nos próximos dias, o regulamento interno, que orientará as futuras operações com debêntures. Ainda não foi estipulado o montante inicial para operações com o novo papel, pois isso dependerá da solicitação do mercado. É de se esperar que o BNDE venha também a financiar mais projetos educacionais, em cooperação com o IPEA do MINIPLAN, do MEC e do INEP.

17. Se bem que a mobilização de capitais para as emprêsas seja uma condição para o crescimento econômico geral, ela não é a única solução. O crescimento depende também da disponibilidade e da mobilização de duas outras condições: conhecimentos técnicos que possam ser utilizados e mercados que possam ser servidos. O capital sozinho é estéril, como também o são os dois outros fatores isolados. Conhecimentos não utilizados ou não transmitidos não podem contribuir para o desenvolvimento econômico, assim como não pode ser satisfeita a demanda de mercado. Por esta razão, o desenvolvimento de um mercado de capitais é necessariamente ligado ao desenvolvimento de um mercado para a mobilização dos conhecimentos e de um mercado para a mobilização da demanda. Para o primeiro devem ser organizados programas de treinamento nos conhecimentos necessários à produção e à aquisição de experiências; para o segundo, deve existir poder de compra para tornar efetiva a demanda e contato com a demanda, através da propaganda, levantamentos e relações públicas. Se qualquer um desses mercados se desenvolver lentamente, também será muito lento o desenvolvimento do mercado de capitais. Por outro lado, o desenvolvimento de cada um vai contribuir para o desenvolvimento dos outros. O maior incentivo para o crescimento econômico deve vir do interior de uma economia e, neste sentido, todos os três mercados tem igual importância.

18. Os bancos de desenvolvimento deveriam ser autorizados a fornecer bolsas reembolsáveis e a dirigir um instituto de treinamento na administração de emprêsas, em cooperação com a Fundação Getúlio Vargas, e as universidades brasileiras e estrangeiras para formar técnicos para as emprêsas industriais e outras que desejem aumentar sua rentabilidade.

19. Como os próprios bancos de desenvolvimento ainda se ressentem da falta de pessoal técnico qualificado e experiente, a má qualidade da avaliação de projetos é muitas vezes a maior debilidade destes bancos. Como a avaliação é de suma importância, o Banco Mundial, a Companhia Internacional de Financiamento (International Finance Corporation, I.F.C.) e outros bancos estrangeiros de desenvolvimento, dão assistência aos Bancos de desenvolvimento brasileiros neste campo, em seus departamentos e no Instituto de Desenvolvimento Econômico (Economic Development Institute) em Washington, D.C. Parece possível também uma ajuda mútua entre os bancos de desenvolvimento brasileiros: os bancos de maior experiência num determinado campo dariam assistência a outros de menor experiência.

20. Na avaliação dos projetos educacionais, os bancos de desenvolvimento poderiam obter a assistência técnica do IPEA, do MEC e do INEP. É necessário fornecer diretrizes para a elaboração de tais projetos, como já foi feito pelo Banco Mundial (Anexo I) e estabelecer um convenio entre o BNDE e os outros bancos de desenvolvimento de um lado e o MEC de outro, nos moldes do contrato entre o Banco Mundial e a UNESCO (Anexo II).

IV. Financiamento nas firmas, associações profissionais e igrejas

21. Nos países já bem desenvolvidos, quase não existe empresa de grande porte sem um programa de treinamento no trabalho ("on the job training") dentro do expediente de trabalho. A tendência é garantir, na hora da admissão, a reciclagem para aprender novas técnicas. É muitas vezes mais barato treinar a mão-de-obra especializada dentro do país do que empregar peritos vindos do estrangeiro. Também no Brasil todas as empresas (inclusive os bancos) deveriam fazer um esforço maior do que atualmente fazem, por exemplo de financiar o SENAI e o SENAC. A reciclagem permanente tem que ser organizada o mais cedo possível. Grandes firmas têm pessoal suficientemente capacitado para organizar cursos de reciclagem, mas empresas médias e pequenas têm que reunir esforços para organizar os respectivos cursos.

22. Para este tipo de treinamento, poderiam ser utilizadas as facilidades das associações profissionais já existentes, suas salas de reunião, centros de produtividade e o grande número de membros que poderiam dar aulas, dirigir seminários, etc. O Centro de Produtividade da Indústria no Recife, por exemplo, já organizou muitos cursos sobre variados assuntos no campo da administração de empresas (1).

23. Numa reunião em Valinhos, Estado de São Paulo, 27-30 de janeiro de 1969, representantes da igreja católica de vários países latino-americanos, incluindo o Brasil, resolveram empreender a planificação sistemática da educação católica e entrosá-la com o planejamento educacional do Estado. É evidente que o clero também poderia contribuir mais para a educação do que o faz atualmente, e colocar à disposição do ensino muito espaço nas igrejas, conventos e outros prédios.

24. A educação é uma das indústrias mais importantes e das mais intensivas em trabalho ("labor-intensive industry"), utilizando, além disso, materiais de muitas outras indústrias (construção, mobílias, papel, impressão, material de laboratório, aparelhos de televisão - quando a televisão educativa fôr introduzida em larga escala no Brasil -, filmes e slides educativos, etc.). Por isso, convém que uma colaboração estreita entre o MEC e as diversas indústrias que fornecem material educativo se estabeleça o mais cedo possível, sob a forma de convênios. Dêste modo, indústrias e bancos de desenvolvimento poderiam ser informados sobre as atividades no campo da educação, ainda na fase de identificação de projetos educacionais, fazendo parte das missões de estudo destes projetos. Como modelo poderia servir o Programa de Cooperação com a Indústria da F.A.O., Roma. No Brasil, já funcionam a Fundação Nacional de material escolar (FENAME) e a Comissão do Livro Técnico e Didático (COLTED), ambos do MEC, que poderiam trabalhar neste sentido.

V. Financiamento por cooperativas escolares

25. Também neste setor muito já foi feito no Brasil como já disse Fábio Luz Filho em livro editado pelo Ministério da Agricultura, no Rio de Janeiro, em 1960. De fato, em lugares onde ainda não existe escola, o método mais prático de organizar o ensino rapidamente é a auto-ajuda pela

(1) Ver Ralph von Gersdorff: "Suggestions for the establishment of a service for the identification and selection of agricultural, mining and industrial production opportunities in developing regions, with special reference to the SUDENE, the Development Authority for Northeast Brazil", SUDENE, Divisão de Documentação, Setor Gráfico e de Reproduções, Recife 1966, CDU-338.924, p. 62, parágrafo 239.

fundação de uma cooperativa escolar (o que pode constituir tarefa de uma cooperativa já existente), ou um clube ou associação escolar. Em lugares onde ainda não existe escola, os pais poderiam unir seus esforços desta maneira, com a ajuda da nova Associação dos Bancos de Desenvolvimento. Estas cooperativas, clubes ou associações também podem encarregar-se da alfabetização de adultos e da organização de cursos de treinamento para adolescentes (também à noite, aos sábados e domingos). Para contribuir para o auto-financiamento, é necessário que haja cidadãos que façam sacrifício de tempo e dinheiro para a organização, administração e o ensino e que haja iniciativas no sentido de se estabelecerem hortas, plantação de árvores e caixas econômicas escolares e cooperativas. Uma parte do consumo tem que ser sacrificada ao financiamento da educação.

VI. Financiamento por indivíduos particulares

26. É preciso que o Governo lance uma campanha permanente para con seguir que todos os brasileiros estudem e que todos os que puderem ensinar o façam, também no campo da alfabetização. É necessário que se funda o sistema de estudo em que os estudantes se ajudem entre si (monitores e instrutores). Os bancos de desenvolvimento poderiam identificar pe soas que já tomaram o desejo de tomar iniciativas no campo da educação e do treinamento para a assistência creditícia e técnica para a organização de cursos (nomeadamente de artesanato e tecnologia), visando especialmente aqueles que estão fora do sistema educacional por desistência ou reprovação ("excedentes").

27. "... Esse treinamento de recursos humanos, constituindo economias ex ternas para as empresas, em boa parte poderá neutralizar os incentivos à maior utilização relativa do fator capital, que os programas de intensificação de investimentos geralmente acarretam, e assim favorecer a maior absorção de mão-de-obra." (1)

C. Financiamento externo

28. Já recebe o Brasil avantajados recursos financeiros da coo peração internacional para os programas de educação; as cifras de 1960 a 1963 foram: (2)

| | US \$ |
|-----------------------|-------------------|
| USAID | 43 038 610 |
| Fundação "Ford" | 10 405 400 |
| BID | 4 000 000 |
| UNICEF | 970 400 |
| UNESCO | 606 010 |
| PAAT | 193 600 |
| OIT | 14 800 |
| | <u>59 233 820</u> |

29. Apesar de concedidos êsses créditos, até 1966 só foram utiliza dos US\$ 32 285 506 por causa da ausência de tradição na captação de recursos externos através de financiamento, pela inexistência de bons projetos já amadurecidos e bem elaborados, além da baixa produtividade do ensino no Brasil. Tudo isso tem impedido o pleno aproveitamento dessas fontes de recursos (2).

(1) Ver: Ministério do Planejamento e Coordenação Geral: "Programa Estratégico de Desenvolvimento 1968/1967, Fortalecimento da Infra-Estrutura Social; Educação, Síntese", Rio de Janeiro, junho 1968, página XIII-3.

(2) Ver Helio A. Scarabótolo: "A UNESCO e a cooperação internacional em educação, ciência e cultura (no Brasil)", em Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, Lisboa, julho-setembro 1967, pag. 267.

30. Os bancos de desenvolvimento que já têm como uma das suas funções principais a avaliação de projetos, incluindo as necessidades de treinamento da mão-de-obra diretiva e técnica, poderiam prestar assistência técnica valiosa na identificação e elaboração de projetos educacionais visando o financiamento interno e externo (1).

31. O Brasil ainda não aproveitou dos créditos do Banco Mundial e da assistência do Programa das Nações Unidas para a Alimentação (WFP ou PAM) na campo da educação.

32. O Banco Mundial tem um Departamento para projetos educacionais que está interessado em estudar, junto com a UNESCO (2) projetos que o Governo brasileiro quiser submeter no futuro. O Banco se interessa especialmente por projetos de planejamento educacional, que se refiram ao ensino médio e superior, pelo treinamento de professores de todos os níveis, especialmente de Ciências Naturais, de Tecnologia e de Administração de Empresas e pela aplicação de novos instrumentos no ensino, tais como a televisão educativa, inclusive televisão educativa através dum satélite de comunicação. Segundo o novo Presidente do Banco, Sr. A. S. McNamara, o Banco Mundial pensa em aumentar os créditos educacionais de, pelo menos, três vezes, em relação ao volume anterior deste tipo de crédito (3).

33. O WFP ou PAM pode ser utilizado para projetos de alimentação escolar e a alimentação em internatos e semi-internatos.

34. A UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) tinha, a 30 de dezembro de 1968, dez projetos no Brasil, dos quais 9 para a educação e o treinamento (4). A UNICEF financia projetos educacionais no nível primário, para o treinamento de pessoal de serviços sociais e de planejamento social.

35. "... O Brasil é Estado membro fundador da UNESCO e a Comissão Nacional da UNESCO, o IBECC, é a mais antiga Comissão Nacional. Nessa actuação sempre foi marcante a presença brasileira que muito contribuiu para o fortalecimento e o progresso da organização. A contribuição brasileira ao orçamento geral da UNESCO é 0,89%, isto é, NCr\$603.8440,00 no ano fiscal 1967/68. Em 1966 o Governo Brasileiro e o Director-Geral da UNESCO elaboraram um memorandum, pelo qual se disciplinaram as relações entre o Brasil e a UNESCO. Nas directrizes gerais dessas relações se estabelece que as actividades e projectos da UNESCO enquadrados nos diferentes programas em execução no plano nacional, deverão orientar-se prioritariamente e desenvolver-se, durante os próximos 4 anos e ressalvadas as revisões e ajustes necessários, nas seguintes direcções principais:

EDUCAÇÃO

- a) Planejamento e administração da educação;
- b) Formação e aperfeiçoamento do pessoal de ensino;
- c) Tecnologia;

(1) Cada financiamento externo implica também um financiamento interno.

(2) Ver Anexos 1 e 2.

(3) Ver R.S. McNamara: "Address to the Board of Governors", IBRD, Washington, D.C., 30 de setembro de 1968, p. 9

(4) Ver UNICEF: "Digest of Projects Currently Aided by UNICEF in the Americas", documento E/ICEF/581, Nova York, 30 de dezembro de 1968, página 9 e seg.

- Ensino tecnológico e formação de especialistas;
- Pesquisa Tecnológica.

CIÊNCIA

- d) Recursos naturais;
 - Estudos de recursos naturais e formação de especialistas;
 - Hidrologia;
 - Oceanografia.
- e) Ciências e Ensino Agrícola:
 - Formação de professores e especialistas em ciências agrícolas;
 - Microbiologia de Solos.

CULTURA

- f) Estudos Culturais e Inter-Culturais;
- g) Protecção dos bens culturais.

36. Quanto às actividades ou projectos regionais, sediados no Brasil, que beneficiam o conjunto dos países da América Latina, o Brasil e a UNESCO deram a seguinte prioridade:

- a) Aplicação da Ciência e da Tecnologia ao Desenvolvimento (Centro para a aplicação da Ciência e da Tecnologia ao Desenvolvimento da América Latina (CECTAL)— sediado na Cidade Universitária de São Paulo).
- b) Desenvolvimento da pesquisa e formação de pesquisadores no campo das ciências físicas; (Centro Latino Americano de Física — sediado na Universidade Federal do Rio de Janeiro).
- c) Desenvolvimento da pesquisa e formação de pesquisadores no campo das ciências sociais e humanas. (Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, sediado no Rio de Janeiro).

ORÇAMENTO:

| | | |
|--------|------------|-----------------|
| | Gov. Bras. | NCR\$ 50.000,00 |
| CECTAL | UNESCO | US\$ 110.000 |
| | Gov. Bras. | NCR\$ 40.000,00 |
| CLAF | UNESCO | US\$ 23.000 |
| | Gov. Bras. | NCR\$120.000,00 |
| CENTRO | UNESCO | US\$ 40.000 |

37. PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA (1967/1968): Oito grandes projectos estão em andamento dentro do esquema do Programa Ampliado da Assistência Técnica das Nações Unidas/UNESCO:

| Campo de actividade | Órgão recipiente | Custo do projecto |
|--|-----------------------|-------------------|
| 1- Planeamento Educacional..... | INEP | US\$ 110.000 |
| 2- Treinamento de Professôres..... | INEP | US\$ 44.000 |
| 3- Estatística Escolar | SUDENE | US\$ 11.000 |
| 4- Aperfeiçoamento do treinamento de professores técnicos..... | SUDENE | US\$ 11.000 |
| 5- Educação de Adultos | SUDENE | US\$ 22.000 |
| 6- Pesquisas Hidrológicas básica e sistemática | SUDENE | US\$ 22.000 |
| 7- Pesquisa Tecnológica | IPT | US\$ 42.000 |
| 8- Missão de Planeamento de Alfabetização | (São Paulo) SUDENE | US\$ 5.500 |
| TOTAL DE CUSTO DOS PROJECTOS..... | | US\$ 267.600 |

Contribuição brasileira aos projetos da UNESCO por ano: 600.000 NCR\$.

38. Foram aprovados e estão em andamento vários projectos do Fundo Especial da ONU, entre os quais, os mais importantes são os seguintes:

- 1- Faculdade de Tecnologia da Universidade de Brasília.
 —Contribuição do F.E. compreendendo o custeio de bolsas, peritos, professores, equipamento e instalações: US\$ 1.419,293
 —Contrapartida brasileira—edifícios gerais.
- 2- Estudos Hidrológicos da Bacia do Alto Paraguai.
 —Contribuição do F.E.—US\$ 1.534.500.
 —Contrapartida brasileira US\$879.191.

Foram ainda submetidos os seguintes projectos ao Fundo Especial:

- Criação de um Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Professores para o Ensino Agrícola de 2º grau, na Universidade Rural —KLM.47.
- Criação do Instituto de Pesquisas Hidráulicas na Universidade de Porto Alegre.
- Criação de uma Faculdade de Ciências Básicas na Universidade Federal da Bahia.
- Aperfeiçoamento do Ensino de Ciências básicas na Universidade Federal do Rio de Janeiro (Ilha de Fundão).

39. Além desses projectos, a UNESCO está colaborando nos estudos para a implantação da T.V. Educativa, propiciando colóquios regionais de professores do ensino primário, estudando conjuntamente com as autoridades brasileiras projectos para a conservação dos monumentos históricos do Barroco Mineiro, na organização da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília e em projectos relativos ao turismo cultural.

40. As bolsas de estudo da UNESCO são distribuídas de modo a atender às necessidades do Brasil e cada uma delas tem uma finalidade própria e se encontra vinculada a um projecto ou programa específico. O Brasil, que em 1959 obtinha pouco mais de 10 bolsas, foi conquistando, neste sector, um lugar de destaque. Entre os anos de 1964 a 1967, este país recebeu da UNESCO substancial contribuição em bolsas do programa ordinário, do programa de participação de auxílio aos Estados membros, de assistência técnica e de Fundo Especial. Assim, mais de sessenta brasileiros, naquele período, estagiaram em diferentes centros educacionais, científicos e culturais, no continente americano e na Europa"(1).

41. Quanto aos programas de assistência bilateral à educação, é preferível que os países doadores unam-se em associações que estudem em conjunto as possibilidades de assistência e consultem também os bancos de desenvolvimentos.. Estes últimos deveriam ser bem informados sobre todos os projetos da região respectiva, inclusive os projetos educacionais e de treinamento.

42. Logo que o novo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação entrar em funcionamento, centralizando os fundos da União para a educação, será bem mais fácil a colaboração com os bancos de desenvolvimento brasileiros e a assistência estrangeira.

(1) Ver H.A. Scarabótolo, op.cit., pp. 262-264.

ANEXO I

BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO (BANCO MUNDIAL)

ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

BREVE ROTEIRO PARA A PREPARAÇÃO DE PROJETOS EDUCACIONAIS A SUBMETER AO BANCO MUNDIAL/IDA

Prefácio

A política do Banco/IDA a respeito de projetos educacionais consiste em considerar o financiamento daqueles que alta prioridade, com a finalidade de ajudar no desenvolvimento da mão-de-obra qualificada necessária para promover o desenvolvimento econômico nos países-membros. Na aplicação desse critério, o Banco dá atenção principal à educação média geral, à educação técnica e treinamento vocacional e à formação de professores. Em casos excepcionais, outros tipos de projeto educacional poderiam ser considerados.

O Banco não só exige que o projeto educacional seja da mais alta prioridade, como busca saber se ele faz parte de um plano global bem balanceado e prático para o desenvolvimento da educação e do treinamento.

De acordo com sua política geral, o Banco/IDA normalmente financia apenas uma parte da despesa de investimento total para o projeto educacional. Esta despesa, via de regra, inclui edifícios, equipamento, mas quando há necessidade de assistência técnica por tempo limitado, no início do projeto, o Banco pode, em alguns casos, considerá-la como parte integrante da despesa de investimento e pode incluí-la no empréstimo ou crédito. Um exemplo disso seria o emprêgo de professores estrangeiros durante alguns anos, no início de um programa novo, a fim de pôr em funcionamento e providenciar o treinamento de professores locais para o prosseguimento do programa.

A intenção é fazer com que o financiamento do Banco/IDA preencha as lacunas existentes no sistema educacional do país e, normalmente, não se visa a cobrir os custos do aumento normal anual em edifícios e equipamentos necessários à satisfação do crescimento da população escolar.

Preparação de projetos

Entre as questões que o Banco Mundial e a IDA, nas missões de avaliação para todos os tipos de projetos, têm instruções para buscar respostas, são as seguintes:

1. Qual a importância e urgência das necessidades que o projeto deve satisfazer ?
2. É o projeto concebido em termos idôneos e econômicos e capaz de produzir resultados que satisfaçam a essas necessidades a um custo razoável ?

As respostas a essas perguntas requerem um grande conjunto e uma grande variedade de informações, dependendo do tipo de projeto em consideração. A breve lista de contrôles que é descrita abaixo tem a finalidade de ajudar os países-membros na preparação de projetos educacionais para a avaliação do Banco e da IDA. Ela compreende dois pontos:

- A. Informação geral e fundamental sôbre a economia e o sistema educacional e de treinamento do país, que deveria contribuir para dar uma resposta à pergunta nº 1 e que poria o projeto dentro da estrutura do esforço de desenvolvimento do país como um todo.
- B. Informação específica sôbre o próprio projeto, para responder à questão nº 2.

A. Informação geral e fundamental

1. O sistema educacional e de treinamento:
- (a) Situação legislativa e estatutária do sistema educacional: autoridades históricas, presentes e planejadas.
 - (b) Níveis das autoridades educacionais relacionadas entre si: (1. Locais 2. Regionais 3. Nacionais 4. Particulares).
 - (c) Estrutura do sistema educacional.
 - (d) Matrículas em todos os tipos de escola, classificadas de acôrdo com as séries e o sexo; a pirâmide educacional no passado e a planejada, indicando índices de evasão e níveis em que ocorrem. Treinamento de adultos. Número de estudantes educados e treinados no estrangeiro. Mensalidades escolares e bolsas de estudo.
 - (e) Currículos e programas. Línguas de instrução. Sistemas de exame. Duração do ano escolar. Horas de instrução por semana/ano. Disponibilidade em livros didáticos e equipamentos.
 - (f) Supervisão e administração.
 - (g) Planejamento educacional e sua relação com o planejamento global de desenvolvimento.
 - (h) Correlação entre o programa de educação e o programa de mão-de-obra; ligações entre o programa educacional e a indústria e outros empregadores.
 - (i) Número de professôres: fontes, vagas, treinamento, aproveitamento, qualificações, salários comparados com a indústria. Índices percentuais estudantes/professôres. Aulas ministradas pelos professôres em uma semana.
 - (j) Aproveitamento dos resultados das pesquisas educacionais no sistema educacional.
 - (k) Contribuições significativas para o treinamento de mão-de-obra feitas por outros ministérios, indústrias, Fôrças Armadas, esquemas organizados de aprendizagem, programas de desenvolvimento comunitário, etc.
2. Mão-de-obra: quais os recursos atuais do país em mão-de-obra qualificada? Como se distribui? Em que medida ela é bem aproveitada? Há falta de mão-de-obra? Diferenças salariais nas profissões e tendências recentes nos salários? Uso de mão-de-obra estrangeira de alto nível?
3. Necessidades futuras de mão-de-obra qualificada: por indústria, profissão e região, em relação ao Plano de Desenvolvimento.
4. Produção do sistema educacional e de treinamento planejada para satisfazer às necessidades de mão-de-obra previstas.

5. Plano para o desenvolvimento de equipamentos educacionais e de treinamento e matrículas durante os próximos 4 a 10 anos (correspondendo aos tipos e níveis descritos no item 1 (c) e (k) acima, indicando onde podem ser aplicadas as mudanças propostas na estrutura do sistema). Tal plano deveria projetar ano por ano a expansão do equipamento, as matrículas, o número de professores e componentes administrativos e outros do sistema educacional e de treinamento.
 6. Construção, aquisição e manutenção: organização e administração para o desenho, a construção, supervisão e manutenção de prédios escolares nos padrões de uso atuais, lista de equipamentos standard, especificações, dados de custo, etc. Estimativas e procedimentos de contrato, padrões e controles.
 7. Finanças: necessidades presentes, de passado recente e estimadas, do sistema educacional e de treinamento, correspondendo o máximo possível às categorias e ao desdobramento anual no item 5 acima e indicando:
 - (a) Custos de investimento.
 - (b) Custos correntes.
 - (c) Fontes de verbas presentes e futuras e percentagem dos gastos totais públicos representados pelas despesas públicas para educação e treinamento.
 8. Fontes presentes e prospectivas e assistência externa, financeira e técnica, para a educação.
- B. Formulação detalhada do projeto proposto
9. Descrição completa dos detalhes educacionais, físicos e financeiros para cada escola e instituição no projeto proposto. (Detalhes uniformes para todas as escolas ou grupos de escolas deverão ser descritos)
 - (a) Detalhes educacionais
 - (i) Programa escolar: objetivos escolares, duração do programa e do ano escolar; número de candidatos e padrão mínimo para o processo de admissão e seleção; horas de aula por semana; currículos; dimensões das salas de aula; métodos de ensino; matérias práticas; exigências para promoção e diplomação; qualificações premiadas; disponibilidades em biblioteca; utilidade e fontes dos livros didáticos e material escolar.
 - (ii) Corpo discente: quantidade de alunos que entram e saem em cada ano escolar e série, de tempo completo, ou períodos menores, nos últimos cinco anos e no ano atual (se num programa em expansão); projeção, ano a ano, durante o desenvolvimento até a conclusão; distinguir alunos externos dos internos, por sexo e proveniência regional, quando possível.
 - (iii) Proveniência dos estudantes: preparação, capacitação para aprender e controles para proporcionar tal instrução.
 - (iv) Proveniência dos professores: número, qualificações e capacidade de desenvolvimento.
 - (v) Bases para a distribuição geográfica proposta das escolas.
 - (vi) Administração da escola.

(b) Detalhes físicos

- (i) Localização: critérios para novas escolas.
- (ii) Arquitetura: enumeração das acomodações necessárias, com detalhes que permitam uma estimativa realista do custo; as relações devem basear-se no espaço econômico standard e de veriam conter detalhes como o currículo proposto, horários e métodos de ensino para a análise da capacidade da sala de aula em termos econômicos. Métodos de acesso às áreas e requisitos importantes para as salas de aula deveriam ser apontados, de preferência acompanhados por plantas dos prin cipais itens de acomodação. Segundo: uma breve descrição do local (ou locais), incluindo uma planta da área. Ter - ceiro: descrição geral dos serviços externos sugeridos e volume das obras a serem feitas no local, com bastante de talhe:, para permitir uma avaliação realista.
- (iii) Lista do equipamento de ensino a ser comprado (oficinas, la boratórios, gado, equipamento agrícola, livros, etc.).
- (iv) Listas dos móveis a serem adquiridos.

(c) Detalhes financeiros

- (i) Custos anuais correntes, inclusive salários, materiais de ensino e outros custos correntes e de manutenção do prédio e do equipamento.
- (ii) Custos de investimento, inclusive:
 - (a) construção de prédios, incluindo serviços internos.(1)
 - (b) obras in loco e dos serviços externos. (1)
 - (c) preço cobrado pelo desenho da planta, supervisão e ou - tros serviços profissionais.
 - (d) Equipamento de ensino.
 - (e) Móveis.
 - (f) Despesas imprevisíveis.
 - (g) Terreno e preços de compra.
 - (h) Parte em moeda estrangeira utilizada nos índices (a) a (f)
- (iii) Custo de pessoal estrangeiro e do treinamento no estrangei ro do pessoal nacional.
- (iv) Programas de assistência estrangeira, se houver algum.

(d) Execução

- (i) Administração do projeto: organização, pessoal.
- (ii) Desenho das plantas, supervisão da construção, métodos de compra (2) e assinatura de contrato, especificações estan - dardizadas, procedimentos e contrôles, especialmente para a escola, se foram diferentes dos dados fornecidos sob o item 6 acima.

(1) Estas estimativas de custos deveriam ser acompanhadas de explicação da medida de custo unitário utilizada na preparação das estimativas e de um esboço das especificações principais às quais se referem a unidade da medida

(2) Informa-se que já foram emitidas "Diretrizes a respeito dos métodos de compra no caso de empréstimos do Banco e créditos da IDA".

- (iii) Cronograma (subdividido em meses e anos) para o desenho da planta, a construção e o equipamento da escola, e para pagamentos previstos aos empreiteiros e fornecedores e aos profissionais. O cronograma deveria também indicar outras fases importantes da execução do projeto, tais como o recrutamento de conselheiros no campo da educação, de professores estrangeiros, etc., as atividades legais e administrativas necessárias, aquisição de terrenos, acordos com outras agências externas envolvidas no projeto.
- (iv) Procedimentos sugeridos para liberar as verbas necessárias.

14 de março de 1966

ANEXO II

Original inglês
novembro de 1967

Documento UNESCO
ED/WS/43 (1)

MEMORANDUM SOBRE O TRABALHO COOPERATIVO ENTRE A UNESCO, O BANCO MUNDIAL E A ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE DESENVOLVI- MENTO (INTERNATIONAL DEVELOPMENT ASSO- CIATION, IDA) - COM EMENDAS

A UNESCO e o Banco (*) vêm cooperando há vários anos em bases ad hoc em matérias de interesse comum. Agora que o Banco entra no campo do financiamento de projetos educacionais, muitos dos quais parecem do tipo que entra no campo de responsabilidade da UNESCO, esta cooperação deverá ser intensificada, e afigura-se desejável, tanto para a UNESCO quanto para o Banco, que se estabeleçam, de comum acôrdo, os princípios básicos que orientem essa cooperação.

Esse sistema de trabalho, estabelecido pelo Diretor-Geral da UNESCO e o Presidente do Banco, é sujeito às aprovações especificadas no parágrafo 7 dêste documento, é o seguinte:

1. O Programa Cooperativo

A UNESCO e o Banco trabalharão em conjunto nos seguintes campos:

- (a) Assistência aos países membros das duas organizações, na identificação e preparação de projetos educacionais que pertençam ao campo de responsabilidade da UNESCO e que, na estrutura de seus objetivos de desenvolvimento econômico e política geral, o Banco tenha interesse em financiar.
- (b) Avaliação dos projetos dos tipos acima descritos.
- (c) Fornecer supervisão da execução e operação dos projetos dos tipos acima (end-use supervision), financiados pelo Banco.
- (d) Preparar a assistência técnica necessária à implementação dos projetos financiados pelo Banco.

A assistência aos governos-membros no planejamento educacional é conhecida como importante fundamento para programas de investimento a longo prazo, e esta atividade - parte do próprio programa da UNESCO - continuará inteiramente sob a responsabilidade da UNESCO.

2. Distribuição das funções dentro do Programa de Cooperação

- (a) Assistência aos Governos na Identificação e Preparação de Projetos

Foi convencionado que, entre as duas organizações, a UNESCO tem a principal responsabilidade por essa função. O programa de traba-

(1) Tradução não oficial

(*) Todas as referências, neste memorandum, ao Banco, deverão ser compreendidas como significando o Banco e a Associação Internacional de Desenvolvimento.

trabalho neste sentido, quando parte do programa de cooperação, necessita da aprovação do Banco. A pedido da UNESCO, e quando o permitir a disponibilidade de pessoal, o Banco indicará um membro de seu staff como conselheiro de uma missão da UNESCO encarregada dêsse trabalho.

O Banco enviará periodicamente missões de inquérito geral e outros tipos de missão aos países-membros, cujas funções poderiam incluir a identificação de projetos promissores em vários setores. Por solicitação do Banco, a UNESCO - como parte do programa cooperativo - fornecerá membros do seu staff ou conselheiros para trabalhar como conselheiros destas missões do Banco.

É de responsabilidade da UNESCO o projeto e construção de escolas. O Banco também tem competência para assistir os países-mem-bros no planejamento e outros trabalhos no campo das facilidades fisicas em projetos educacionais. Na medida em que a UNESCO propor-cionar assistência nesse setor, de concordância com o Banco, o trabalho dos membros do pessoal ou conselheiros da UNESCO será considerado como parte do programa cooperativo.

(b) Avaliação dos projetos

O Banco responsabilizar-se-á pela avaliação dos projetos e tomará decisões de financiamento na base destas avaliações. A UNESCO, todavia, poderá providenciar, por solicitação do Banco, membros do seu staff ou conselheiros para trabalhar como peritos educacionais nas missões de avaliação do Banco. O trabalho dêstes peritos fará parte do programa cooperativo.

(c) Supervisão na execução (end-use supervision)

O Banco será responsável pela liberação de fundos e pela su-pervisão da execução da construção das facilidades físicas, da compra de equipamento e pela conservação das facilidades e dos equipa-mentos pertencentes aos projetos por êle financiados. Para êsse fim, responsabilizar-se-á pela re-avaliação, quando necessário, segundo as especificações, ofertas e contratos assinados, para o exame de todos os documentos que se refiram ao pagamento de fundos e por quaisquer inspeções do projeto que se tornarem necessárias. A UNESCO, em casos convencionados com o Banco, tomará a responsabilidade, como parte do programa cooperativo, de verificar, pelas ins-peções em campo, pela leitura de relatórios periódicos e de aconselhar o Banco sôbre a viabilidade dos objetivos educacionais do projeto e sôbre o cumprimento das obrigações assumidas pelo deve-dor. Os resultados do trabalho da UNESCO na suspensão da execução a respeito dos aspectos educacionais dos projetos financiados pelo Banco serão colocados à disposição do Banco e, em caso de necessi-dade de representação contra o devedor em assuntos educacionais, a UNESCO e o Banco debaterão como essa reclamação será levada em conta.

(d) Assistência técnica na execução de projetos

Em casos convencionados com o Banco, a UNESCO fará ou provi-denciará a supervisão necessária da assistência técnica requerida para a completa execução de um projeto financiado pelo Banco.

3. Pessoal

Convencionou-se que o programa cooperativo necessitará de um grupo de pessoas especializadas de alto gabarito dentro do Secretariado da UNESCO, dedicadas exclusiva e continuamente a êsse trabalho. O Dire-

tor-Geral da UNESCO formará, portanto, tal grupo (em seguida referido para fins deste Memorandum como "Divisão de Financiamento da Educação") como um grupo identificável dentro do Secretariado da UNESCO. A UNESCO e o Banco acordarão periodicamente quanto ao tamanho apropriado da Divisão de Financiamento da Educação e sobre os tipos e as qualificações das posições que constituirão essa Divisão e o Diretor-Geral da UNESCO consultará o Banco sobre a admissão de pessoal para essa Divisão. A Divisão, embora venha a se dedicar exclusivamente aos trabalhos, a responsabilidade pelo programa cooperativo ficará a cargo do Secretariado da UNESCO e atuará exclusivamente sob a autoridade do Diretor-Geral da UNESCO.

A UNESCO e o Banco concordaram em que é desejável empregar membros regulares do pessoal da UNESCO no mais amplo âmbito praticável para os trabalhos no programa cooperativo. No entanto, é reconhecido que, vez por outra, e nomeadamente nas primeiras fases do programa, será necessário empregar membros da UNESCO que não pertencem à Divisão de Financiamento da Educação, para fins do programa cooperativo. Se a UNESCO desejar nomear um conselheiro de fora para servir como conselheiro educacional em missão do Banco, deverá consultar o Banco sobre a pessoa proposta para nomeação.

4. Acôrdos financeiros

- (a) De acôrdo com as qualificações abaixo enumeradas os custos da UNESCO relativo ao trabalho combinado neste programa, inclusive salários, emolumentos e outros benefícios e despesas com viagens da Divisão de Financiamento da Educação, de conselheiros de fora e de outros membros do pessoal da UNESCO que participam deste trabalho, vão ser divididos, até 31/12/66, em partes iguais, pela UNESCO e o Banco, até um montante-limite que será fixado de tempos em tempos por convênio entre as duas organizações.
- (b) As despesas de viagem e diárias de subsistência dos membros da UNESCO e dos conselheiros, enquanto trabalharem como membros de missões de avaliação, de inquéritos gerais, ou outras funções do Banco, serão pagas ou providenciadas pelo Banco.
- (c) A UNESCO pagará os custos gerais invisíveis (inclusive espaço) e custos diretos identificáveis (exceto como foi estabelecido nos sub-parágrafos (d) e (e)), ocasionados pela participação no programa de cooperação.
- (d) O Banco pagará os custos de trabalhos de documentação, reprodução, tradução, executados pela UNESCO em convênio com o Banco.
- (e) O custo da assistência técnica diretamente necessária à execução de programas financiados pelo Banco, inclusive verba para os custos estimados de administração da UNESCO para organizar tal assistência técnica, serão, em casos convencionados com o Banco, pagos com os produtos de financiamento ou custeados de outra forma pelo Banco.
- (f) Para os anos civis de 1965 e 1966, a verba-limite convencional, para fins do sub-parágrafo (a) acima, que deve ser repartida em partes iguais pelas duas organizações, elevar-se-á a US\$ 600,000 para 1965 e US\$ 700,000 para 1966. O Banco cobrirá o excesso de custos até 750,000 dólares em 1965 e 900,000 dólares em 1966. Custos que excedam essa margem de tolerância deverão ter a aprovação prévia do Banco.

- (g) Para o ano civil de 1964 a contribuição da UNESCO no orçamento existente não pode exceder de US\$ 75,000. Conseqüentemente, o teto combinado para 1964, para fins do sub-parágrafo (a) acima, será US\$ 150,000. Os custos da UNESCO que excedam essa verba serão reembolsados pelo Banco, sob a condição de a UNESCO não incorrer ou prometer não incorrer em custos acima de US\$... 300,000 durante o ano de 1964, sem a prévia autorização do Banco.
- (h) O Banco e a UNESCO combinarão os processos de pagamento de fundos do Banco à UNESCO e para a prestação de contas da UNESCO ao Banco a respeito do programa cooperativo.
- (i) Começando com o ano civil de 1967, os custos da UNESCO para o trabalho combinado sob o programa, como foi definido no sub-parágrafo (a), serão divididos na proporção de 25% para a UNESCO e 75% para o Banco, conforme as qualificações enumeradas nos sub-parágrafos (b), (c), (d) e (e). A verba-limite da participação nos custos para cada biênio da UNESCO será fixada periodicamente, por convênio entre as duas organizações.

5. Relações com outras agências

É suposto que a maior parte dos projetos no setor educacional que são provavelmente considerados pelo Banco para financiamento cairão dentro do campo de responsabilidade da UNESCO. Pode, entretanto, haver casos em que, devido ao tipo do projeto implicado, ou a circunstâncias especiais, seja apropriado e desejável que o Banco entre em contato com outra agência, como por exemplo a OIT ou a FAO ou uma agência nacional, pública ou particular, para executar algumas ou todas as funções que a UNESCO normalmente executaria sob êsses convênios de trabalho. Fica estabelecido que, em todos êsses casos, o Banco consultará a UNESCO sobre a ação que pretende realizar. Fica também estabelecido que o Banco não se utilizará de outra agência para fiscalizar o trabalho da UNESCO em matéria educacional de sua competência e coberta pelo programa cooperativo.

6. Alterações e término

Este Convênio de Trabalho pode ser modificado ou suplementado em qualquer momento pelo acôrdo mútuo entre as duas organizações. Cada organização pode, depois de aviso prévio razoável, terminar o convênio, sob a seguinte condição: se o convênio fôr terminado pelo Banco, este reembolsará a UNESCO pelas conseqüências financeiras de obrigações resultantes da interrupção do contrato do pessoal admitido para fins deste programa cooperativo. A continuação da responsabilidade da UNESCO sob este convênio, além de 31 de dezembro de 1964, fica sujeita às decisões da Conferência Geral da UNESCO.

7. Execuções do convênio

Os acordos de trabalho estabelecidos neste Memorandum de Convênio entrarão em vigor assim que aprovados pela Comissão Executiva da UNESCO e pelos Comitês de Governadores do Banco e da IDA e assinados pelo Diretor-Geral da UNESCO e pelo Presidente do Banco e da IDA. Fica previsto que as aprovações necessárias autorizarão o pagamento pelo Banco à UNESCO - a partir de 1º de março de 1964 - das despesas feitas para fins do programa cooperativo, que teriam sido consideradas para pagamento se êsses acôrds de trabalho se tivessem consumado naquela data.

ANEXO III

U N E S C O

CONFERENCIA GENERAL

15ª REUNIÓN - PARIS, 1968

PROYECTO DE PROGRAMA

Y DE PRESUPUESTO

PARA 1969 - 1970

Sección 1.44 - FINANCIAMIENTO DE LA EDUCACION

| Programa | 1967-1968 | | 1969-1970 | Aumento (Disminución) respecto de las cifras revisadas | |
|--------------------|-----------|---------------------|-----------|--|---------|
| | Aprobado | Cifras revisadas | | dólares | dólares |
| Programa Ordinario | 475.000 | 475.000 | 600.500 | 125.500 | 26 |

PROYECTO DE RESOLUCIÓN

Proyecto de resolución 1.44#: Se autoriza al Director General a prestar ayuda a los Estados Miembros que lo pidan, a fin de que puedan obtener un financiamiento exterior, para la ejecución de sus proyectos de carácter prioritario de educación; y, a este fin:

- a) a seguir cooperando con el Banco Internacional de Reconstrucción y Fomento y con la Asociación Internacional de Fomento, según lo establecido en el Memorandum de Acuerdo firmado en junio de 1964 y modificado ulteriormente;
- b) a cooperar con el Banco Interamericano de Desarrollo, de conformidad con lo estipulado en el Acuerdo firmado en marzo de 1967;
- c) a establecer una cooperación con el Banco Africano de Desarrollo y el Banco Asiático de Desarrollo;
- d) a facilitar servicios de asesoramiento a los Estados Miembros;
- e) a emprender estudios directamente relacionados con las actividades relativas al financiamiento de la educación.

Basado en las resoluciones 1.21 y 9.2 aprobadas por la Conferencia General en su 14ª reunión.

PLAN DE TRABAJO

a) Programa de cooperación con el Banco Internacional de Reconstrucción y Fomento (IBRF) y la Asociación Internacional de Fomento (AIF)

La Unesco seguirá colaborando con el BIRF y la AIF según lo establecido en el Memorandum de Acuerdo firmado en junio de 1964 y modificado por mutuo consenso en julio de 1967. Este programa está destinado a prestar asistencia a los Estados Miembros en la ejecución de sus planes de desarrollo de la educación, mediante la concesión de empréstitos o de créditos destinados a sufragar los gastos de capital de los proyectos de modernización y de extensión de las enseñanzas secundaria, técnica, comercial y agrícola, y de formación de maestros de las enseñanzas primaria y secundaria.

El total de los empréstitos y créditos para proyectos de educación aprobados por el Banco hasta fines de 1967 ascendió aproximadamente a 150 millones de dólares para 15 países. De ellos, el 69% con destino a la construcción, el 28% a equipo, y el 3% a gastos de personal. Las distintas clases de enseñanza para las que se concedió ayuda financiera del BIRF-AIF se distribuyeron así: 39%, enseñanza general; 31% enseñanza técnica; 19%, enseñanza agrícola; 4%, enseñanza comercial; 7% formación de personal decente.

En los últimos años se han establecido entre la Unesco y el Banco relaciones eficaces de trabajo con un reparto de atribuciones que puede resumirse así: la Unesco se encarga principalmente de prestar ayuda a los Estados Miembros en el planeamiento de la educación (en la determinación de los proyectos aptos para un financiamiento exterior y en preparación de las peticiones de empréstitos y créditos que los países puedan dirigir al Banco; y el Banco se encarga, en cambio, de examinar las peticiones de créditos presentadas por los Estados Miembros, de decidir qué proyectos va a financiar y de gestionar los acuerdos de concesión de créditos. Se invita a menudo a los expertos de la Unesco a formar parte de las misiones que envía el Banco para evaluar proyectos y, por su lado, la Unesco invita a veces a funcionarios del Banco a formar parte de misiones de determinación o de preparación de proyectos. Puede encargarse también a la Unesco de examinar si, en los proyectos financiados por el Banco, se han logrado los objetivos que se perseguían.

De conformidad con la fórmula de distribución de gastos a probada por ambas organizaciones con efectos a partir de 1º de enero de 1967, el Banco sufraga el 75% del costo total de las actividades de cooperación, con las salvedades de los párrafos b), c), d) y e) de la Sección 4 del Memorandum de Acuerdo concertado entre la Unesco y BIRF-AIF; y la Unesco sufraga el 25% restante. Los costos sufragados por la Unesco se cifrarán pues en 450.000 dólares, es decir, en la misma cantidad que en 1967-1968. (Programa Ordinario: 450.000 dólares).

b) Colaboración con el Banco Interamericano de Desarrollo (BID)

En marzo de 1967, la Unesco y el BID firmaron un acuerdo destinado a establecer un programa mixto de desarrollo de la edu

cación en América Latina y más especialmente de desarrollo de la enseñanza técnica y profesional de alto nivel. Según dicho acuerdo, la Unesco prestará asistencia, a petición del BID a los Estados Miembros de la región para determinar y preparar los proyectos aptos para ser financiados por el BID y estudiarán la posibilidad de organizar reuniones y programas de formación. Además, la Unesco presentará al BID los proyectos de los Estados Miembros de ambas organizaciones, que estime apropiados.

En el acuerdo se estipula que en 1967-1968, la participación de la Unesco se limitará a los gastos generales, entre ellos los sueldos del personal de la Unesco asignado a determinados proyectos; y que, en años sucesivos, las condiciones aplicables a cada proyecto se determinarán teniendo en cuenta la experiencia adquirida en los proyectos emprendidos. Sobre esas bases se calcula, que, en 1969-1970, la participación de la Unesco en esta actividad mixta se cifrará en 50.000 dólares distribuidos del modo siguiente: 37.000 dólares para personal y 13.000 dólares para consultores y viajes. (Programa Ordinario: 13.000 dólares).

c) Colaboración con los Bancos de Desarrollo Africano y Asiático

En 1967-1968, se establecieron relaciones de trabajo con los Bancos Regionales de Desarrollo Africano y Asiático. Se tiene el propósito de que, en 1969-1970, la Unesco concierte acuerdos oficiales con ellos.

Los Estados Miembros de las regiones respectivas pueden pedir créditos o empréstitos al Banco correspondiente para el financiamiento del desarrollo de la educación ateniéndose a las normas y principios establecidos por dichas instituciones. Para ayudar a los Estados Miembros en este punto, la Unesco podrá facilitarles, cuando lo pidan, servicios de programación de inversiones en educación.

Se consigna para 1969-1970 un crédito de 20.000 dólares para sufragar esos servicios de programación de inversiones, que podrán utilizar los Estados Miembros sobre todo en la formulación de los proyectos que se propoggan someter a dichos Bancos para obtener un empréstito o un crédito con destino al desarrollo de la educación. (Programa Ordinario: 20.000 dólares).

d) Servicios de asesoramiento a los Estados Miembros en materia de financiamiento de la educación.

Los servicios de asesoramiento que la Unesco puede prestar a los Estados Miembros en materia de financiamiento de la educación son de dos clases:

La primera comprende la determinación de los proyectos prioritarios de financiamiento de la educación aptos para ser objeto de inversiones de procedencia exterior. Ello entraña un exame de los sistemas nacionales de educación y de los sectores prioritarios del desarrollo de la educación fijados por los gobiernos teniendo en cuenta los objetivos económicos y sociales sin limitarlo a los criterios formulados por una determinada entidad de ayuda. Con este objeto, la Unesco enviará a los Estados Miembros que lo pidan, misiones de expertos, formadas por tres o cuatro especialistas en educación y un economista, que reunirán los datos necesarios, y cuyas recomen

daciones se comunicarán a los gobiernos interesados.

La segunda concierne a la prestación de asistencia a los gobiernos para ayudarles a determinar con precisión los proyectos considerados como prioritarios. Los servicios se encomendarán a misiones de expertos compuestos de dos o más especialistas en educación, un economista y un arquitecto especializado en construcciones escolares. Cada proyecto se describirá con sus detalles indicando, el número y superficie de las aulas que especialmente comprenda, las normas aplicadas para fijar las superficies, el equipo y los muebles necesarios y los costos correspondientes. La descripción del proyecto puede comprender también el diseño y volumen de los edificios en relación con los planes de estudio, plantilla de personal y distribución de locales. Contendrán además una justificación detallada del proyecto en función desarrollo educativo y económico, y de su viabilidad.

Se calcula que, para poder facilitar estas dos clases de servicios a los Estados Miembros en 1969-1970 según el presente programa, se necesitará un crédito de 95.000 dólares. (Programa Ordinario: 95.000 dólares).

e) Estudio de los problemas relacionados con el financiamiento de la educación

Se pide a menudo a las misiones de financiamiento de la educación su opinión sobre determinados problemas como los relativos al costo de los planes de estudio, la proporción en que las escuelas grandes son más económicas que las pequeñas, la posibilidad de fijar un tamaño óptimo de escuela para determinados grados o tipos de enseñanza, la conveniencia de vincular un aumento de la remuneración del personal docente con el aumento de la productividad del sistema educativo, la posibilidad de que el costo unitario por alumno se relacione inversamente con las oscilaciones de la proporción alumno- maestro, etc. Los problemas prácticos de esta naturaleza, directamente relacionados con las actividades de ejecución serán estudiados por la Secretaría en cooperación con el Instituto Internacional de Planeamiento de la Educación. Esos estudios podrán no sólo contribuir a mejorar la eficacia de las misiones de financiamiento de la educación y de los expertos en planeamiento, sino que podrán redundar además en beneficio directo de los Estados Miembros para que tomen decisiones acertadas en materia de financiamiento.

Además, el estudio de problemas concretos como los mencionados y las conclusiones que formule la Conferencia Internacional sobre Planeamiento de la Educación (París, agosto de 1968) llevarán probablemente a formular orientaciones básicas e hipótesis de trabajo aplicables al financiamiento de la educación en los países en vías de desarrollo. Dada la importancia de este asunto se tiene el propósito de organizar, para 1971-1972, una reunión internacional a este respecto. (Programa Ordinario: 22.500 dólares).

Araxá, março de 69

Anexo IV à Tese: Sugestões para o financiamento de programas e projetos educacionais no Brasil.

Por: Ralph von Gersdorff
INEP-MEC

ROTEIRO PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS
DE EDUCAÇÃO AGRÍCOLA (1)

SUMÁRIO

- I - Introdução
- II - Fundamentos da economia agrícola
- III - Estrutura institucional
 - a. O sistema de educação geral e o plano de desenvolvimento;
 - b. O sistema da educação agrícola.
- IV - O projeto
 - a. Observações gerais
 - b. Obras, medidas e políticas sugeridas
 - c. Estimativas de custos
 - d. Financiamento
 - e. Organização e direção
- V - Justificação econômica

Lista de Tabelas e Anexos

(1) Tradução não oficial - extrato do trabalho "Outlines for projects to be presented for financing" (Texto preliminar), FIO/IBRD, Programa de Cooperação, FIO, Roma, set. 1967.

SUMÁRIO

1. Quem requer o financiamento? No que concerne? (que tipo de esquema?) Lugar do projeto no plano de desenvolvimento nacional e prioridade atribuída ao projeto pelo governo?
2. Onde será localizado o projeto? Quais são as características gerais do sistema educação e treinamento agrícola?
3. Quais serão as principais ações e obras? Ex. construção de instalações físicas por fornecimento de equipamento de ensino, etc. Envolve também fornecimento de utilidade pública (fora do projeto)?
4. Qual será a duração do projeto? Quais são as fases de obras planejadas? Quem irá realizá-las?
5. Qual será o custo de investimento total do projeto (em moeda corrente nacional e US\$)? Qual será a parte pagável em divisas estrangeiras? Quais são os custos operacionais e quais foram as providências tomadas para pagá-los?
6. Qual é o "produto" da educação e do treinamento planejado no momento em que o projeto esteja em plena operação? Quais as perspectivas de emprego para essa produção.
7. Qual o custo do aluno/ano? Quais as outras vantagens esperadas deste projeto?

INTRODUÇÃO

1. Qual a finalidade do projeto? Quais os principais objetivos?
2. Dê o histórico do projeto, mencionando estudos anteriores, inquéritos ou projetos que já foram completados com vistas ao projeto proposto.
3. É este projeto um pré-requisito para a implementação de um programa de desenvolvimento agrícola? Descreva as atividades que serão incentivadas por este projeto.
4. Este projeto precisa de outras atividades ou projetos complementares? Descreva os que estão estreitamente relacionados com os fins do projeto.

III - FUNDAMENTOS DA ECONOMIA AGRÍCOLA

5. Qual a importância do setor agrícola na economia nacional? Qual a importância relativa econômica da produção comercial e da produção de subsistência?
6. Qual o potencial para o desenvolvimento agrícola e o papel planejado para a agricultura no plano de desenvolvimento nacional, a curto, médio e longo prazos?
7. Breve esboço das estruturas prevalecentes do uso da terra, posse da terra e da propriedade (dados censitários, se possível).
8. Indique os diversos tipos de agricultura e sua distribuição geográfica e o nível atual das técnicas agrícolas e de uso dos insumos modernos. (Dados censitários, se possível).

9. Qual o nível das rendas (ingressos) agrícolas e sua distribuição? Nível de salários na agricultura? Dê indicações sobre a eficiência econômica de fazendas típicas nos principais ramos de produção?
10. Forneça dados sobre a população e a força de trabalho. Total (urbano e rural) na agricultura. Dê a população ativa na agricultura (se possível) por sexo, grupo etário, nível ocupacional e a atividade especial. Qual a situação de emprego e sub-emprego e desemprego?
11. Qual a disponibilidade de mão-de-obra habilitada na agricultura? Como se distribui? Até que ponto está bem utilizada? Há mais de uma escassez atual de certos tipos, de mão-de-obra? Diferenças salariais nas várias ocupações e tendências recentes no comportamento dos salários. Uso de mão-de-obra altamente qualificada estrangeira?
12. Que instituições estatais e paraestatais se ocupam da educação agrícola? Pessoal empregado nas atividades, no ensino, na pesquisa e extensão agrícola? Pessoal trabalhando nas firmas particulares, na agricultura? Outro tipo de pessoal qualificado na produção agrícola?
13. Demanda prevista de mão-de-obra qualificada na agricultura, segundo o tipo de treinamento na estrutura do plano de desenvolvimento nacional. Dê estimativas de demanda oriunda: dos serviços governamentais que participam ativamente dos programas de desenvolvimento agrícola. Forneça também estimativas de demanda oriunda de agências locais ou autônomas de programas de reforma agrária e outros projetos de desenvolvimento (irrigação, terras beneficiadas e aterros, criação de gado e projetos florestais) para os anos-metas do plano de desenvolvimento. Número e tipos de pessoal qualificado necessário cada ano para a sua implementação.

III - ESTRUTURA INSTITUCIONAL

A - SISTEMA DE EDUCAÇÃO GERAL

14. Dê breve descrição do sistema geral de educação nos níveis primário, médio, vocacional, técnicos e superior. Currículos e pessoal e material permanente disponíveis. Indique o orçamento nacional para a educação e sua distribuição por unidades orçamentárias.

B - SISTEMA DE EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

15. Dê a descrição de toda a estrutura da educação e treinamento agrícolas, fornecendo o número de instituições em cada nível principal envolvido, isto é, nível superior ou profissional, níveis intermediários de treinamento técnico e vocacional e nível de treinamento dos agricultores. Inclua, em anexo, uma lista pormenorizada das instituições. Para cada instituição, a informação seguinte é necessária:
 - a. Cursos e currículos - Condições de matrículas. Duração e conteúdo dos cursos. Treinamento teórico e prático. Carga horária semanal. Natureza das qualificações adquiridas e comparabilidade com as demais instituições de educação agrícola, técnica ou geral do país.

- b. Dados Estatísticos - Projeções, para um período de 5 anos, de aplicações com inscrições e matrículas em cada ano escolar, desercões e repetência, graduados.
 - c. Pessoal docente - Listo do pessoal docente por nível de formação. Pessoal para o treinamento de extensão e prático deve ser incluído e especificado. Oportunidades de treinamento do pessoal e dos professores. Cursos de reciclagem, em serviço. Atividades do pessoal além do ensino, isto é, pesquisa, trabalho fora da escola, serviço público. Salários do pessoal e perspectivas de carreira em comparação com outros ramos de serviço agrícola e público.
 - d. Instalações - Localização da instituição em relação à sua função (p. ex.: proximidade de estações experimentais, públicas e privadas), proximidade de instituições educacionais e agências de extensão. Alojamento residencial e prédios para o ensino, qualidade e capacidade. Material permanente, inclusive equipamento e maquinaria para o treinamento teórico e prático: recursos audio-visuais, bibliotecas, livros didáticos, laboratórios, oficinas, equipamento agrícola, campo experimental. Material para treinamento externo, para visitas de estudo, fazendas, mercado, cooperativas, usinas de beneficiamento, colonização, etc.
 - e. Alunos - Origem social. Situação financeira dos alunos e de suas famílias. Recrutamento para cursos sobre agricultura e razões de fracasso em atrair número adequado de alunos (se for o caso). Cuidados físicos e sociais para o aluno. Férias. Perspectivas de emprego quando completado o treinamento.
 - f. Financiamento - Investimentos na instituição - passados e previstos e o orçamento anual corrente, indicando as fontes dos fundos e assistência técnica.
16. Há programas de treinamento de agricultores? Número anual de agricultores atendidos pelo serviço de extensão ou que tenham assistido cursos práticos sobre agricultura.
17. Quais as principais características do plano de desenvolvimento da educação agrícola? Projeções da produção das instituições da produção agrícola nos diferentes níveis e especialidades.
18. Balanço da demanda projetada de mão-de-obra qualificada e da produção das instituições de educação agrícola. Quais os equipamentos de ensino agrícola adicionais requeridos?

IV - O PROJETO

A - OBSERVAÇÕES GERAIS

19. De que trata o projeto? Onde se localiza e qual a sua área de influência? Qual a sua duração?
20. Quais as instituições responsáveis pela execução e administração do projeto?
21. Quais os setores ocupacionais diretamente afetados pelo projeto? Em que medida serão afetados? (maiores padrões de treinamento, maior produção de graduados, currículos mais especializados).

B - OBRAS, MEDIDAS E POLÍTICAS PROPOSTAS

22. Quais as novas políticas a serem adotadas para melhorar o sistema de educação agrícola? Afetarão as escolas já existentes? Qual a sequência das medidas a adotar: organização interna da escola, cursos, pessoal, alunos, trabalhos no campo?
23. Para cada uma das instituições ou grupos de instituições similares propostas no projeto, dê dados educacionais sobre:
- o programa acadêmico, objetivos escolares, duração dos programas e ano letivo, número de candidatos (matrícula), padrões mínimos para o processo de admissão e seleção? horas de aula por semana; currículos; tamanho das salas e turmas; métodos didáticos; conteúdo prático do ensino; condições para a promoção e graduação; qualificações atribuídas; biblioteca; disponibilidade e fontes de livros didáticos e de equipamento de ensino.
 - Corpo docente: insumos, produto e matrícula em cada programa acadêmico em tempo integral, curso noturno e outras aulas em tempo parcial, nos 5 anos passados e no ano vigente (se se trata do programa de extensão); projeção ano a ano, durante o desenvolvimento até o término; discriminados, se possível, externato de internato, sexo, fontes regionais onde se aplicam.
 - Origem dos alunos: preparação para a escolarização, controles requeridos para tal escolarização.
 - Origem dos professores: números, qualificações e disponibilidade para enfrentar o desenvolvimento proposto.
 - Bases para a distribuição geográfica das escolas propostas.
 - Administração da escola.
24. Para cada instituição ou grupo de instituições similares propostas pelo projeto, dê as seguintes informações sobre o equipamento:
- localização: critérios para a implantação de novas escolas;
 - arquitetura: Primeiro: relação das acomodações necessárias, com o detalhamento suficiente para estimativas de custo realistas. Segundo: breve descrição do terreno (ou terrenos) escolhido, incluindo a área, e de preferência com a planta do terreno. Terceiro: descrição geral das instalações necessárias a utilização dos serviços públicos e volume de trabalhos no terreno, em suficiente detalhe para estimativas realistas;
 - lista do equipamento de ensino a ser obtido (oficinas, laboratórios, gado e animais domésticos, equipamento agrícola, livros, etc.);
 - lista de móveis a serem adquiridos.
25. Estabeleça um cronograma para a feitura da planta, a construção e o equipamento da escola. O esquema deve também indicar outros atos essenciais relacionados com a execução do projeto, tais como: recrutamento de conselheiros da educação, planejadores, professores estrangeiros, etc., necessários as atividades legislativas ou administrativas, a aquisição dos terrenos e contratos com outras agências externas envolvidas no projeto.

C - ESTIMATIVAS DE CUSTO

26. Para cada instituição ou grupo de instituições similares sugeridas no projeto, fornecer os seguintes dados:

1 - Custos de investimento, incluindo:

- a. Construção de prédios, inclusive serviços internos;
- b. obras nos terrenos e uso de serviços públicos;
- c. remuneração para os trabalhos de desenho, plantas, supervisão e outros serviços profissionais;
- d. equipamento de ensino;
- e. moveis;
- f. gastos imprevisíveis;
- g. emolumentos para aquisição de terrenos e outros bens;
- h. parte pagável em divisas estrangeiras para os itens (a) a (f).

2 - Custos anuais correntes, inclusive os salários, material, de ensino e outros custos correntes da manutenção dos prédios e equipamentos.

3 - Custo do pessoal estrangeiro e do treinamento do pessoal no exterior.

4 - Programas de assistência financeira, se existirem.

D - FINANCIAMENTO

27. Qual o custo total do projeto? Qual a parte pagável em divisas estrangeiras? A quem compete a parte nacional do financiamento?

E - ORGANIZAÇÃO E DIREÇÃO

28. Dê uma descrição completa do departamento ou da agência pública responsável pela execução e administração do projeto. O projeto está adequadamente organizado para realizar o seu trabalho? Tem ele pessoal em numero e qualificação suficiente? Quais as providencias tomadas para um aumento futuro de pessoal?

29. Como serão executadas as medidas relativas aos aspectos educacionais do projeto (ver paragrafo 23 (a) ?

30. Como serão realizados os trabalhos de construção?

31. Há necessidade de assistência técnica para os aspectos educacionais ou de construção? Por quanto tempo? Descreva o tipo e a duração da assistência técnica estrangeira.

V - JUSTIFICAÇÃO ECONÔMICA

32. Dê os custos do aluno/ano e descreva os benefícios que o projeto pode oferecer (o que aconteceria se o projeto não fosse realizado)?

LISTA DAS TABELAS E DOS ANEXOS (1)

1. Dados do censo sobre uso das terras, tamanho das propriedades agrícolas e tipos de agricultura, por região.
2. Estatísticas sobre a mão-de-obra na agricultura.
3. Ocupação dos discentes em serviços agrícolas e relacionados com a agricultura: instrução, pesquisa e serviços de extensão.
4. Estatísticas educacionais por nível de ensino.
5. Estatísticas de educação agrícola: se possível, também por tipo e níveis de educação. Lista das instituições, número de matrículas nos diferentes tipos de escola e nos diferentes níveis de educação. Fluxo de alunos influxo, produção e deserções. Número de graduados por ano. Tendências. Duração dos cursos, diplomas conferidos.
6. Estimativa da demanda futura total e do fornecimento de técnicos.
7. Dados estatísticos atuais e projetados da instituição em estudo, incluindo o fluxo de estudantes no momento da maturidade do projeto.
8. Estimativa dos custos do projeto.

(1) Esta lista não é obrigatória ou completa e é dada apenas para ilustrar o tipo de dados detalhados que eventualmente serão exigidos.

Nº 016/69.

Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 1968

PROPOSTA Nº

Ao: Dr. Carlos Correa Mascaro,
Diretor do INEP

De: Regina Rocha Freire,
Secretária Executiva dos CEOSE

Senhor Diretor,

Solicito-lhe autorização para a compra de passagens de ida e volta Rio-Araxá-Rio, em nome do Sr. Ralph Von Gersdorff, e ida e volta Belo Horizonte-Rio, em nome de Lúcia Maria Nagasawa, membros da Comissão dos CEOSE.

Devo esclarecer que essa viagem se destina à participação ao 1º Congresso Brasileiro dos Bancos de Desenvolvimento que se realizará em Araxá, Minas Gerais, no período de 4 a 8 de março do corrente ano.

Atenciosamente,



Regina Coeli da Rocha Freire,
Secretária Executiva dos CEOSE

Of. nº 015/69

Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 1968

Programa MEC/INEP/CEOSE

Rua Voluntários da Pátria, 107 - Rio/GB

Proposta nº 1/69.

Autorizo
Em /2/1969.

Diretor

Senhor Diretor do INEP:

Solicito a autorização de V. Sª a fim de que seja efetuado o pagamento do pessoal, sendo 1 técnico e 5 administrativos à disposição deste Programa, relativo ao mês de fevereiro do corrente ano, na forma do artigo III, do Decreto-Lei 200/67 e autorização ministerial constante do Proc. MEC 4084/68, como segue:

| NOMES | FUNÇÃO | RETRIBUIÇÃO | DESCONTOS | A RECEBER |
|-------------------------------------|----------------------|-------------|---------------------------|---------------------------------|
| 1 - Durmeval Trigueiro Mendes | Coordenador | 864,00 | 64,12 43,20 | 794,88 820,80 |
| 2 - Regina Coeli da Rocha Freire | Secretária Executiva | 576,00 | - | 576,00 |
| 3 - Edith Ferreira Engelke | Secretária Bilingüe | 417,60 | - | 417,60 |
| 4 - Vanda Maria Gomes da Cruz | Secretária Bilingüe | 169,92 | - | 169,92 |
| 5 - Tereza Maria da Costa | Secretária | 236,52 | - | 236,52 |
| 6 - Abedias Augusto de Almeida | Servente | 79,20 | - | 79,20 |
| TOTAL | - | 2.343,24 | 43,20 64,12 | 2.300,04 2.274,12 |

Atenciosamente,

Regina Coeli da Rocha Freire
Regina Coeli da Rocha Freire
Secretária Executiva
do
C.E.O.S.E.

Visto

Em /2/1969.

Durmeval Trigueiro Mendes
Durmeval Trigueiro Mendes
Coordenador do CEOSE

013/69

Esbôço para uma participação do INEP e da UNESCO no Primeiro Congresso dos Bancos de Desenvolvimento Brasileiros em Araxá, Minas Gerais - 4-8 de Março 1969

1. Neste Congresso participam não somente os bancos de desenvolvimento brasileiros mas também o Banco Mundial e outras organizações internacionais. Perguntei ao Sr. Labbens, Chefe da Missão da UNESCO no Brasil se a UNESCO iria participar e êle prometeu informar-me.
2. No caso de o Sr. Labbens participar do Congresso ou determinar a minha participação, com o consentimento do INEP, poderei elaborar um artigo sobre "Sugestões para o financiamento de programas e projetos educacionais no Brasil", e distribuir êste trabalho durante a Conferência, em cooperação com o representante do Banco Mundial.
3. Acho muito importante que os participantes desta Conferência sejam bem informados sobre as possibilidades de financiamento de projetos educacionais em geral, as ações do Banco Mundial neste campo, o acôrdio UNESCO/Banco Mundial e as possibilidades dos bancos de desenvolvimento brasileiros em particular.
4. Se fôr considerada oportuna e útil a minha participação, será necessário que o INEP/CEOSE tome uma decisão imediata e providencie autorização para a compra de passagens aéreas Rio-Belo Horizonte-Araxá-Rio (VARIG). A UNESCO deveria, por seu lado, encarregar-se do pagamento das diárias.
5. Como esta viagem é via Belo Horizonte, eu poderia aproveitar para entrar em contato com a Secretaria de Educação daquele Estado. Nessa eventualidade, eu me demoraria mais alguns dias, só estando de volta a partir de 12 de março.

Nº 012/69

Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 1969

Ao: Diretor do INEP
De: Coordenador dos CEOSE

Senhor Diretor,

Solicito-lhe autorização para a compra de passagens de ida e volta Recife-Rio, em nome de Carlos Frederico Maciel, membro da Comissão dos CEOSE.

Devo esclarecer-lhe que essa viagem se destina a atender ao convite formulado por V.S.^a para uma reunião que estabelecerá normas de trabalho para a referida Comissão.

Atenciosamente,



Durmeval Trigueiro Mendes
Coordenador

Nº 011/69

Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 1969

Da: Secretária Executiva do CEOSE
Ao: Prof. Carlos Frederico Maciel

Senhor Professor,

Atendendo à sua solicitação, tenho a satisfação de informá-lo sobre a importância enviada a V.S.ª durante o ano de 1968 em pagamento dos serviços prestados:

| | |
|---|-----------------|
| 18/1/68 - CEOSE de Alagoas (realizado em dezembro de 1967) - | 300,00 |
| 26/7/68 - CEOSES de Maranhão, Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte | 1.200,00 |
| 26/7/68 - indenização de despesas feitas com hospedagem e alimentação, comprovadas por recibo | 191,80 |
| Total | <u>1.691,80</u> |

Devo esclarecer-lhe que da importância enviada em 26/7/68 (1.200,00) foi descontado o imposto de renda na fonte, tendo V.S.ª recebido apenas NCr\$ 1.104,00.

Atenciosamente,

Regina Coelida Rocha Freire
Secretária Executiva

Um Sistema de Assistência Técnica

A) Atividades básicas

1. Levantamento e diagnóstico:

da situação educacional de cada Estado com as suas particularidades;

do sistema federal de educação

2. Cooperação técnica em matéria de:

planejamento educacional;

administração educacional;

educação primária (incluindo a formação de professores);

educação média;

educação superior;

educação técnica;

educação de adultos;

educação permanente.

3. Formação de staff para os sistemas de educação (o federal e os estaduais)

como pontos de apoio de esforço permanente e auto-sustentado de renovação educacional.

B) A estrutura

I. Órgãos Centrais

1. Os serviços de assistência técnica serão centralizados em dois órgãos:

a) Conselho de Assistência Técnica (CAT)

b) Comissão Executiva de Assistência Técnica (CEAT).

2. Integrarão o CAT, sob a presidência do Diretor do INEP, todos os Chefes de pesquisa e de programas técnicos desse órgão, o Chefe do Departamento de Recursos Humanos do IPEA, e o Coordenador da CEAT, que exercerá cumulativamente as funções de Secretário Geral.

3. A CEAT terá um Coordenador e será constituído de um staff técnico e de uma secretaria administrativa. O corpo técnico será integrado por uma equipe permanente, e por um corpo de consultores para tarefas eventuais.

a) Equipe técnica permanente

I - de planejamento e administração educacionais:

- 1 perito em planejamento educacional
- 1 técnico em administração
- 1 estatístico

II - de assuntos pedagógicos:

- 1 especialista em educação primária
- 1 especialista em educação média
- 1 especialista em educação superior

III - Cada um dos mencionados especialistas será responsável pela sua área, tendo sob seu comando uma equipe de colaboradores.

b) Corpo de Consultores em:

- I - economia da educação
- II - educação técnica
- III - educação de adultos e educação permanente.

c) Secretaria:

- Secretário Geral
- 1 documentalista-arquivista
- 3 secretárias-datilógrafas

II - Órgãos regionais

Poderão ser instalados em alguns dos atuais Centros Regionais de Pesquisas Educacionais, ou serem criados expressamente para esse fim.

III - Justificação de alguns aspectos de estrutura.

a) A razão de ser da Comissão. A estrutura projetada visa a desassemelhar esse órgão dos instrumentos burocráticos convencionais, para que seja alcançada a flexibilidade e a densidade intelectual de que tais serviços devem revestir-se. Um órgão burocrático, nos moldes habituais, faria definhar na rotina um serviço que, mais que qualquer outro, precisa de um elan sempre renovado, e, sobretudo, afastaria a possibilidade de colaboração de pessoas de alto nível técnico, insusceptíveis de acomodar-se às condições de trabalho e de remuneração inerentes ao status de funcionário público. Não é por outro motivo que as tarefas mais cruciais da administração vêm se deslocando, crescentemente, da burocracia convencional para formas novas de organização, em que as atividades de "staff" substituem ou preponderam sobre as atividades de "linha" (entre outros exemplos, o IPEA).

b) A regionalização:

A regionalização comporta três ordens de consideração:

I. A idéia de autonomia relativa dos sistemas estaduais deve conciliar-se com a idéia de regionalização, definindo-se dentro do território nacional certas áreas culturais e geo-econômicas susceptíveis de enquadrarem-se numa política comum e solidária. Essa definição, de resto, já se concretizou em norma institucional mediante a criação dos organismos de desenvolvimento regional: a SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), a SUDESUL (Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul), a SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) e a SUDECO (Superintendência de Desenvolvimento Centro-Oeste). A integração procurada por êsses órgãos, e que abrange, entre outros, o setor da educação, já vem sendo planejada, gradativamente, pelos Ministérios da Educação e do Planejamento.

II. Por três razões impõe-se a descentralização na assistência técnica em nosso país: a vastidão do território, as diferenças regionais e a necessidade de contatos freqüentes entre os técnicos e os Estados a que devam prestar assistência. A transformação das condições administrativas e técnicas dos sistemas estaduais de educação, só será alcançada através da mudança de atitude de um número substancial de pessoas-chave em cada um dêles; e essa mudança de atitudes dependerá, por sua vez, não só da freqüência dos contatos entre os peritos e os elementos locais, como da ação conjunta de ambos nos projetos relacionados com o desenvolvimento de cada sistema. Entretanto, a descentrali

zação não deve afrouxar em dispersão, cabendo a uma instância central conciliar a unidade da orientação, emanada do MEC, com a diversidade das condições regionais. A própria unidade de orientação, com que deve expressar-se a política do MEC, não exclui as diferenças de perspectivas, quando estas a enriquecem em vez de destruí-la. Daí a flexibilidade que deve possuir o órgão de assistência técnica, reduzindo a um corpo de doutrina coerente as diversidades porventura surgidas no centro do sistema, e ao mesmo tempo deduzindo desse núcleo comum diferentes alternativas com que ele possa ajustar-se às diversidades regionais e estaduais. Esse órgão será animado de um duplo movimento: de busca da unidade e de estímulo à variedade.

III. Em princípio, os núcleos regionais serão instalados em Centros Regionais de Pesquisas Educacionais, desde que venham a reunir-se nestes, o staff e as condições técnicas e matérias indispensáveis. Será a oportunidade, inclusive, de revitalizar os Centros, desligados que se encontram, em alguns casos, da função irradiadora que lhes constitui a razão de ser. Mas devemos ser cautelosos para que não aconteça o inverso: em vez de comunicar-lhes novo elan, ser a assistência técnica dominada pela tendência sedentária e alienada que a alguns deles tem caracterizado. Evitar, por isso, atribuir-lhes a priori essa função; examinar a situação de cada um; estabelecer junto aos que oferecerem virtualidades um programa de implantação sistemática das condições que o habilitem para esse papel.

C) Funcionamento

1. O CAT será um forum de informação e de análise dos problemas que interessem à assistência técnica, feitas em conjunto, e segundo um processo regular e sistemático, por todos os dirigentes de pesquisas e de programas técnicos do INEP.

Dentro dessa perspectiva, seus objetivos primordiais são:

- a) Colocar frente a frente, graças à mediação da CEAT, os produtores e consumidores da pesquisa educacional, tendo em vista alcançar um duplo efeito: a maior objetividade e pragmatismo da própria pesquisa, e a racionalização progressiva, por meio dela, da política educacional que se desenvolve nos Estados e no próprio âmbito federal.
- b) institucionalizar o sistema de consulta e informação entre os principais responsáveis pela orientação técnica e pela política da educação.

- c) Integrar o sistema de ação do INEP, evitando paralelismos nas atividades de seus diferentes setores, transmitindo a cada um dêles o conhecimento do esforço global e, com isso, a solidariedade consciente e orgânica de suas partes, e reforçando o prestígio e eficiência do órgão.

2. Órgão de discussão, informação e consulta, não cabe ao CAT poder deliberativo. A CEAT terá individualidade própria, com a margem de autonomia intelectual de que gozam os órgãos de pesquisa do INEP, e que é inerente à atividade científica. Não se tratando porém, de um órgão puramente científico, mas destinado a combinar critérios científicos e doutrinários com realidades contingentes - constituindo, em suma, um instrumento de ação política - a sua estrutura terá de refletir essa ambigüidade: a racionalidade técnica misturada com a decisão política. Qual o método apropriado para essa conjugação? Sugerimos as seguintes linhas de orientação:

- a) A CEAT, pela qualificação científica que devem possuir seus memmbros, formulará suas posições próprias com base nas pesquisas dos demais órgãos do INEP, ou nas suas próprias pesquisas, assim como no confronto entre os resultados dessas investigações e as situações educacionais concretas.
- b) Conhecidas, como devem ser, através do diálogo sistemático, as posições dos órgãos do INEP, inclusive da CEAT, os possíveis desacordos serão objeto de discussão entre as partes discordantes, e depois, no plenário do CAT. A divergência que decorra do desconhecimento de dados do problema cessará, obviamente, com a adequada informação sobre estes; na hipótese, porém, em que se apoie ela sobre alternativas teóricas igualmente válidas, qual a posição da CEAT? A nosso ver, será inconveniente preestabelecer soluções em termos de casuística; basta fixar princípios gerais, que serão flexivelmente utilizados em cada caso.

Sugerimos os seguintes princípios gerais:

- I) Se o MEC tiver encampado uma das referidas alternativas, cabe à CEAT prestigiá-la, baseando nela sua orientação junto aos Estados.
- II) Esse acatamento não exclui, todavia, a informação escrupulosa a ser oferecida aos Estados sobre as demais alternativas, não só porque um dos principais objetivos da assistência técnica consiste em suscitar uma inteligência ampla dos proble-

mas educacionais, como porque essa visão pluralística corresponde à variedade das características regionais de um país como o Brasil. Não interessa ao MEC fechar a questão em torno de padrões uniformes, a não ser em alguns raros pontos sobre os quais a experiência tenha demonstrado a possibilidade de uma política unificada.

- c) As observações contidas no item b não pretendem dar à CEAT uma independência descabida em face de sua subordinação ao Diretor do INEP, mas apenas resguardar os direitos de pesquisa e de informação científica. Resguardados estes direitos, que não são de pessoas ou de órgãos quaisquer, resta a natural vinculação da CEAT às decisões de natureza político-administrativa, próprias do Diretor do INEP, e, por seu intermédio, de outras instâncias superiores. Essas decisões se concentram, basicamente, na fixação de prioridades e na aprovação dos programas. Dentro do sistema integrado que se está procurando implantar, o CAT seria o filtro de estudos e conclusões técnicas, anterior à decisão final do Diretor, o qual, como presidente da própria CAT, gozará do privilégio de participar, destacadamente, na elaboração dos programas e de tomar a decisão final. Não é necessário insistir sobre a possibilidade de um trabalho tecnicamente válido a partir de diferentes decisões de política educacional, sendo este, aliás, o critério que distingue as duas áreas conjugadas na assistência técnica. Os poderes do administrador abrangem a definição dos objetivos e a aprovação dos planos mediante os quais estes se concretizam; a partir daí abre-se um campo de ação no qual só a razão técnica prevalece, constituindo o alicerce da autonomia há pouco definida.

3. Esclarecido o entrosamento dos dois órgãos básicos da assistência técnica, vamos destacar os detalhes mais importantes da estrutura proposta:

a) Quanto ao staff:

A divisão entre uma equipe permanente e outra de consultores eventuais decorre da natureza dos problemas incluídos nas respectivas áreas de especializações. A economia da educação refere-se a estruturas globais e não ao caso particular de cada Estado; elabora-se em ritmos longos, e não constitui matéria de rotina; os seus resultados cobrem longos períodos, e não dependem do contato seguido com as situações a que se aplica.

A educação técnica, apesar de sua enorme relevância, ainda não encontra terreno, fora dos aspectos relacionados com o ensino médio em geral, para o exercício da assistência técnica com a intensidade e o ritmo que justifiquem uma equipe permanente. Temos de promover ainda a etapa inicial, preparatória: definir conceitos, explicitar a política do MEC, estabelecer parâmetros. Ainda é muito tênue o que existe em matéria de ensino técnico em quase todos os Estados; não teríamos muito a que assistir e ajudar, senão no sentido de formular algumas orientações básicas, e estas não reclamam o trabalho permanente de uma equipe, mas apenas alguns projetos específicos que poderão ser confiados, na ocorrência, aos especialistas.

O mesmo poderá dizer-se da educação permanente e da educação de adultos. Como se vê, a estrutura proposta evita o escolho muito frequente na administração pública, quando não se descobre rotinas de trabalho adaptadas a tarefas permanentes, mas que se realizam segundo um processo intermitente.

Ainda quanto ao staff, impõe-se que haja um responsável por cada campo, de categoria senior, e assessôres (cujo número dependerá do volume e da variedade das tarefas), de categoria junior. Trata-se, 1º) de não desviar para tarefas menores a capacidade criadora e a maturidade dos especialistas mais qualificados; e 2º) de aperfeiçoar em serviço jovens especialistas, com os quais possa ampliar-se o quadro extremamente escasso de experts em matéria educacional no país.

b) Quanto à remuneração

O sistema de remuneração deve ser flexível, incluindo: salários fixos para a equipe permanente e retribuição especial de projetos a cargo de consultores; regime de tempo integral e de tempo parcial; categoria senior e categoria junior. O quantum do salário deve basear-se nos títulos do candidato e na apreciação de todos êsses elementos, devendo em todo caso ser suficiente para atrair e compensar colaborações realmente sólidas.

Suponho que a escala de salários deva ir de NCr\$ 800,00 a NCr\$.... 2.000,00, estabelecendo-se o quantum livremente segundo as particularidades de cada pessoa.

D - Integração dos atuais serviços de assistência técnica num sistema unificado.

1. A estrutura aqui prefigurada, sem levar em conta as situações existentes mas o modelo que corresponda às exigências da assistência

técnica, permite contudo a absorção, pelo menos parcial, dos serviços existentes nesse setor. Construído o molde, cada um desses serviços tomará posição na área correspondente à sua especialidade, completando-se, depois, o staff nas áreas faltantes. Ao CEOSE, o planejamento e a administração educacionais; ao EATEP, juntamente com o Programa INEP-UNICEF-UNESCO, a educação primária e o ensino normal; ao PATE, o acompanhamento dos projetos através da presença continuada de especialistas nos Estados, respeitando-se, dessa forma, as características próprias de cada serviço.

2. A absorção aqui prevista não significa, de modo nenhum, o mero deslocamento de cada um desses serviços, com sua individualidade própria, para formarem um aglomerado sem organicidade.

Em primeiro lugar, a estruturação de cada setor com a sua doutrina e seus métodos, deve resultar de um esforço conjunto de todos os órgãos que a êle correspondam dentro do INEP. No caso do ensino primário e de formação de professores primários: a Divisão de Aperfeiçoamento do Magistério, a EATEP e o Programa INEP-UNICEF-UNESCO. Quanto ao CEOSE, embora relacionado com diversos setores, não divide com nenhum deles a especificidade de seus objetivos. Em relação ao PATE, trata-se simplesmente de situar as equipes que o integram nos planos elaborados pela Coordenação da Assistência Técnica, já que êles não estão presos a objetivos estritamente definidos.

Não se tratando de uma transferência de um lugar para outro, o que será aproveitado de cada serviço serão os resultados e os métodos de trabalho, na medida em que se confirmar a sua eficiência através do exame conjunto do CAT, e as pessoas cujas qualificações correspondem às tarefas previstas do esquema proposto. Abstração feita desses aspectos, desaparece a individualidade de que gozam atualmente êsses serviços.

3. Quanto às áreas faltantes na atual estrutura da assistência técnica, importa criar os serviços correspondentes em íntima conexão com os órgãos de pesquisa existentes no INEP - como acontece com o ensino médio. A articulação implica, sobretudo, o levantamento dos estudos e pesquisas feitas ou em realização por êsses órgãos, e a colaboração dos seus responsáveis com a CEAT na organização e funcionamento do serviço de assistência técnica na área a que cada um deles corresponda.

E - Colaboração de outros órgãos

A integração da assistência técnica não será apenas estrutural, mas também funcional; isto é, além da unificação dos serviços do MEC num só organismo, a participação solidária de órgãos de outras áreas administrativas, tanto na elaboração como na execução de projetos comuns. Nessa hipótese se incluem, em primeiro plano, o IPEA e, em cada região, a respectiva Superintendência de Desenvolvimento.

A integração funcional se traduzirá, basicamente, em:

- a) participação do IPEA no CAT e das Superintendências nos órgãos correlatos dos núcleos regionais de assistência técnica;
- b) colaboração daqueles órgãos na elaboração e execução de alguns dos programas de assistência técnica, tais como: cursos destinados à formação dos staffs estaduais de educação; integração das equipes da CEAT nas visitas aos Estados; colaboração com a CEAT na assistência oferecida aos Estados em matéria de planejamento educacional.

Nº 609/69

Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 1969

Do: Prof. Durmeval Trigueiro Mendes
Coordenador do CEOSE

Ao: Dr. Carlos Correa Mascaro
Diretor do INEP

Senhor Diretor,

Tendo em vista assegurar o devido entrosamento do CEOSE com o serviço de Contabilidade do INEP, venho solicitar a V.S.^a seja destacado um funcionário desse órgão em condições de fornecer-nos, de modo permanente e com a necessária presteza, informações sobre as disponibilidades e o movimento financeiro do CEOSE. Nesse sentido, conviria que fôsse entregue, sistematicamente, a 3ª via das prestações de contas apresentadas ao INEP por este serviço.

Atenciosamente,

Durmeval Trigueiro Mendes
Coordenador

Nº 008/69

Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 1969

Do: Prof. Durmeval Trigueiro Mendes
Coordenador do CEOSE

Ao: Superintendente da SUDESUL

Senhor Superintendente,

Agradeço a V.S.^a a gentileza de nos ter remetido o relatório do I Encontro Regional sobre Planejamento da Educação, aproveitando a oportunidade para renovar-lhe nosso propósito de colaborar, dentro de nossas possibilidades, com as iniciativas dessa Superintendência no campo da educação.

Atenciosas saudações

Durmeval Trigueiro Mendes
Coordenador

Nº 007/69

Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 1969

Ao: Diretor do INEP
Do: Coordenador do CEOSE

Senhor Diretor:

Solicito-lhe autorização para a Contabilidade do INEP efetuar o pagamento, de acôrdo com os Processos MEC nºs 32.229/66 e 61.276/66, referente à parte executiva, assim discriminado:

| | |
|---------------------------------|--------------|
| PROF. DURMEVAL TRIGUEIRO MENDES | |
| Coordenador | |
| janeiro de 1969 | NCr\$ 864,00 |
| REGINA COELI DA ROCHA FREIRE | |
| Secretária Executiva | |
| janeiro de 1969 | NCr\$ 576,00 |
| EDITH FERREIRA ENGELKE | |
| Secretária Bilingüe | |
| janeiro de 1969 | NCr\$ 417,60 |
| VANDA MARIA GOMES DA CRUZ | |
| Secretária Bilingüe | |
| janeiro de 1969 | NCr\$ 169,92 |
| TEREZA MARIA DA COSTA | |
| Secretária | |
| janeiro de 1969 | NCr\$ 236,52 |
| ABEDIAS AUGUSTO DE ALMEIDA | |
| Servente | |
| janeiro de 1969 | NCr\$ 79,20 |

Informo a V.S.^a que o aludido pagamento correrá por conta da verba INEP/CEOSE.

Atenciosamente,



Durmeval Trigueiro Mendes
Coordenador dos CEOSE

CEOSE

RELAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS

SECRETÁRIA EXECUTIVA : REGINA COELI DA ROCHA FREIRE

Situação: designada para trabalhar no CEOSE por portaria nº 216, de 7/12/66, de Diretor de INEP.

recebe NCr\$ 480,00, pela verba 302 - Serviços de Natureza eventual.

Instrução: Superior

Cursos: Geografia e História, pela antiga Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil.

Didática - FNF - UB

Direito, pela antiga Faculdade de Direito do Rio de Janeiro.

Línguas: Fala, traduz e copia: francês

Traduz e copia: inglês e espanhol

Redação própria: português.

SECRETÁRIA BILINGUE: WANDA MARIA GOMES DA CRUZ

Situação: funcionária do Ministério da Educação e Cultura. Oficial de Administração - Nível 12-A. Lotada na Diretoria do Ensino Industrial. Requisitada pelo INEP. Designada para trabalhar no CEOSE pela portaria nº 218, de 7/12/1966.

No CEOSE, recebe NCr\$ 141,60, pela Verba 302 - Serviços de Natureza Eventual.

Instrução: Secundária

Línguas: Fala, escreve e traduz: inglês, francês e italiano.

Lê e copia: espanhol.

SECRETÁRIA BILÍNGUE: EDITH FERREIRA ENGELKE

Situação: designada pela portaria nº 217, de 7/12/1966 recebe NCr\$ 348,00, pela verba 302 - Serviços de Natureza Eventual.

Instrução: Secundária

Línguas: Fala, traduz e copia: francês
Lê e copia: inglês e espanhol

SECRETÁRIA: FERREIRA MARIA DA COSTA

Situação: designada para trabalhar no INEP pela portaria nº 154, de 29/7/1965 recebe NCr\$ 197,10, pela verba 302 - Serviços de Natureza Eventual.

Instrução: Secundária

Línguas: Cópia: francês, inglês e espanhol

SERVENTE: ABEDIAS AUGUSTO DE ALMEIDA

Situação: Funcionário do Ministério da Educação e Cultura. Lotado no CBPE Nível 7-A

Recebe no CEOSE NCr\$ 66,00, pela verba 302 - Serviços de Natureza Eventual.

**INQUÉRITO SÔBRE A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL OU ESTRANGEIRA
PARA O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DE
INSTITUIÇÕES BRASILEIRAS**

- 1.0 Nome da instituição: Colóquios Estaduais sôbre a Organização dos Sistemas de Educação-CEOSE
- 2.0 Enderêço: Rua Voluntários da Pátria, 107 - Botafogo - Rio de Janeiro Estado da Guanabara
- 3.0 Entidade a que está filiada ou subordinada: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos - MEC
- 4.0 Data da fundação: 11 de julho de 1966 - Diário Oficial de 5/9/66
- 5.0 Dados gerais sôbre sua organização, estrutura e finalidades:

A assistência técnica oferecida pelo CEOSE caracteriza-se, antes de tudo, pelo seu caráter abrangente. Visando, em cada Estado, abarcar a totalidade do sistema educacional, baseia-se no postulado de que pretender mudar apenas uma parte do sistema significa mobilizar todas as outras partes contra a mudança desejada. Por isso mesmo, os nossos instrumentos de ação, sobretudo no começo, são os instrumentos da totalidade: o planejamento e a estrutura político-administrativa. A estrutura compreende as condições institucionais básicas e, pois, permanentes, dentro das quais se organiza e se move o dinamismo dos Estados: o planejamento é a expressão eficiente desse dinamismo.

Êsses dois quadros referenciais - um só se bem considerados - não representam uma simples moldura, fabricada de antemão, como se lhe conviessem, indiferentemente, os mais diversos conteúdos; ao contrário, destes é que êles resultam, ao mesmo tempo que os modelam e lhes refletem a especificidade própria. As soluções propostas nos dois mencionados setores são, portanto, em última análise, soluções pedagógicas.

Mas não abordamos os problemas pedagógicos apenas por essa forma indireta, que consiste em fixar-lhes os pressupostos e as condições determinantes, de natureza sociológica, econômica, administrativa e operacional, senão também de forma direta e específica.

A ação se exerce em contato direto com os Estados, com três objetivos essenciais: despertar no meio local a consciência de suas neces

sidades, formular o diagnóstico da situação educacional, e colaborar na criação de um staff como ponto de apoio da política a ser traçada. Sua metodologia baseia-se na interpenetração dos fatos e das idéias, evitando-se os esquemas pré-fabricados, mas também o pragmatismo sem horizonte. É importante destacar no sistema as relações diretas e pessoais, indispensáveis à assistência técnica, e à continuidade com que se realizam, igualmente necessária a um processo que deve ser permanente. Em alguns Estados, a reestruturação do sistema educacional, em vias de operar-se, tomou impulso na colaboração do CEOSE, e noutros, vai consagrando em leis e no próprio processo administrativo soluções encontradas, conjuntamente, pelos especialistas desse órgão e pelas autoridades e técnicos locais. Em matéria de planejamento o curso de técnicos do CEOSE foi substancial nos bem sucedidos e louváveis esforços de alguns Estados como o Rio Grande do Sul e a Bahia. Nenhum Estado deixou de ser visitado, ou por toda a equipe, ou por alguns de seus integrantes, o que não deixa de representar considerável esforço, tratando-se de um grupo de apenas cinco pessoas. Cuidou o MEC de utilizar nessa tarefa os próprios especialistas da Comissão, para colocar esse esforço ao nível da ambição renovadora que anima o programa.

6.0 Síntese histórica sobre os auxílios recebidos, desde a fundação, pela instituição de fontes estrangeiras ou agências internacionais:

O auxílio da UNESCO consiste na oferta de peritos, a qual se processa desde a fundação do CEOSE.

7.0 Cooperação ou auxílios recebidos de organismos internacionais (ONU e suas agências, WHO, PAHO, UNESCO, FAO, OEA, etc.)

Mencionar os dados seguintes:

- a) nome da agência que forneceu o auxílio: UNESCO
- b) data da concessão: a partir da fundação do CEOSE
- c) número do projeto ou sigla: UNESCO-672/6364 - Planejamento Educacional (renovado até 31 de dezembro de 1970).
- d) Período de vigência: O projeto é de 1963, sofreu várias modificações e a forma atual vigorará até 31 de dezembro de 1970.
- e) Montante global em US\$ dólares: -

Ficam, assim, prejudicados os outros itens.

8.0 Auxílios ou cooperação recebidos de Governos estrangeiros

-

9.0 Auxílios ou cooperação recebidos de agências, fundações ou entidades privadas estrangeiras

-

10.0 Auxílios recebidos sob a forma de empréstimo de agências ou bancos estrangeiros ou internacionais (Banco Interamericano para o Desenvolvimento-BID, Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, etc.)

O GEOSE é subvencionado apenas por verba do MEC, através do INEP.

11.0 Organismos ou agências internacionais junto às quais está pleiteando ou pretende pleitear cooperação ou auxílio:

À UNESCO, na forma assinalada.

12.0 Auxílios ou cooperação que está pleiteando ou pretende pleitear junto a Governos estrangeiros:

-

13.0 Auxílios ou cooperação que está pleiteando ou pretende pleitear junto a agências, fundações ou entidades privadas estrangeiras:

-

14.0 Empréstimos que está pleiteando ou pretende pleitear junto a agências ou Bancos internacionais (BID, BIRD) ou estrangeiros (USAID, etc).

-

15.0 Pessoal técnico e científico: necessidades atuais e plano de expansão a curto e médio prazo:

Além dos três peritos da UNESCO, previstos no regime de cooperação entre essa entidade e o MEC, temos necessidade de 6 especialistas para a equipe brasileira: três de categoria senior e três, de categoria junior - distribuídos pelas áreas: de planejamento e administração educacionais e dos problemas pedagógicos nos três níveis de ensino.

Nº 1191

Rio de Janeiro, 6 de janeiro de 1969

Ao: Dr. Carlos Correia Mascaro - Diretor do INEP

Do: Prof. Durmeval Trigueiro Mendes - Coordenador do CEOSE

Senhor Diretor,

De acôrdo com a recomendação de V. S.^a, tenho o prazer de passar às suas mãos os projetos de trabalho do CEOSE para o primeiro semestre de 1969. Para o conhecimento de colegas que por acaso não tenham tido a oportunidade de lê-los, junto aos projetos dois textos doutrinários, de diferentes épocas, contendo as diretrizes em que se baseiam nos referidos projetos.

Atenciosas saudações,

Durmeval Trigueiro Mendes
Coordenador

SÚMULA DAS ATIVIDADES DO CEOSE

1. O Ministério da Educação, tal como o reclamam o espírito e a letra da LDB, passou a constituir, basicamente, um órgão de assistência técnica. Órgão de animação e impulsionamento, de antecipação e de equilíbrio, em relação aos Estados.

A Lei fez emergir do antigo sistema monolítico, controlado pelo MEC, vinte e dois sistemas educacionais diferenciados, podendo cada um deles usar de relativa autonomia para expressar a sua própria força e peculiaridades, tanto quanto suas limitações, que não podem ser dissimuladas por vistosos esquemas uniformizadores sem se esterilizarem no mero jôgo de aparências. Entretanto, a autonomia criadora não decorre automaticamente da autonomia legal: êste é o caminho, o estatuto permissivo, mas a construção mesma de um sistema depende da capacidade de ocupar o espaço que o afastamento do MEC deixou vazio. Essa capacidade, entorpecida por décadas de docilidade ao poder central, não se improvisa, sobretudo nos Estados menos desenvolvidos. Faltam-lhes, as mais das vezes, quadros técnicos, conhecimento dos problemas e a posse de certas técnicas de análise das realidades locais; falta-lhes, não raro, a atitude mesma de assumir o meio com os seus problemas como ponto de partida para a elaboração de um sistema diferenciado de educação. O apêlo fácil aos modelos de fora, tendo em vista a adoção mecânica em vez do estímulo fertilizador, continua em muitos casos a burlar o espírito de criação ensejado pela LDB. As deficiências de atitudes e de idéias não poderiam deixar de refletir-se no processo administrativo. As estruturas burocráticas das Secretarias de Educação estão longe de servir um nôvo programa educacional, carecendo de condições para tratar tècnicaamente os problemas tècnicos, expostos mais fàcilmente, por isso mesmo, a serem desfigurados pelos interêsses menores da política. De tudo isso resulta a debilidade dos planos edecacionais, cujos efeitos negativos só podem ser calculados pela importância do próprio planejamento como processo indispensável de multiplicar os escassos recursos - materiais e humanos - destinados à educação, acelerando e dando sentido ao desenvolvimento que todos desejam.

2. Ao MEC, que antes retirava a autonomia dos Estados, cabe agora ajudá-los a ser livres. Pois a liberdade não é verdadeira nem se exerce conscientemente sem um lastro de idéias que a iluminem. Essa é a filosofia da assistência técnica: o vazio deixado nos Estados pela retirada do autoritarismo burocrático tem de ser preenchido pela ação supletiva, que não pretenda substituir-se à iniciativa local, mas criar condições para o seu florescimento. Para êsse fim é que foi criado o CEOSE (Colóquios Estaduais sôbre a Organização dos Sistemas de Educação).

3. O CEOSE está sob a responsabilidade executiva de uma Comissão vinculada ao INEP, e constituída de especialistas, brasileiros e da UNESCO sob a coordenação de um educador brasileiro.

A sua ação exerce em contato direto com os Estados, com três objetivos essenciais: despertar no meio local a consciência de suas necessidades, formular o diagnóstico da situação educacional, e colaborar na criação de um staff como ponto de apoio da política a ser traçada. Sua metodologia baseia-se na interpenetração dos fatos e das idéias, evitando-se os esquemas pré-fabricados, mas também o pragmatismo sem horizonte. É importante destacar no sistema as relações diretas e pessoais, indispensáveis à assistência técnica, e a continuidade com que se realizam, igualmente necessária a um processo que deve ser permanente. Em alguns Estados, a reestruturação do sistema educacional, em vias de operar-se, tomou impulso na colaboração do CEOSE, e noutros, vai consagrando em leis e no próprio processo administrativo soluções encontradas, conjuntamente, pelos especialistas dêsse órgão e pelas autoridades e técnicos locais. Em matéria de planejamento o concurso de técnicos do CEOSE foi substancial nos bem sucedidos e louváveis esforços de alguns Estados como o Rio Grande do Sul e a Bahia. Nenhum Estado deixou de ser visitado, ou por toda a equipe, ou por alguns de seus integrantes, o que não deixa de representar considerável esforço, tratando-se de um grupo de apenas cinco pessoas. Cuidou o MEC de utilizar nessa tarefa os próprios especialistas da Comissão, para colocar êsse esforço ao nível da ambição renovadora que anima o programa.

Vale ainda ressaltar o empenho do CEOSE em concentrar nas mesmas frentes de trabalho, além do seu próprio grupo, representantes do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e, segundo a região do país, das respectivas Superintendências de Desenvolvimento, como vem ocorrendo com a SUDENE e a SUDESUL.

4. Tendo iniciado as suas atividades em março de 1967, o CEOSE apresenta o seguinte acervo de atividades:

- a) Nove Colóquios com a participação da Comissão: nos Estados da Paraíba, Sergipe, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Alagoas, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte.
- b) Visitas (algumas, reiteradas) de Membros da Comissão, a todos os Estados.
- c) Elaboração de estudos (prontos para publicações) sobre a situação da educação em quatro Estados: Paraíba, Santa Catarina, Sergipe, Paraná - com sugestões precisas para a reformulação dos respectivos sistemas educacionais.
- d) Estudos sobre a reforma das Secretarias de Educação dos Estados de Goiás, Bahia, S. Paulo, e Rio Grande do Sul.
- e) Estudos estatísticos: "Proposições para o levantamento de dados estatísticos da Educação no Brasil", "Exame da Publicação Estatística "Situação Cultural", 1967, realizada pelo Serviço de Estatística de Educação e Cultura do Ministério da Educação e Cultura". "Projeto: "Custo da Educação no Brasil", "Nota sobre a Possível Orientação dos Trabalhos de Estatísticas Escolares em vista da Planificação".
- f) Estudos em desenvolvimento: "Custos da Educação no Brasil em 1966", "Diversos levantamentos estatísticos sobre a situação do ensino no Brasil".
- g) Numerosos estudos técnicos sobre planejamento e administração educacionais.

5. Para as atividades, acima referidas, contou o CEOSE, além do pessoal de Secretaria, com 1 especialista brasileiro e com peritos da UNESCO:

- 3, de maio de 1965 a maio de 1967;
- 2, de maio de 1966 a julho de 1968;
- 1, de julho de 1968 a dezembro de 1968.

As despesas do CEOSE totalizam: em 1967: NCr\$ 142.500,00
em 1968: NCr\$ 162.054,67

PLANO DAS ATIVIDADES DO CEOSE PARA O 1º SEMESTRE DE 1969

1. O reativamento das atividades do CEOSE em 1969 não pode deixar de conciliar duas ordens de interesses: a) o compromisso com os Estados, alicerçado em quase dois anos de trabalho, ao término dos quais atingimos o ponto exato de testar a experiência, e de, com as correções necessárias, promover a sua ampliação e consolidação; b) a unidade de pensamento e de ação dos serviços de assistência técnica, mediante o acionamento de mecanismos de coordenação geral pelo órgão a que estão vinculados - o INEP.

2. Continuidade da assistência aos Estados

A assistência técnica oferecida pelo CEOSE caracteriza-se, antes de tudo, pelo seu caráter abrangente. Visando, em cada Estado, abarcar a totalidade do sistema educacional, baseia-se no postulado de que pretender mudar apenas uma parte do sistema significa mobilizar todas as outras partes contra a mudança desejada. Por isso mesmo, os nossos instrumentos de ação, sobretudo no começo, são os instrumentos da totalidade: o planejamento e a estrutura político-administrativa. A estrutura compreende as condições institucionais básicas e, pois, permanentes, dentro das quais se organiza e se move o dinamismo dos Estados: o planejamento é a expressão eficiente desse dinamismo.

Esses dois quadros referenciais - um só, se bem considerados - não representam uma simples moldura, fabricada de antemão, como se lhes conviessem, indiferentemente, os mais diversos conteúdos; ao contrário, destes é que eles resultam, ao mesmo tempo que os modelam e lhes refletem a especificidade própria. As soluções propostas nos dois mencionados setores são, portanto, em última análise, soluções pedagógicas.

Mas não abordamos os problemas pedagógicos apenas por essa forma indireta, que consiste em fixar-lhes os pressupostos e as condições determinantes, de natureza sociológica, econômica, administrativa e operacional, senão também de forma direta e específica.

Partindo dessas diretrizes, devemos entregar-nos, no 1º semestre de 1969, a quatro tarefas fundamentais: I) reiniciar os contatos com os Estados; II) promover cursos de formação e treinamento das equipes técnicas encarregadas da renovação educacional nos Estados; III) publicação de estudos resultantes de seis Colóquios; IV) reconstituição, em termos provisórios, da própria equipe do CEOSE, dotando-a de pessoal técnico indispensável ao cumprimento desses encargos. A esses quatro itens correspondem os projetos I, II, III e IV, em anexo.

PROJETO I

COLÓQUIOS DE EDUCAÇÃO NOS ESTADOS DO CEARÁ E DE PERNAMBUCO

1. Apesar de já se ter realizado a primeira reunião do CEOSE em cada um desses Estados, não foi possível dar prosseguimento ao impulso inicial, em razão da falta de pessoal e de recursos financeiros, que determinou praticamente a paralisação de nosso programa nesse setor.

2. Segundo os moldes adotados nas últimas reuniões do CEOSE, à nossa equipe deverão reunir-se representantes do IPEA, da SUDENE e do CRPE de Pernambuco, correndo à conta dessas entidades as despesas com as respectivas representações. O staff do CEOSE será constituído de 6 pessoas, inclusive dois peritos da UNESCO.

3. Custeio do projeto:

a) CEOSE do Ceará:

Passagens aéreas: 5 Rio-Fortaleza-Rio NCR\$4.264,00
1 Recife-Fortaleza-Recife NCR\$270,30

Hospedagem: 4 pessoas (*) NCR\$800,00;

b) CEOSE de Pernambuco:

Passagens aéreas: 5 Rio-Recife-Rio NCR\$3.244,00 (**)

Hospedagem: 3 pessoas NCR\$600,00.

Duração do CEOS : 4 dias em cada Estado.

(*) Os peritos da UNESCO dispõem de verba para êsse fim.

(**) Um dos elementos da equipe reside no Recife.

PROJETO IIPRIMEIRO CICLO DE ESTUDOS DE PLANEJAMENTO
E ADMINISTRAÇÃO EDUCACIONAISI - OBJETIVOS

1. Contribuir para a redefinição da infra-estrutura administrativa dos sistemas educacionais, com vistas à introdução do planejamento racional da educação;
2. elaborar a metodologia desse planejamento.

II - TEMÁTICAA) A reforma Administrativa dos órgãos diretores da Educação

1. A reforma do sistema administrativo federal e suas repercussões nos Estados.
 - a) Análise da reforma
 - b) Repercussão no Ministério da Educação
 - c) Repercussão da reforma federal nos Estados, especialmente nas Secretarias de Educação:
 - I) quanto às relações entre eles e o Governo federal
 - II) quanto à possível assimilação por eles da sistemática federal.
2. Organização das Secretarias de Educação quanto às suas funções.
 - a) As funções essenciais da Secretaria de Educação e os órgãos correspondentes. A divisão das funções e órgãos sob dupla perspectiva: dos objetivos (atividades-fim e atividades-meio) e do poder (funções normativas, deliberativas e executivas).
 - b) Discriminação e estrutura dos órgãos-fim. Os pressupostos de:
 - I) doutrina educacional
 - II) organicidade
 - III) modo de operar
 - c) Discriminação e estrutura dos órgãos-meio; sua organicidade e seu modo de operar;

- I) comunicação
 - II) documentação (fichários, cadastro e estatística; controle de dados)
 - III) administração de pessoal e de material
 - IV) orçamento e finanças
- d) Descentralização do sistema:
- I) descentralização do ponto de vista pedagógico-cultural
 - II) descentralização do ponto de vista administrativo
- e) Como assegurar continuidade à ação da Secretaria de Educação.
- Constituição e preservação de instâncias técnicas de alto nível.
- f) Condições para o aprimoramento do sistema educacional no âmbito da Secretaria de Educação.
- O problema do staff: categorias de especialistas que deve abranger; sua formação, recrutamento e remuneração.

3. Organização das Secretarias de Educação quanto às articulações do sistema (especialmente em função do planejamento)

- a) entre os vários níveis da administração pública: federal, estadual e municipal;
- b) entre o sistema público e o sistema privado da educação
- c) entre a Secretaria de Educação e o Conselho Estadual de Educação
- d) entre os órgãos-fim e os órgãos-meio.

B) Planejamento Educacional

1. Que é um plano de educação

- Distinção entre o planejamento como processo institucionalizado, e o plano como resultado do planejamento.
- A metodologia (segundo as condições legais e culturais)
 - Análise da situação. Objetivos. Compatibilidade intersetorial.
 - Integração em vários níveis: estadual, regional e nacional
- Os instrumentos.

- O planejamento no caso brasileiro: limites e permissões da lei (1).
- 2. Objetivos cívico-culturais (no campo da educação abrangendo sobretudo o ensino primário e o médio) (2).
- 3. Objetivos sócio-econômicos:
 - a) Efeitos econômicos da educação, segundo os níveis e modalidades de ensino (3);
 - b) Fixação de metas econômicas;
 - c) Cálculo econômico da educação:
- 4. Análise da situação educacional:
 - a) aspectos qualitativos;
 - b) aspectos quantitativos; o problema dos recursos financeiros:
- 5. Realização dos objetivos:
 - a) reformulação de estruturas e aperfeiçoamento dos padrões educacionais (aspecto qualitativo);
 - b) expansão do sistema educacional, discriminando-se os vários níveis e modalidades de ensino (aspecto quantitativo);
 - como diagnosticar as necessidades e como promover a expansão.
 - c) despesas de investimento e despesas de custeio (aspecto financeiro):
 - I) métodos e processos de calcular o investimento e o custeio (discriminar recursos humanos e recursos materiais);
 - II) volume de recursos necessários à realização das metas educacionais;

-
- (1) Nesse ponto serão evitados de passagem outros pressupostos do planejamento, embora o contido pormenorizado destes fique reservado para outro seminário.
 - (2) Nas exposições sobre os objetivos cívico-culturais e econômicos, procurar-se-á discriminá-los e delimitá-los de um modo genérico, ainda que sob a inspiração das condições concretas da educação brasileira. A conversão desses objetivos em metas será estudada no ponto referente à "realização de objetivos".
 - (3) Embora possam ser lembrados modelos abstratos como base de referências, evitar-se-á a análise puramente econométrica que será estudada noutro seminário.

- d) a fixação dos prazos, seus pressupostos e métodos;
- e) avaliação e revisão periódica do Plano;
- f) a política da integração:
 - I) entre as várias áreas administrativas e níveis de poder, e entre o esforço público e o esforço privado.

6. Técnicas de planejamento educacional:

- a) como avaliar o rendimento do sistema educacional, discriminando fenômenos como a repetência e a evasão, a distribuição dos contingentes escolares por faixa de idade, etc.;
- b) como avaliar as despesas da educação e fixar os custos unitários;
- c) critérios e métodos para a racionalização das despesas da educação;
- d) o orçamento-programa como instrumento de política educacional; sua elaboração, execução e controle.

III- PROGRAMA DOS SEMINÁRIOS

Reforma do sistema administrativo federal.
Repercussões da reforma administrativa no
Ministério da Educação e Cultura

João Paulo Veloso
Edson Franco

Organização das Secretarias de Educação :
discriminação e estrutura dos órgãos-fim ;
descentralização do ponto de vista pedagógico.

Durmeval Trigueiro
Mendes (1)
Carlos Pasquale

Educação e desenvolvimento. O que é um plano de educação. Objetivos e fins. Metodologia.

D.Trigueiro Mendes
Arlindo L. Correa
Isaac Kerstenevsky

Pressupostos e condições institucionais, culturais e geo-econômicas do planejamento.

D.Trigueiro Mendes
José Arthur Rios

(1) O primeiro nome que figura ao lado de cada tema é o do relator, e os outros, dos debatedores.

| | |
|---|--|
| O modelo brasileiro de planejamento em educação | Arlindo L. Correa Isaac Kerstenevsky Carlos Maciel |
| Formulação e fixação de metas qualitativas e quantitativas | Arlindo L. Correa Isaac Kerstenevsky |
| Informações necessárias à elaboração dos planos. Centro de informação, estatísticas e cadastro. Matemática educacional (cálculo de novas matrículas, re _{re} petição, deserção; amostragens) | Isabelle Deblé |
| Pesquisas educacionais e sua orientação; análise e tratamento dos dados coletados | Jayme Abreu Carlos Maciel |
| Aspectos específicos do planejamento do ensino primário | Carlos C. Mascaro Lúcia Pinheiro Marques |
| Aspectos específicos do planejamento do ensino médio | Carlos Maciel Pery Porto |
| Aspectos específicos do planejamento do ensino superior | D. Trigueiro Mendes Van Gersdoff |
| Mecanismos necessários à formulação, elaboração, implantação, execução e avaliação dos planos | Carlos Maciel Arlindo L. Correa |
| Programa de dispêndios. Estrutura de recursos. Projeção de recursos prováveis dos Estados e dos Municípios | Arlindo L. Correa Carlos Maciel |
| O orçamento-programa como instrumento de política educacional | João Paulo Veloso |

Rotinas administrativas: administração dos recursos pela União e pelos Estados

Carlos Pasquale
Edson Franco

Administradores e técnicos na administração educacional. Constituição e preservação de instâncias técnicas de alto nível. Seleção, treinamento e remuneração de especialistas. Criação de novas categorias de especialistas no campo da educação

D. Trigueiro Mendes
Jayme Abreu

IV - ORGANIZAÇÃO DO CICLO

- a) O ciclo será realizado duas vezes, com o mesmo programa, em vista, não só de reunir os Estados em dois grupos, segundo um critério de relativa afinidade, como também estabelecer, com um número menos avultado de participantes, condições adequadas ao rendimento dos trabalhos.
- b) Local: Rio de Janeiro
- c) Duração: 3 semanas, devendo iniciar-se, para o 1º grupo, a 19 de maio e para o 2º grupo, a 16 de junho.
- d) Representantes: de cada Estado, três, e das entidades interessadas, 1 ou 2, a critério da coordenação do CEOSE.

V - CUSTO DO PROJETO

- a) O INEP fornecerá as passagens dos representantes dos Estados, e retribuirá aos relatores e debatedores que não pertençam à equipe do CEOSE nem à do IPEA, à razão de NCr\$ 200,00 para o relator, e NCr\$ 50,00 para o debatedor.
- b) Discriminação das despesas com passagens:
 - I) Primeiro grupo: passagens de ida e volta para 3 representantes dos seguintes Estados: Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Paraíba, Sergipe, Alagoas, Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte: NCr\$ 23.575,20

- II) Segundo grupo: passagens de ida e volta para 3 representantes de cada um dos seguintes Estados: Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Distrito Federal: NCr\$8.994,00.
- c) Discriminação das despesas de remuneração dos relatores e debatedores:

| | |
|--|----------|
| 2 relatores (nos dois tempos do ciclo) | 800,00 |
| 8 debatedores (nos dois tempos do ciclo) | 800,00 |
| | <hr/> |
| | 1.600,00 |

| | | |
|-----------|--------------|-----------|
| d) TOTAL: | passagens : | 32.569,20 |
| | remuneração: | 1.600,00 |
| | | <hr/> |
| | | 34.169,20 |

PROJETO III

PUBLICAÇÃO DE RELATÓRIOS TÉCNICOS SÔBRE A SITUAÇÃO EDUCACIONAL
DOS ESTADOS DE PARAÍBA, PARANÁ, SANTA CATARINA, PERNAMBUCO,
SERGIPE E CEARÁ

1. Tõda pesquisa, como é notório, só se completa quando, publicada, multiplica os seus efeitos e instaura um processo permanente de conhecimento. No caso do CEOSE, as publicações dos resultados e, ainda mais, dos processos utilizados para obtê-los, devem articular-se com um processo de conhecimento com vistas à ação, uma vez que se trata de pesquisa para fins administrativos e não meramente acadêmicos.

É da essência da assistência técnica essa ambivalência teóri-co-prática, mediante a qual se estabelece um vai-e-vem entre a pesquisa de laboratório e as contingências da ação. Os órgãos que a promovem não se confundem com os órgãos de pesquisa ou de administração, nem os substituem: seu trabalho em ambos se enriquece para, em troca, poder igualmente enriquecê-los. O mesmo se pode dizer quanto à documentação, cuidando o CEOSE de promovê-la junto aos fatos em que ela nasce, sem prejuízo - ao contrário - dos órgãos que a recolhem como produto final.

2. Tendo em vista a exigüidade do período fixado para a realização dos projetos, escolhemos os estudos que alcançaram certo grau de acabamento, deixando para outra oportunidade a publicação daquêles que exigem revisões ao contato renovado com as situações e os dados de que êles resultaram.

3. Custo do projeto:

Série Relatórios: 6 volumes relativos aos Estados de Paraíba, Paraná, S. Catarina Pernambuco, Sergipe e Ceará, de 80 p. com tiragem de 2.000 exemplares, em papel acetinado.

| | |
|----------------------------|-----------------|
| Preço de cada volume | NCr\$ 4.000,00 |
| Total da série | NCr\$ 24.000,00 |

Série Administração Educacional: 1 volume de 50 p. contendo dois estudos sôbre princípios doutrinários referentes à reforma das Secretarias de Educação, um do Prof. Durmeval Trigueiro Mendes, e outro, do Prof. Michel Debrun, com tiragem de 2.000 exemplares, em papel acetinado .

| | | |
|--|---|-----------------|
| | Preço do volume | NCr\$ 4.000,00 |
| | Planejamento gráfico e revisão dêsses trabalhos | NCr\$ 3.000,00 |
| | ORÇAMENTO GLOBAL | NCr\$ 31.000,00 |

Estas publicações serão editadas pelo Serviço Gráfico da Fundação I.B.G.E., seguindo o orçamento acima proposto, aproximadamente, os últimos preços de edições do INEP impressas nesse Serviço.

Projeto IV

RECONSTITUIÇÃO DA EQUIPE DO CEOSE

1. A equipe do CEOSE foi integrada, em largo período, por três especialistas da UNESCO e um especialista brasileiro, designado pelo INEP. Afastados aquêles, aguardamos a chegada de outros dois que se integrarão em nossas atividades: a Sra. Isabelle Deblé, para concluir a missão que interrompeu por dois meses, e o Sr. Van Gersdoff.

Do lado brasileiro, propomos como medida indispensável à realização dos quatro projetos do CEOSE, além da continuação das outras atividades em curso, a constituição de um staff provisório, cuja estrutura e remuneração seriam as seguintes:

a) Equipe técnica:

- 2 especialistas de categoria senior, NCR\$1.200,00 (cada um)
- 3 especialistas de categoria junior, NCR\$800,00 (cada um)

b) Equipe administrativa:

- 1 Secretário executivo: NCR\$576,00
- 2 Secretárias bilingue: NCR\$687,52
- 1 Datilógrafa: NCR\$236,52
- 1 Servente: NCR\$ 79,20.

2. Cabe esclarecer que em relação à equipe administrativa, permanece a situação atual quanto à estrutura e aos níveis de remuneração, apenas acrescidos, êstes, do aumento de 20%, por simetria com o que foi concedido ao funcionalismo público.

3. Despesas de custeio:

- Equipe técnica: NCR\$28.800,00
- Equipe administrativa: NCR\$ 9.475,44.

Outras atividades

Os projetos constantes do presente documento referem-se a atividades novas, sem prejuízo, obviamente, dos programas já iniciados, que são, esquematicamente, os seguintes:

a) no Paraná: acompanhamento dos trabalhos de reforma administrativa da Secretaria de Educação, e da implantação do sistema de planejamento educacional; assistência a levantamentos estatísticos em curso e consolidação dos métodos e processos do serviço de estatística;

b) no Rio Grande do Sul e na Bahia: acompanhamento dos respectivos planos de educação em sua fase de execução;

c) na Paraíba: assistência à implantação da reforma do sistema estadual de educação, cujo projeto está pronto para ser encaminhado à Assembléia Legislativa;

d) em Alagoas, Rio Grande do Norte, Sergipe, Santa Catarina, Maranhão e Piauí: retomada dos contatos e dos estudos interrompidos, há alguns meses, por falta de pessoal e de recursos financeiros no CEOSE.